

Fundação Getúlio Vargas – FGV
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC
CNPq

PESQUISA

As estratégias das empresas da indústria automobilística brasileira diante da formação da ALCA

Relatório final de atividades

Aceito

21/08/2002

Estudante: Fábio Hideki Ano
Orientador: Profº Fábio Luiz Mariotto
Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP

São Paulo, agosto de 2002

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 RELATÓRIO DE ATIVIDADES..... | 02 |
| 2 INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA..... | 04 |
| 2.1 O surgimento do mercado..... | 04 |
| 2.2 A nacionalização da produção de veículos..... | 06 |
| 3 INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA MUNDIAL..... | 13 |
| 3.1 Os primórdios..... | 13 |
| 3.2 Produção em massa..... | 14 |
| 3.3 Produção enxuta..... | 15 |
| 4 TENDÊNCIAS DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA..... | 16 |
| 4.1 Mercado mundial..... | 16 |
| 4.2 Mercado brasileiro..... | 20 |
| 4.3 As montadoras..... | 27 |
| 5 COMÉRCIO INTERNACIONAL E ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO..... | 31 |
| 5.1 Comércio internacional..... | 32 |
| 5.2 Teorias do comércio internacional..... | 33 |
| 5.2.1 Teoria da vantagem absoluta..... | 34 |
| 5.2.2 Teoria da vantagem comparativa..... | 35 |
| 5.2.2.1 Exemplo orientado de vantagem comparativa dentro de um bloco econômico com produtos automotivos..... | 35 |
| 5.3 Integração econômica..... | 37 |
| 5.4 Os blocos econômicos na América Latina e o Brasil..... | 39 |
| 6 ALCA..... | 40 |
| 6.1 Antecedentes e a fase preliminar às negociações..... | 40 |
| 6.2 Fase das negociações..... | 44 |
| 6.3 A influência da ALCA na economia brasileira..... | 47 |
| 6.4 Barreiras à implementação..... | 49 |
| 6.5 Os interesses do Brasil e dos EUA..... | 52 |
| 6.6 A Indústria Automobilística na ALCA..... | 55 |
| 7 CONCLUSÃO..... | 66 |
| 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 71 |
| 9 ANEXOS..... | 76 |
| 9.1 Anexo I..... | 76 |
| 9.2 Anexo II..... | 80 |
| 9.3 Anexo III..... | 97 |
| 9.4 Anexo IV..... | 102 |
| 9.5 Anexo V..... | 108 |
| 9.6 Anexo VI..... | 114 |
| 9.7 Anexo VII..... | 123 |
| 9.8 Anexo VIII..... | 134 |
| 9.9 Anexo IX..... | 143 |
| 9.10 Anexo X..... | 144 |

1. Relatório de Atividades

Este trabalho seguiu a metodologia apresentada na proposta da pesquisa e na medida do possível alcançou o objetivo de caracterizar os prováveis impactos de uma integração pan-americana de mercados, no caso da ALCA, nas estratégias e no papel que o Brasil teria neste novo contexto comercial, referente ao setor automobilístico.

É importante ressaltar que a pesquisa não teve a pretensão de abranger todos os aspectos estratégicos que compõem a indústria automobilística, tais como, a evolução das divisões de caminhões e ônibus no mercado das Américas, e sim, focalizar na divisão mais representativa do setor, isto é, os automóveis de passeio, dado que o escopo muito abrangente tende a esbarrar na falta de profundidade devido a sua extensão e complexidade.

O trabalho final foi dividido em diversos capítulos nos quais se referem a temas importantes para a conclusão da pesquisa.

O capítulo 2 é dedicado à introdução da indústria automobilística no Brasil, bem como o desenvolvimento dela até os dias atuais. As razões principais para se dedicar a tal tema é que o estudo histórico da indústria automobilística no Brasil e no mundo (capítulo 3), além de fornecer conhecimentos gerais permite descobrir as estratégias desenvolvidas pela indústria automobilística em diferentes ambientes econômicos, sociais e políticos no transcorrer do tempo.

Assim, as ações e as mudanças de foco adotadas nos métodos de produção, nas tecnologias desenvolvidas, nos designers e modelos oferecidos ao mercado são conseqüências do tipo de estratégia adotado para cada ambiente. Dessa forma, os capítulos 5 e 6 foram dedicados ao estudo do comércio internacional, dos acordos de livre comércio e principalmente da formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Esses temas ampliam o foco estratégico da indústria para os blocos regionais, como o Mercosul, a NAFTA e a Comunidade Andina. O capítulo 7 conclui o objetivo da pesquisa de caracterizar a estratégia da Indústria Automobilística brasileira no contexto da ALCA, além de mencionar o papel do Brasil, e das medidas consideradas fundamentais a serem implementadas na fase pré-ALCA.

Um ponto dentre os procedimentos propostos inicialmente não pode ser completamente executado devido a obstáculos oriundos de diversos fatores, tal ponto foi a impossibilidade de entrevistar dirigentes de fabricantes de montadoras e autopeças, assim como os empregados dessas empresas, pela dificuldade de acesso e oportunidade para agendar um encontro com tais entidades. Entretanto, foi possível conversar com especialistas e estudiosos do setor, como o Sr. Mauro Zibolvicius e o Sr. Glauco Arbix. Também foi possível participar de congresso sobre a ALCA¹, em que estavam presentes importantes dirigentes de empresas brasileiras e estrangeiras para discutir o tema da ALCA e propor alternativas para a entrada do Brasil na ALCA. Assim, a pesquisa pode ser concluída com sucesso, por alcançar os objetivos propostos no projeto de pesquisa apresentado em julho de 2001.

¹ Congresso realizado em 16 e 17 de abril de 2002, no centro de convenções Pompéia. "ALCA e seu impacto no desenvolvimento tecnológico brasileiro", promovido pela Fundação Casimiro Montenegro Filho (FCMF).

2. A Indústria Automobilística brasileira

As primeiras montadoras, que se instalaram no Brasil na década de 1920, deram os primeiros passos com o sistema CKD (Completely Knocked Down) de produção.

A fabricação de carros nacionais ocorreu somente no governo de Juscelino Kubitschek, através do plano de metas. Assim, a indústria automobilística brasileira teve grande impulso apoiado em um desenvolvimento sustentado em medidas protecionistas, como a lei das tarifas, de 1957.

2.1. O surgimento do mercado

O primeiro carro motorizado chegou ao Brasil, no porto de Santos, em novembro de 1891. Era um Peugeot à gasolina trazido por Alberto Santos Dumont, da França. Nessa época o automóvel já começava a fazer sucesso entre os europeus. Em 1904, havia 84 carros já registrados na Inspetoria de Veículos [Latini 1984:8].

A economia agrário-exportadora, do início do século XX, de café tornou a estrutura de serviço de financiamento e comercialização do Brasil bastante avançada. Isto permitiu um aumento da renda real interna e da concentração urbana [Latini 1984:18]. Por conseguinte, ocorreu um crescimento na importação de automóveis neste período.

O aumento da demanda interna por automóveis chamou a atenção das montadoras americanas. Em 1919, a Ford foi a primeira das montadoras a instalar-se no Brasil. O governo brasileiro, em 1920, pelo decreto federal nº 14.167 autorizou a Ford Motor Company do Brasil a por sua linha de montagem em funcionamento. O início de suas operações ocorreu com apenas 12 funcionários em um depósito de 2 andares na rua Florêncio de Abreu, no centro de São Paulo, onde se deu início a montagem do automóvel Modelo T e do primeiro caminhão Modelo TT, que surgiu em 1917 nos EUA. A segunda empresa a instalar-se no Brasil foi a General Motors em 1924, e logo, em 1926, foi a vez da International Harvester Máquinas AS [Nascimento 1976].

A instalação das empresas automobilísticas deveu-se a diversos fatores, como o aumento da produção de energia elétrica, do crescimento das indústrias de base e do investimento por parte do governo em infra-estrutura. A produção de eletricidade teve papel primordial, nas primeiras décadas do século XX, como fonte motriz do parque industrial brasileiro. Conforme figura 2.1, a participação da energia elétrica na indústria como fonte de energia passou de 5%, em 1907, para 47,2%, em 1920 [Nascimento 1976:11].

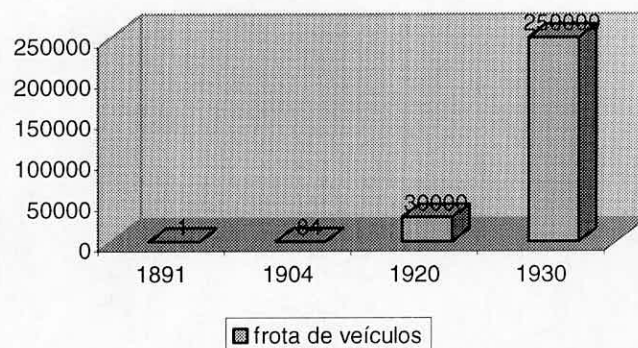
Figura 2.1

| Fontes de Energia Utilizadas pela Indústria Brasileira (participação percentual) | | |
|---|-------------|-------------|
| Energia | 1907 | 1920 |
| Vapor | 73 | 36,2 |
| Energia hidráulica e outras | 22 | 16,6 |
| Eletricidade | 5 | 47,2 |

FONTE:Almeida Magalhães, 1965

Investimentos externos oriundos da Europa possibilitaram a instalação de Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira em 1921. A indústria de base deu um grande impulso na produção de bens de consumo duráveis como, por exemplo, os automóveis [Idem :12].

Em 1917, realizou-se em São Paulo o “I congresso nacional de estradas de rodagem” e começou a ganhar significação o “slogan”: GOVERNAR É ABRIR ESTRADAS [Pedroza 1993:10]. Essas manifestações foram elementos importantes para que algumas empresas estrangeiras resolvessem instalar no Brasil linhas de montagem para produção de veículos. São Paulo foi a região escolhida pelos investidores, como o caso da Ford Motors Company e da General Motors, por apresentar um parque industrial bem superior às demais regiões e um mercado com grande expressão.

Figura 2.2 - Frota de veículos

FONTE: Sydney Latini, 1984.

As primeiras fábricas instaladas no país utilizavam o sistema “Completely Knocked Down” (completamente desmontado), de montagem de carros amplamente utilizado como meio de expandir a produção exportadora. Isto implicava a criação de subsidiárias nos países importadores com linhas de montagem e serviços de manutenção e distribuição [Phelps 1936:05].

O sistema CKD serviu como embrião do setor automobilístico brasileiro. Tornava a compra do carro mais fácil e barata, além de criar empregos. O CKD é um sistema em que lotes de peças automobilísticas eram importados e os carros eram montados no país onde ele seria comprado [Idem: 05].

2.2. A nacionalização da produção de veículos

Dois períodos foram significativos para o desenvolvimento inicial da indústria automobilística brasileira. O primeiro foi a crise de 1929, que provocou uma redução acentuada na capacidade de importação de peças e componentes. Entre 1939 e 1945, o período da II Guerra Mundial, a frota nacional sofreu grande desgaste em razão, novamente, da falta de produtos necessários para a montagem e manutenção de veículos. A

escassez de componentes essenciais para a montagem de veículos estimulou significativamente a produção nacional de peças em substituição às importadas [Gattás 1981:40-46].

No pós-II guerra, detectou-se que o grande volume de importações de produtos automobilísticos oneravam profundamente o balanço de pagamentos. No entanto, não se podia impedir a importação desses produtos, uma vez que o transporte rodoviário respondia por 50% da tonelagem transportada e uma possível deficiência neste setor prejudicaria a atividade produtiva nacional [Latini 1984:23]. Foi no governo de Getúlio Vargas que medidas de estímulo à produção nacional começariam a ser adotadas para resolver o problema da balança comercial e ao mesmo tempo obrigar a indústria de autopeças e montadoras a investir na indústria nacional [Idem :24].

A retomada da indústria automobilística por Juscelino Kubitschek ocorre na posse de seu mandato em 1956, com a apresentação de seu “Plano de Metas” [Latini 1997:69].

A ênfase na fabricação de carros nacionais tinha como objetivo o desenvolvimento tecnológico para a fabricação de carros e a transferência dessa tecnologia para outros segmentos. Buscava-se também, através do complexo setorial econômico gerado pela implantação da indústria automobilística no Brasil, um equilíbrio no balanço de pagamentos e um aumento na arrecadação do governo [Paola 1994:21]. Conforme Roberto Campos menciona, em seu livro “A lanterna na popa”, “A implantação da indústria automobilística era, sem dúvida, a menina dos olhos de Kubitschek e uma espécie de ‘pedra de toque’ do êxito do programa de industrialização” [Campos 1994: 322].

O presidente Kubitschek criou em junho/1956 o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), sob a presidência do ministro da viação e obras públicas, comandante Lúcio Martins Meira. O GEIA foi uma tentativa de modernizar o processo burocrático de decisões e de manter a administração do plano afastada de pressões clientelistas. Cabia ao GEIA a tarefa de definir metas de produção e nacionalização para as empresas. Os projetos de cada empresa eram analisados e as empresas cumprissem as exigências dos percentuais de nacionalização estariam aptas a receber diversos incentivos fiscais, como subsídios destinados a transações cambiais, ou seja, quotas cambiais que permitiam a importação de peças não produzidas no país. Ficava acordado que até 1º de

julho de 1960 as empresas deveriam alcançar o índice de nacionalização de 95% do peso de um veículo adquirido no país, para automóveis de passeio [Shapiro 1997:32-45].

Decorridos os prazos previstos para a execução dos planos para a industrialização de veículos automotores, o GEIA efetuou um balanço geral e constatou que, em relação a fabricação de veículos, a produção efetiva até 31 de dezembro de 1960 foi de 321.145 unidades, que representavam 92,4% da meta de 347.700 veículos [Gattás 1981:325].

Figura 2.3 Produção estabelecida pelo plano oficial do governo

| Veículos | ANOS | | | | TOTAL |
|-----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| | 1957 | 1958 | 1959 | 1960 | |
| Caminhões | 18.800 | 32.000 | 55.000 | 65.000 | 170.800 |
| Jipes | 9.300 | 14.000 | 18.000 | 25.000 | 66.300 |
| Utilitários | 2.600 | 13.000 | 17.000 | 20.000 | 52.600 |
| Automóveis | | 8.000 | 20.000 | 30.000 | 58.000 |
| TOTAL | 30.700 | 67.000 | 110.000 | 140.000 | 347.700 |

FONTE:GEIA *apud* Gattás 1981:325

Com relação aos índices de nacionalização estabelecidos pelo GEIA com as montadoras, foram atingidos integralmente nas datas estipuladas. Os automóveis de passageiros atingiram a meta de 95% em 1º/julho/1960 conforme o acordado anteriormente. Verificou-se que na produção do segundo semestre de 1959, alguns fabricantes ultrapassaram os índices previstos para 1960 [Idem :325].

Figura 2.4 Participação percentual da produção Nacional em peso – Índices exigidos pelo GEIA

| Veículos | Decreto | | Percentagem de nacionalização | | | | | |
|--|---------|---------|-------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------------|
| | Nº | Data | 31.12.56 | 1.7.57 | 1.7.58 | 1.7.59 | 1.7.60 | Até 31.12.61 |
| Caminhões | 39.568 | 12.7.56 | 35% | 40% | 65% | 75% | 90% | 98% |
| Jipes | 39.569 | 12.7.56 | 50% | 60% | 75% | 85% | 95% | 99% |
| Caminhonetas, caminhões leves e furgões | 39.676 | 30.7.56 | 40% | 50% | 65% | 75% | 90% | 98% |
| Automóveis de passageiros | 41.018 | 26.2.57 | - | 50% | 65% | 85% | 95% | 99% |

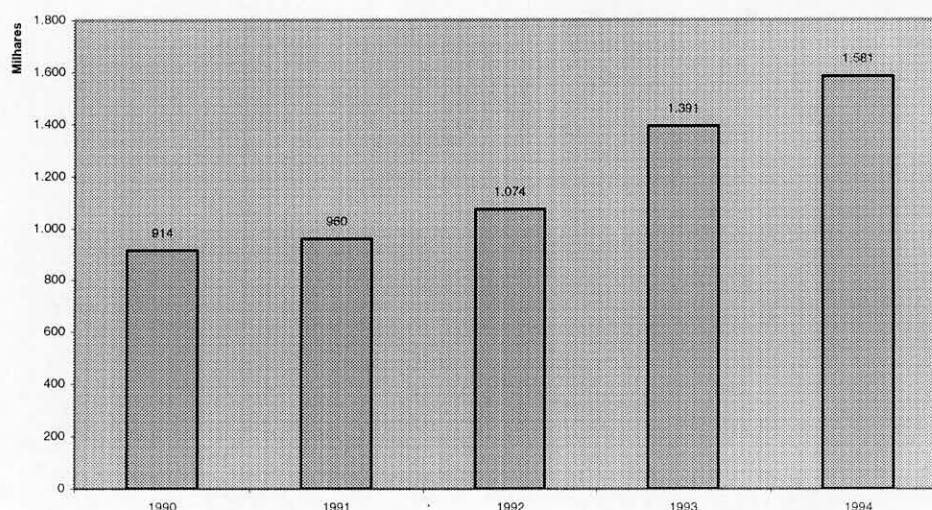
FONTE: GEIA *apud* Gattás 1981:325

O período de 1968 e 1974 foi marcado por grande número de consórcios (70% das vendas) e por um sistema de crédito direto ao consumidor para a aquisição de automóveis. Tratava-se de medidas do governo no sentido de estimular o consumo de automóveis prejudicado por uma crise econômica no início dos anos 60 [Paola 1994:31].

A década de 1980 foi marcada pela desaceleração da produção e da produtividade. As políticas econômicas de congelamento de preços dificultavam a entrada de peças e componentes pelos fornecedores e, por conseguinte, interrompiam a produção dos veículos [Meiners 1999:188].

A partir da década de 1990, a indústria automobilística sofreu e teve que se adaptar às profundas mudanças ocorridas no cenário econômico e político do país. A abertura econômica iniciada no governo Collor aumentou a exposição à concorrência internacional; a formação do mercosul (mercado do sul) ampliou a área de mercado para as montadoras da região e em consequência dessas bruscas mudanças, acordos automotivos especiais foram firmados pelo governo brasileiro. Diante destes acontecimentos, percebe-se a modernização nas linhas de montagem, principalmente, com relação aos carros populares, e um expressivo crescimento nas vendas de veículos neste período [Meiners 1999:188-189].

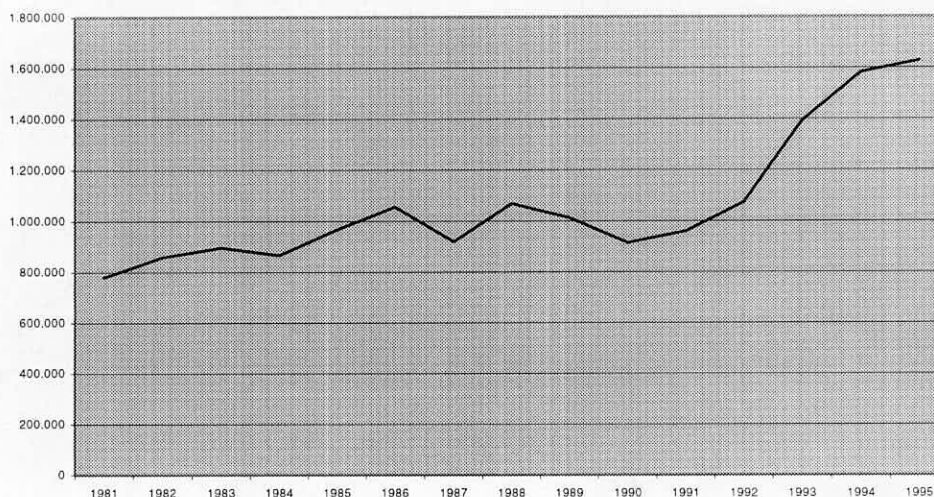
Conforme se pode verificar na figura 2.5, de 1991 a 1994 houve um crescimento de 65% no número de unidades vendidas.

Gráfico 2.5 Produção 1990/94

Fonte: ANFAVEA 2000.

As montadoras estavam pessimistas, pois afirmavam que a crescente participação de veículos importados poderia vir a se tornar num fator restritivo da expansão da indústria, que conseqüentemente gerariam economias de escala decrescentes tanto nas montadoras como nas autopeças e maiores índices de desemprego [Almeida 1996:63].

Assim, o acordo Automotivo de março de 1992 visou reverter a tendência de queda das vendas e da produção interna. Sua principal medida foi: redução nominal dos preços com a redução acordada de 22% nos preços dos veículos, sendo 6% de IPI, 6% de ICMS e 10% das margens de lucros. Após quase um ano de administração do primeiro acordo, em 17 de fevereiro de 1993, chegou-se ao Segundo Acordo Automotivo. Este previa mais 10% de redução de preços vindos do IPI e das margens de lucro da cadeia produtiva [Bedê 1996:127]. Como mostra a figura 2.6, a indústria automobilística, que havia experimentado uma estagnação ao longo de toda a década de 80 (934 mil autoveículos produzidos por ano, em média), com o primeiro e segundo Acordos Automotivos alcançou recorde de produção, naquela época, de 1,636 milhão de autoveículos em 1995, que representava 60% superior à produção de 1990.

Figura 2.6 – produção 1981/1995

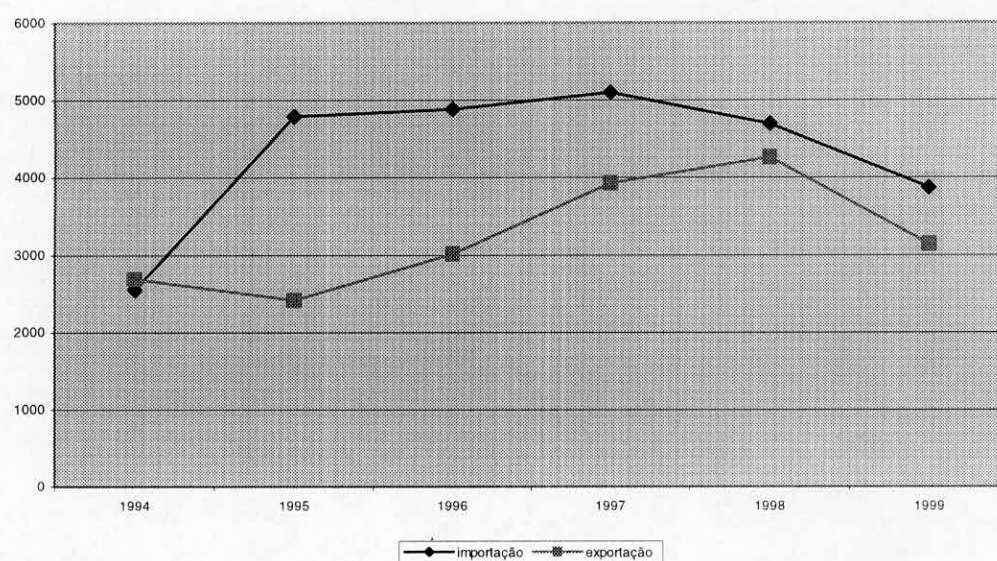
FONTE: ANFAVEA 2000.

A partir da metade de 1994, o câmbio valorizado, o aquecimento da demanda interna e a redução das alíquotas criaram condições extremamente favoráveis à importação, que cresceu duas vezes em 1995 em relação a 1994. A indústria automobilística já trabalhava com capacidade máxima e o aumento da demanda interna fez surgir o ágio [Almeida 1996:101-102]. Em consequência deste fato, a balança comercial passou a ser decifitária.

A partir de 1995, o governo adotou medidas de contenção para acabar com o excesso de demanda e desenvolver o setor automotivo, tais medidas ficaram conhecidas como regime automotivo brasileiro. A primeira medida foi a edição da Medida Provisória nº1204 de junho de 95, que impunha, no curto prazo, limites quantitativos à entrada de veículos estrangeiros. Entretanto, as cotas foram questionadas pela Argentina e julgadas no âmbito da Organização Mundial do Comércio. No final, estas cotas não foram implantadas em função da desaprovação da OMC. Outra medida foi o incentivo dado às montadoras instaladas no país de redução do Imposto de Importação (II) até dezembro de 1996, para veículos, bens de capital, peças e componentes. Em contrapartida, o governo exigia um índice de nacionalização mínimo de 60% e a vinculação das importações às exportações. Nos dois primeiros anos de funcionamento do regime o crescimento das importações foi

revertido, reduzindo-se o déficit da balança comercial para o setor, conforme figura 2.7. Verificou-se também que o índice de nacionalização ficou em 81% - acima de 60%, conforme exigido pelo regime. A relação entre bens de capital nacional e importado ficou 45% acima no nível mínimo previsto por lei.

Figura 2.7 – Balança comercial do setor automobilístico 1994/99



FONTE: ANFAVEA 2000.

Os resultados observados demonstram o esforço das montadoras nacionais em manter posição competitiva sobre os novos entrantes e ante um provável aumento dos importados após o termino do regime de incentivos em 1999. Para garantir uma vantagem competitiva, os incentivos são canalizados em investimentos que garantam atualização dos produtos e ampliação da variedade dos modelos, tendo por base os carros populares e de tamanho médio, sem perder o foco na economia de escala [De Negri 1999, 215-222].

3. Indústria Automobilística Mundial

A indústria automobilística é considerada a mais importante atividade industrial mundial. É o setor que adotou a globalização e a internacionalização como meio de obter crescimento econômico através da economia de escala, minimizando assim, os custos de produção. O setor automotivo destaca-se pelas constantes inovações tecnológicas e organizacionais. Esta é a característica que revolucionou o modo de administração e que se disseminou para outros setores da economia [Britannica 1993:529-533].

A indústria automobilística originou-se na Europa mas os Estados Unidos dominaram completamente o setor na primeira metade do século XX, com a técnica da produção em massa. Na segunda metade do século XX, os países da Europa Ocidental e o Japão tornaram-se os maiores produtores e exportadores do mundo.

3.1. Os primórdios

A origem da indústria automobilística está enraizada no desenvolvimento do motor à gasolina em 1860-70, com destaque a França e a Alemanha. Nos primórdios, as companhias automotivas eram centenas de pequenas lojas. A produção era artesanal pois o volume de produção era baixo e seu custo muito alto. Dessa forma, a produção era unitária e sob encomenda [Maluly 1998:14].

A força de trabalho era composta basicamente de artesãos habilidosos, que montavam à mão um pequeno número de carros. Estes trabalhadores geralmente eram seus próprios patrões e muitas vezes eram proprietários independentes de instalações fabris às quais a companhia encomendava peças e componentes específicos [Womack 1992:9-10].

O sistema artesanal era incapaz de garantir a qualidade do produto como a confiabilidade e a durabilidade. Outro item negativo deste sistema era o baixo recurso que os artesãos possuíam para desenvolver novas tecnologias.

3.2. Produção em massa

Henry Ford introduziu novas técnicas de produção que reduziam os custos e aumentavam ao mesmo tempo a qualidade do produto, comparada com o sistema artesanal. Esse novo sistema foi denominado de *produção em massa*. No entanto, o seu sucesso não residia na linha de montagem em movimento contínuo (the assembly line), mas sim, na completa e consistente intercambiabilidade das peças, e na facilidade de ajusta-las entre si, fato que não ocorria na produção artesanal. Ford também criou o *operário intercambiável* [Womack 1992:18], isto é, um trabalhador especializado em uma determinada parte da montagem do automóvel, que não tinha que a necessidade de conhecer todo o processo produtivo. Assim, qualquer pessoa (até mesmo aquela que não falava inglês) poderia executar uma parte do processo de montagem, levando apenas alguns minutos de treinamento, já que, por exemplo, cada parte consistia em apertar um ou dois parafusos apenas. Todos esses fatores possibilitaram a redução dos custos e o aumento da produção em grande escala.

Assim, o Modelo T tornou-se o primeiro produto de Ford produzido em massa e com preço de venda bem inferior aos seus concorrentes. O Modelo T atingiu o pico de produção, em 1923, de 2,1 milhões de chassis para esse modelo [Womack 1992:25].

Alfred Sloan assumiu a General Motors no lugar de Willian Durant, conhecido como o clássico financista erguidor de impérios, mas que não sabia nada de como administrar um negócio. Nessa época, anos 20, a GM passava por sérios problemas administrativos como a superprodução e o alto grau de sobreposição dos produtos, pois a GM produzia mais de um modelo de automóvel, diferentemente de Ford que se concentrava basicamente na produção do modelo T de cor preta.

Sloan contribuiu com duas idéias principais: primeiro, busca pela satisfação dos diversos tipos de demanda, conforme cita Sloan “a todos os bolsos e propósitos” [Womack 1992:28]. Para isso, delineia cinco faixas de produtos baseados nos preços; segundo, introduz a idéia das divisões descentralizadas tanto na gerência interna quanto na gerência das subsidiárias estrangeiras da GM, permitindo uma certa autonomia para cada divisão.

Durante aproximadamente 30 anos, o sistema de produção criado por Ford e aperfeiçoado por Sloan teve grande sucesso, com apogeu em 1955. A partir desta data, a produção americana passa a declinar e abre espaço para empresas da Europa Ocidental e do Japão.

3.3. Produção enxuta

Outro avanço marcante na produção automotiva ocorreu no Japão. No período de 1950 a 1980, as montadoras japonesas tornaram-se líderes na produção de automóveis no mundo, com exportações para a Alemanha Ocidental, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos [Britannica 1993:533].

O sistema de produção japonês passou a ser o modelo dominante de administração da produção. Esses métodos foram desenvolvidos, a partir da década de 1950, por um engenheiro de produção chamado Taiichi Ohno que introduziu uma série de inovações na produção, combinando as vantagens da produção em massa com a flexibilidade do artesanato, obtendo uma alta produtividade com alta qualidade [Maluly 1998:14-18].

Um dos pontos mais relevantes desse sistema é o *Just in Time* (JIT). Neste sistema, os componentes do veículo chegam na hora certa e na quantidade exata, eliminando assim, o desperdício [Idem :15].

Outro elemento importante é o incentivo dado aos funcionários. O sistema busca apoiar a participação no controle de qualidade através de sugestões de melhorias para resolver os problemas [Ibid:14-18].

4. Tendências da Indústria Automobilística

Nos últimos anos, a indústria automobilística mundial tornou-se altamente competitiva. As grandes montadoras da Europa, principalmente as francesas, começaram a investir mais agressivamente nos países emergentes da América Latina, onde podem explorar os mercados regionais, com vista à redução dos custos de produção por meio da economia de escala.

O acirramento da disputa por mercado fez com que as montadoras adotassem novos métodos de gestão da produção. Conceitos como o Just-in-time, o Kanban, a manufatura modular são amplamente utilizados pela indústria automotiva.

As novas estratégias orientam para a diferenciação crescente de novos produtos baseados numa mesma plataforma, especialização de cada unidade, formação de *joint ventures* e outras associações para o desenvolvimento de inovações tecnológicas e conquista de mercados locais.

No contexto da globalização, a formação de áreas de livre comércio, de mercados comuns e de acordos bilaterais é vital para a manutenção da competitividade da indústria automobilística.

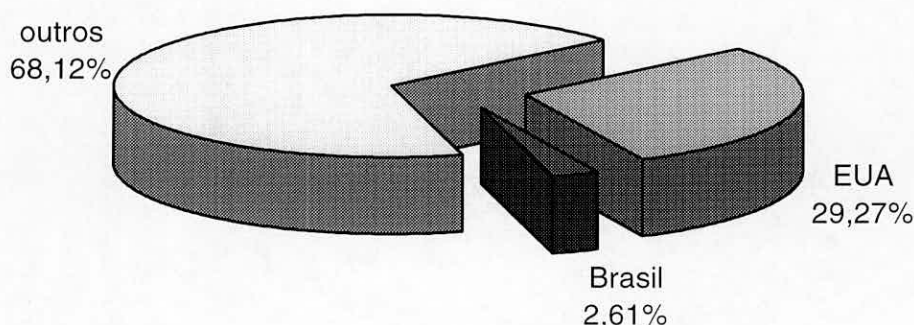
As políticas verticais são instrumentos importantes para a definição do comportamento do setor automotivo, assim como a carga tributária incidente no preço dos veículos.

4.1. Mercado mundial

A frota mundial de autoveículos em 1999 era de 715,858 milhões de unidades e o Brasil possuía 18,685 milhões de unidades, cerca de 2,61% do total. A maior frota está

localizada nos Estados Unidos, com 209,509 milhões de unidades, seguido pelo Japão, com 71,723 milhões [ANFAVEA 2001].

Figura 4.1: percentual da frota mundial de autoveículos 1999



Fonte: ANFAVEA 2001.

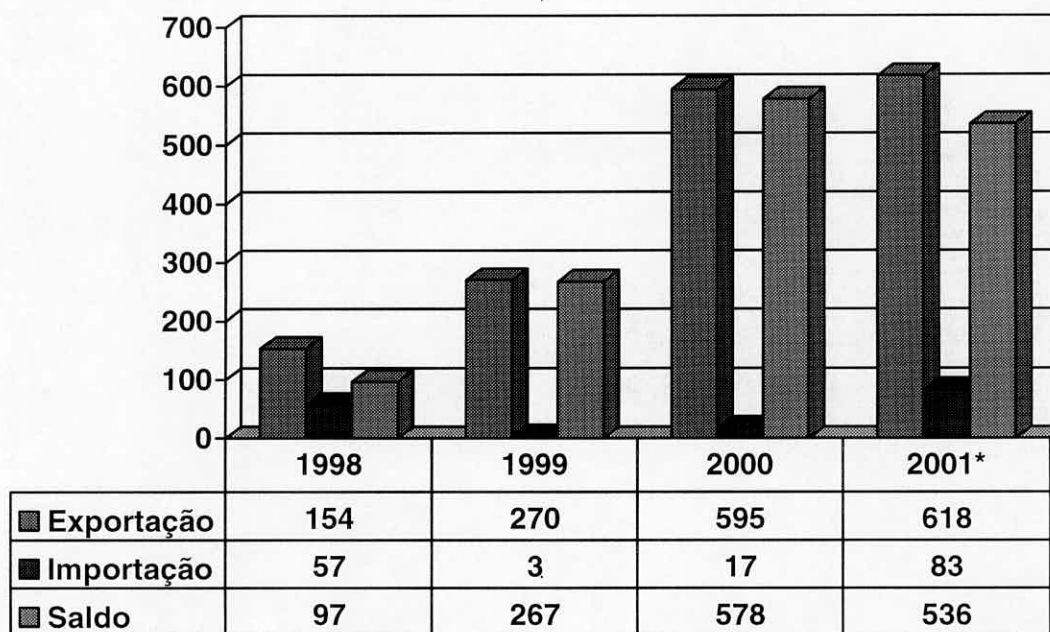
O significativo desenvolvimento da indústria mundial automobilística na década de 90 fez com que a produção e a venda de autoveículos em 2000 alcançasse 59,7 e 57,6 milhões de unidades, respectivamente. Em relação às vendas, houve diferenças entre os países e regiões. Enquanto registrou-se queda na Europa Ocidental de 1,4%, puxada pelo mercado alemão, houve crescimento de vendas norte-americanas de 3,6%. O mercado asiático cresceu 1,9%, com destaque ao Japão, a Coreia do Sul e a China que representam 73% do mercado da região [BNDES Nº 39 2001:1].

Em relação à América do Sul, houve crescimento de vendas, com exceção da Argentina, de 9,3% superiores ao ano anterior [Idem, 1].

No contexto dos países líderes, verifica-se uma perda de participação de mercado das empresas americanas em relação às européias e asiáticas, principalmente japonesas, como Nissan, Toyota e Honda [Idem, 5].

Na América Latina, destacam-se como principais mercados: o Brasil, o México, a Argentina e a Venezuela [BNDES Nº 34 2000:1-7].

Figura 4.2 - Balança Comercial do setor automotivo brasileiro com o México



Fonte: SECEX/SDP

A indústria mexicana caracteriza-se por estar a sua produção voltada principalmente para o mercado norte-americano, 91% das exportações destinam-se aos Estados Unidos. No entanto, o México apresenta problemas na sua Balança Comercial devido ao aumento das importações. A especialização das plantas visa a exportação de veículos para os países do NAFTA (*North American Free Trade Agreement*) e deixam boa parte da demanda interna para os produtos importados. Por ser um país em desenvolvimento como o Brasil, os carros populares apresentam maior participação de vendas no mercado, em torno de 50%. Conforme Figura 4.2 acima, nos últimos anos, principalmente a partir de 1998, as exportações do setor automotivo para o México aumentaram significativamente. Em julho de 2002, foi firmado um acordo do setor automotivo com o México, cujo formato foi definido da seguinte maneira:

Exportações/Importações²:

1º ano de vigência – 140 mil unidades de veículos com **Tarifa de 1%**

² Relação recíproca entre Brasil e México.

| | | |
|--|---|--------------------|
| 2º ano de vigência – 165 mil unidades de veículos | } | Tarifa ZERO |
| 3º ano de vigência – 185 mil unidades de veículos | | |
| 4º ano de vigência – 210 mil unidades de veículos | | |
| 5º ano de vigência – comércio livre de quotas e tarifas | | |

O México vem realizando diversos acordos bilaterais de comércio com a redução de tarifas para reduzir a sua dependência dos EUA. O país estabeleceu acordos com vários países como Israel, Guatemala, Honduras, Chile, Argentina, Brasil e União Européia [BNDES N°39 2000:1-6].

Na região Andina, a Venezuela é o principal produtor, representando em média 60% da produção de veículos da região. As importações representam um percentual significativo das vendas e originam-se sobretudo da Ásia. As exportações são destinadas aos países da região, principalmente à Colômbia. As fábricas locais trabalham com escala de produção pequena e são montadoras de conjuntos importados do Brasil e da Ásia, principalmente [BNDES 2001b:56-57].

A indústria automobilística Argentina teve um crescimento significativo entre 1991 e 1998. As exportações de veículos destinadas ao Brasil representavam em torno de 90% do total exportado. Com a crise asiática em 1998, a desvalorização cambial brasileira em 1999 e a desaceleração da economia mundial, houve um encolhimento das exportações e do mercado interno, além da falta de competitividade da produção Argentina. Este cenário leva muitas empresas a deixarem o país. Por exemplo, a Fiat deixou de fazer em Córdoba o seu modelo mais popular, o Palio, para produzi-lo em Betim (MG) [Pfeiter 2001:c1] e transferiu para Sete Lagoas (MG) a linha de caminhões pesados que também mantinha em Córdoba [Lobato 2001:c3].

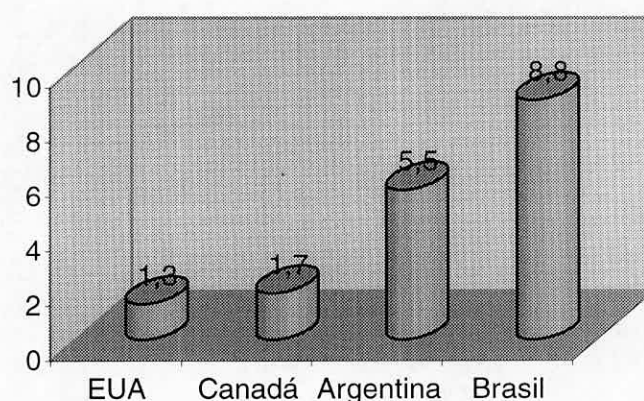
Na América do Sul as montadoras européias e americanas apresentam maior participação tanto em carros como em comerciais leves, enquanto a atuação das empresas asiáticas ainda é pequena. As empresas japonesas e as coreanas têm participação significativa nas vendas dos países andinos.

4.2. Mercado brasileiro

A abertura do mercado na década de 1990 provocou uma mudança significativa na estratégia da indústria automobilística brasileira. As empresas que possuíam um ultrapassado parque industrial passaram a concorrer com novas empresas altamente competitivas. Nesse novo contexto, a indústria automotiva passou por uma profunda reestruturação organizacional e produtiva. Alguns pontos foram importantes para o seu desenvolvimento³:

- Regime Automotivo Brasileiro: política que visa o equilíbrio da balança comercial e busca induzir o investimento no setor;
- Mercado interno: apresenta um grande potencial de crescimento. Representa o maior fator de atratividade para os novos investimentos. Enquanto no Brasil existem 8,8 habitantes por automóvel, nos EUA existe 1,3 habitante por automóvel [ANFAVEA 2000:126];
- Integração regional: a formação do MERCOSUL, negociações com Venezuela, Chile, México e outros ampliam a escala de mercado das montadoras. Um dos fatores que as montadoras mais visam é a economia de escala para a racionalização da produção e redução dos custos.

Figura 4.3: nº de habitantes por automóvel 1998



Fonte: ANFAVEA 2000.

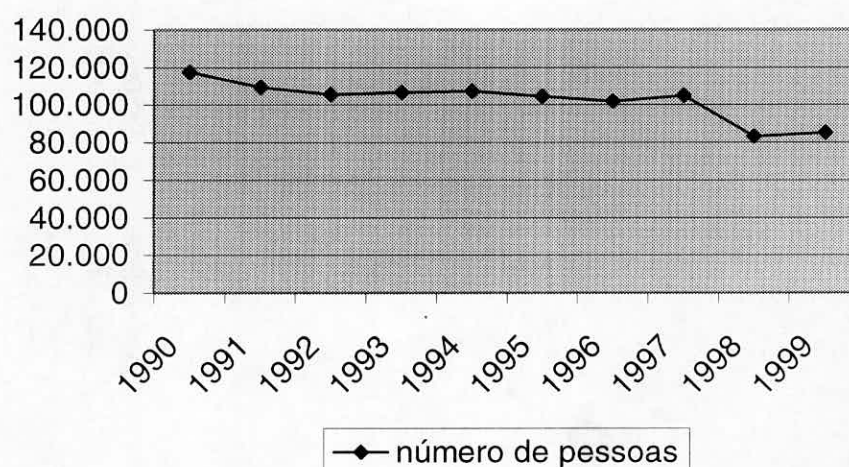
³ Santos, Ângela M.M.M. e Pinhão, Caio Márcio A. "Pólos Automotivos Brasileiros". **BNDES setorial**, setembro 1999, pp. 173-200.

O Brasil produziu em 1999 cerca de 1,351 milhão de unidades de autoveículos. Isto representa 2,47% da produção mundial.

Os atos governamentais foram fatores determinantes do comportamento da indústria automobilística brasileira, assim como da localidade de seu estabelecimento.

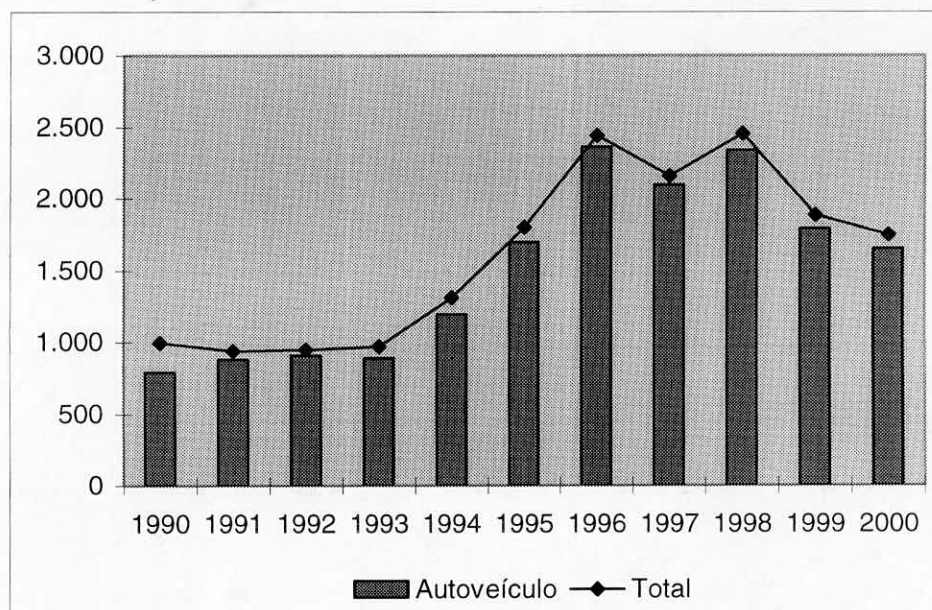
Observa-se que o número de empregos na indústria automobilística vem diminuindo durante a década de 90. No entanto, há uma disputa acirrada entre estados pela escolha da localidade das novas fábricas. A justificativa inicial é à entrada de investimentos de centenas de milhões de dólares no estado, como por exemplo, para a construção da planta, gerando principalmente emprego na construção civil.

Figura 4.4: Emprego direto nas montadoras associadas a ANFAVEA 1990/99



Fonte: ANFAVEA 2000

Figura 4.5 – Evolução dos investimentos da indústria automobilística em autoveículos



Fonte: ANFAVEA 2001.

Figura 4.6 – Investimentos da indústria automobilística no Brasil (em milhões de dólares)

| Ano | Autoveículo | Total |
|------|-------------|-------|
| 1990 | 790 | 995 |
| 1991 | 880 | 938 |
| 1992 | 908 | 945 |
| 1993 | 886 | 967 |
| 1994 | 1.195 | 1.311 |
| 1995 | 1.694 | 1.800 |
| 1996 | 2.359 | 2.438 |
| 1997 | 2.092 | 2.158 |
| 1998 | 2.335 | 2.454 |
| 1999 | 1.791 | 1.883 |
| 2000 | 1.651 | 1.745 |

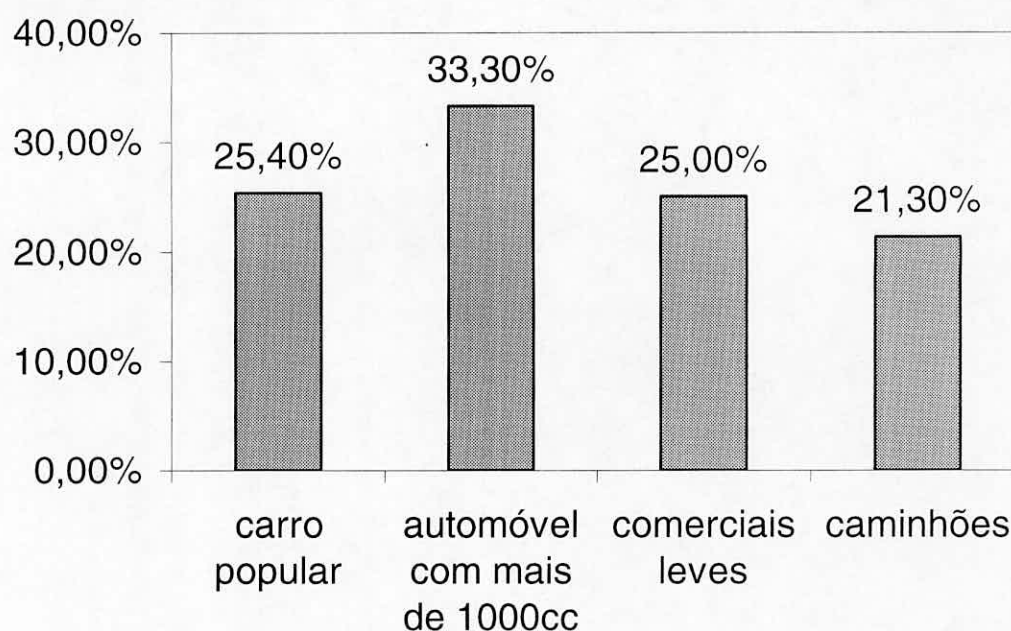
Fonte: ANFAVEA 2001.

Apesar da diminuição no número de empregos diretos nas fábricas, o estabelecimento de novas plantas industriais estimula o desenvolvimento de outros setores relacionados, como o de autopeças, borracha, plástico, vidro, siderúrgico, além dos serviços terceirizados, especializados em limpeza, refeições, segurança, logística e marketing.

A questão da carga tributária incidente no setor automotivo é consensual em relação à alíquota dos impostos. O Brasil passou a ter carros globais e regionais mas estes

continuam a sofrer o impacto de uma carga fiscal expressiva, de 33,3% sobre o preço do automóvel ao consumidor⁴, conforme mostra figura 4.7.

Figura 4.7: Alíquota de impostos incidentes sobre cada tipo de veículo, em julho/2000.



Fonte: ANFAVEA 2000.

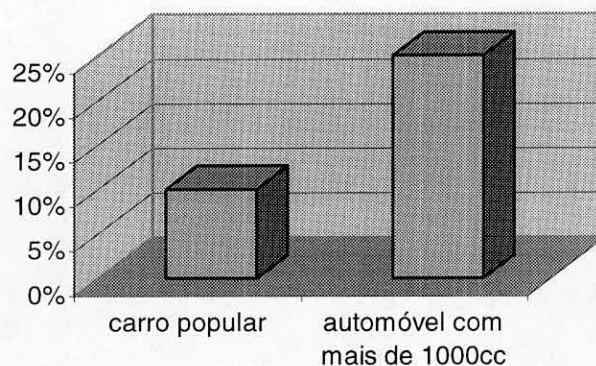
⁴ Alíquota de impostos incidentes na aquisição de automóveis no Brasil:
Tributos referentes ao mês de julho de 2000

| TRIBUTOS | Automóveis | | |
|-----------------------------|------------|--------------------------|------------------------|
| | 1000cc | acima de 1000cc gasolina | acima de 1000cc álcool |
| IPI | 10,0% | 25,0% | 20,0% |
| ICMS | 12,0% | 12,0% | 12,0% |
| PIS | 0,65% | 0,65% | 0,65% |
| COFINS | 3,0% | 3,0% | 3,0% |
| Total participação no preço | 25,3% | 33,3% | 30,8% |

Fonte: ANFAVEA 2000.

- IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- PIS – Programa de Integração Social
- Cofins – Contribuição para financiamento da seguridade social

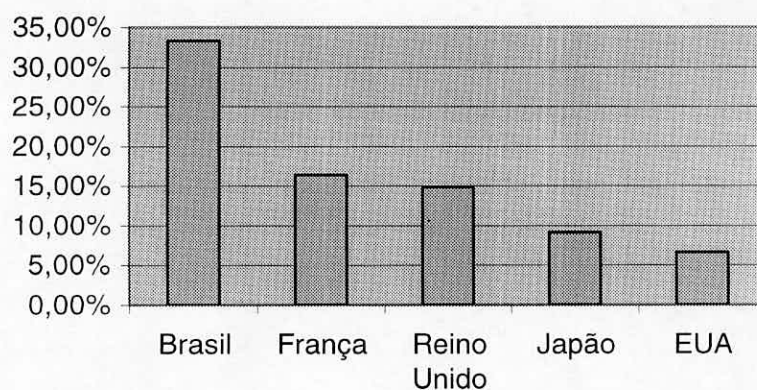
Figura 4.8: Alíquota de IPI, em julho/2000.



Fonte: ANFAVEA 2000.

O consumidor ao comprar um automóvel, paga o dobro de impostos que o francês, de 16,4% e cinco vezes do norte-americano, de 6,6%. Este é um dos principais obstáculos que prejudicam a competitividade do automóvel brasileiro no mercado internacional⁵.

Figura 4.9: Participação dos impostos sobre automóveis



Fonte: ANFAVEA 2000.

⁵ Tipos de tributos inseridos no preço de aquisição de automóveis, de alguns países:

- EUA: Imposto de consumo;
- Europa: Imposto sobre valor agregado (IVA);
- Brasil: IPI, ICMS, PIS e COFINS.

O Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) incidente sobre os veículos é outro ponto importante para o desenvolvimento de determinados segmentos de automóveis⁶. O IPI de 10% sobre carros populares (até 1000cc) tornou o segmento A e B muito competitivo, no mercado interno e externo.

O Brasil possui uma grande desigualdade social e econômica, o que o caracteriza pelo predomínio de famílias de baixa renda e uma pequena parcela de famílias com altos rendimentos. Aquelas famílias tornaram-se um potencial mercado para o segmento A e B, cujo preço final permite a sua aquisição. Os países em desenvolvimento possuem um mercado interno semelhante ao do Brasil, por exemplo, o México é um grande importador do Gol brasileiro (Volkswagen) assim como a China, cuja população tem um baixo poder aquisitivo.

Segundo o vice-presidente da General Motors do Brasil, José Carlos Pinheiro Neto, *diversificar os mercados é hoje a regra do jogo*⁷. A busca para ampliar novos mercados, inclusive os desenvolvidos, necessita da redução da carga tributária sobre carros luxuosos. O IPI incidente para estes segmentos é de 25%. Esta alíquota impede ao desenvolvimento de novas tecnologias que permitam serem competitivas como ocorreu com os carros populares. Além de que nestes segmentos mais luxuosos, a lucratividade é maior do que a comercialização de carros populares⁸.

⁶ A classificação adotada por Santos e Pinhão [dezembro/1999] n°28, privilegia a disputa de mercado pelos fatores tamanho e preço, observando que determinados produtos concorrem em mais de um segmento. Como ocorre com alguns sedans que são montados em plataformas de veículos pequenos.

As principais características de cada segmento dos automóveis são:

- Segmento A: grupo de veículos pequenos, geralmente com menos de 1000 cilindradas, de acabamento básico, tendo apenas duas portas. São também chamados de subcompactos ou minis.
- Segmento B: são todos os modelos montados nas plataformas dos veículos chamado pequenos ou compactos, incluindo as peruas (ou caminhonetes ou station wagon) e os sedans.
- Segmento C: são os veículos médios, onde é destacada a presença dos modelos ditos de 3 e de 5 volumes (ou hatch-back). Os sedans e peruas deste segmento apresentam características concorrentes aos veículos do segmento D.
- Segmento D: são pouco maiores que os do segmento C, também são veículos médios, onde preponderam os sedans. As peruas também têm uma participação importante.
- Segmento E: é composto pelos veículos grandes, pelos de luxo (top de linha) e pelos esportivos, estes últimos pelo critério de preço.

As principais plataformas/modelos de cada segmento são apresentados no anexo um. A segmentação dos comerciais leves não será apresentada pois a pesquisa está focalizada nos veículos de passeio.

⁷ FERRARI, L. "**Montadoras à frente da diplomacia**". *Gazeta Mercantil*, Belo Horizonte, 03/10/2001. Seção Nacional, p.A4.

⁸ Idem, p.A4.

O maior mercado consumidor do mundo são os Estados Unidos, que possuem demanda predominante de automóveis de segmentos D e E. Países latinos como Argentina, Uruguai e Chile também possuem demanda de carros mais luxuosos. Dessa forma, fica clara a necessidade de o Brasil desenvolver outros segmentos além dos carros populares [BNDES 2001a :213].

Nos últimos cinco anos, montadoras européias e japonesas investiram em novos conceitos de produção e de tecnologia, além da poderosa arma de marketing para marcar presença no mercado. Essa “europeização” do mercado brasileiro, conforme prevê Glauco Arbix, está produzindo efeitos que começam a ser sentidos. Em 1995, a Ford possuía 11,49% de participação no mercado de automóveis de passeio, em 2000, sua participação caiu para 8,7%. A francesa Renault ameaça a posição da Ford em 4ª colocada na participação de mercado. A General Motors e a Volkswagen também perderam um pequeno percentual de participação nesse período. “A tendência é que não tenhamos montadoras com fatias superiores a 30% do mercado”, afirma Arbix⁹.

A Toyota instalou-se no Brasil no final da década de 50 e permaneceu produzindo apenas o utilitário Bandeirantes, e em pequena escala. Com a expansão do mercado brasileiro, a empresa investiu na construção de uma fábrica em Indaiatuba para a montagem de um modelo de segmento de carros médios. O volume de produção ainda é baixo mas tem capacidade para 30 mil veículos por ano [BNDES 1999a:181].

A Honda inaugurou, em 1998, sua fábrica de veículos de passeio próximo a Campinas. A empresa iniciou a produção com muita cautela, sua produção tem baixo nível de nacionalização e produz somente um modelo de carro médio [Idem :181].

O estado de São Paulo concentra em torno de 75% da produção de veículos, mais de 40% das vendas de veículos de produção nacional no país. As plantas existentes no estado de São Paulo vêm passando por sucessivas etapas de modernização, com crescimento dos índices de automação e a implementação de diversos programas de terceirização nestas fábricas [BNDES N°26 1999:1-3].

No Rio Grande do Sul, a General Motors do Brasil instalou a sua mais moderna fábrica. Esta nova unidade enquadra-se no ambiente globalizado e na aplicação de novos métodos de produção. Com isso, há um alto índice de automação com 120 robôs que

⁹ RIOS, C. “Renovação no setor automotivo”. *Gazeta Mercantil*, Curitiba, 30/08/2001. Seção Análises & Perspectivas, p.A3.

executam atividades repetitivas. A linha de montagem adota o conceito de manufatura modular, isto é, cada fornecedor ou sistemista instala-se dentro da fábrica e é responsável pelo fornecimento de uma determinada parte do veículo. Este novo método diminui significativamente o estoque de componentes [CÂMARA AMERICANA DE COMÉRCIO N°370 2001].

A modernização do parque fabril elevou a produtividade da General Motors, que antes era de 30 veículos por ano por trabalhador e atualmente é de 78 veículos por ano por trabalhador [Amcham N°370 2001].

Figura 4.10 – Desempenho da produção em 2001, tendo em vista os investimentos e suas expectativas de produção anual.

| <i>Empresas</i> | Produtos Atuais | Investimentos nas fábricas (em milhões de dólares) | Início da produção | Expectativa de produção anual (em mil unidades) | Volume de produção em 2001 (em mil unidades) |
|---------------------|------------------------|---|---------------------------|--|---|
| DaimlerChrysler | Classe A | 820 | abr-99 | 70 | 9 |
| Honda | Civic | 200 | out-97 | 30 | 21,5 |
| Mitsubishi | L200 | 35 | set-98 | 8 | 10,3 |
| Nissan | Frontier | 100 | dez-01 | 4 | - |
| PSA Peugeot Citroën | 206; Xsara Picasso | 600 | fev-01 | 25 | 19 |
| Renault | Clio; Scénic, Motores | 1000 | dez-98 | 120 | 68 |
| Toyota | Corolla | 450 | set-98 | 20 | 13 |
| Volkswagen/Audi | Audi A3; Golf | 750 | jan-99 | 105 | 98 |

Fonte: Gazeta Mercantil

4.3. As montadoras

As empresas que se instalam em mercados emergentes como o do Brasil, procuram não somente a oferta de mão-de-obra barata e abundante; mas principalmente, o mercado com grande potencial de crescimento da demanda interna e demanda regional com

quem o país se relaciona. Como a demanda determina a oferta, essas empresas buscam novas oportunidades de crescimento e de lucro através da economia de escala.

No caso do Brasil, há diversos fatores que indicam um potencial mercado interno e regional, tais como:

- Grande parte da frota de automóveis está com mais de 5 anos de uso;
- A relação de habitantes por carro é ainda muito elevada se comparada aos EUA;
- A formação do MERCOSUL;
- Os acordos bilaterais com outros países de fora do bloco, como o acordo Brasil-México.

As estratégias das montadoras são orientadas para as mudanças competitivas, como a especialização das plantas, a realização de *joint ventures*¹⁰ e a flexibilização no modo de produção, além de abranger a diferenciação crescente de produtos.

Com relação a este último fator estratégico, há uma tendência no desenvolvimento de veículos para mercados diferentes baseados na construção de carros mundiais e regionais em plataformas e componentes comuns compatíveis com a variedade de carrocerias. Assim, as montadoras lançam continuamente novos e modernos modelos para manter-se competitivos no mercado.

Outro ponto estratégico é a tendência de especialização das plantas, inclusive intrapaíses, como a relação Brasil e Argentina que refletem a utilização de bases produtivas nacionais para explorar o mercado regional. Dessa forma, os acordos de comércio têm um importante papel na racionalização das fábricas e na reestruturação da produção dos fabricantes de veículos na região.

As montadoras fazem alianças, associações, *joint ventures*, fusões¹¹ e aquisições para explorar um mercado específico ou mesmo para reduzirem os custos de produção com a utilização de uma mesma plataforma para carrocerias de marcas diversas.

¹⁰ **Joint-venture:** expressão em inglês que significa “união de risco” e designa o processo mediante o qual empresas se associam para o desenvolvimento e execução de um projeto específico no âmbito econômico e/ou financeiro [Sandroni 2000].

¹¹ **Fusão:** união de duas ou mais companhias, formando uma única grande empresa, geralmente sob controle administrativo da maior ou mais próspera delas. Esse tipo de associação permite reduções de custos, mas pode levar a práticas restritivas ou monopolísticas. Há duas formas de fusão: fusão horizontal e fusão vertical.

- Fusão horizontal: é a fusão de duas empresas que produzem o mesmo produto no mercado. Por exemplo, duas montadoras de automóveis.

Caso famoso foi a *joint venture* entre Volkswagen e Ford, conhecida como Autolatina, na qual a Volkswagen e a Ford utilizavam a mesma plataforma para produzir um modelo com a marca da Volkswagen e outra com a marca da Ford. Essa joint-venture durou de 1987 a 1994, com a Volkswagen possuindo 51% dos ativos e a Ford, 49%. Mazda e Mitsubishi formaram uma *joint venture* para explorar o mercado andino. A japonesa Nissan formou uma aliança com a francesa Renault para usufruir de parte da rede de fornecedores da Renault. Essa aliança visava aumentar a competitividade dos preços dos automóveis da Nissan com o aumento do índice de nacionalização das peças e componentes [Rios 5/10/2001:C6].

-
- Fusão vertical: é a fusão de duas empresas que produzem produtos que pertencem a diferentes etapas do processo produtivo. Por exemplo, a fusão de uma empresa siderúrgica com uma montadora de automóveis.

Figura 4.11 – Fusões e aquisições de empresas montadoras de automóveis ocorridas no mundo a partir de 1990.

| General Motors | | | Renault | | |
|-----------------------|------|------------------|-------------------|------|------------------|
| Empresa | ano | porcentual final | Empresa | ano | porcentual final |
| Saab | 1990 | 50% | Samsung | 2000 | 70,10% |
| Isuzu | 1999 | 49% | Dacia | 2001 | 92,70% |
| Subaru | 1999 | 20% | Nissan | 2001 | 44,40% |
| Suzuki | 2000 | 20% | | | |
| Daewoo | 2001 | 67% | Volkswagen | | |
| Fiat | 2001 | 20% | Skoda | 1991 | 70% |
| | | | Lamborghini | 1998 | 100% |
| DaimlerBenz | | | Bugatti | 1998 | 100% |
| Chrysler | 1998 | 100% | Bentley | 1998 | 100% |
| Hyundai | 2000 | 10% | | | |
| Mitsubishi | 2001 | 37,30% | Toyota | | |
| | | | Daihatsu | 2001 | 51,20% |
| Ford | | | | | |
| Jaguar | 1990 | 100% | | | |
| Mazda | 1996 | 33,40% | | | |
| Volvo cars | 1999 | 100% | | | |
| Land Rover | 2000 | 100% | | | |
| | | | | | |

Fonte: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, Revista Exame, Revista Isto É dinheiro, Revista Carga & Transporte, Revista Automotive Business, Revista Livre Mercado, Revista Automóvel & Requite, Sites: www.volkswagen.ge; www.gm.com; www.fiat.it; www.ford.com; www.toyota.com; www.daimlerchrysler.com; www.renault.com; www.subaru.com; www.mazda.com; www.nissan.com;

Segundo pesquisa da consultoria Roland Berger, o melhoramento das condições socioeconômicas, como educação, habitação e consumo, irá progressivamente colaborar para uma melhor distribuição da renda e conseqüente migração das famílias para classes de rendimentos mais elevados, entorno de US\$ 1,5 mil/ mês . Esta emergente classe social abrirá caminho a um novo segmento de automóvel. Este segmento representará uma demanda de cerca de 1,5 milhão de unidades com preços de até US\$ 5 mil, denominado de segmento sub-A [van Acker 5/10/2001:6].

5. Comércio Internacional e Acordos de Livre Comércio

A economia global está se tornando cada vez mais integrada do que nunca. Isso ocorre pela ênfase crescente do comércio internacional entre as principais nações industrializadas e os diversos blocos econômicos, que são peças de um quebra-cabeça onde o encaixe das partes leva em consideração fatores sócio-culturais, econômicos e políticos de cada nação.

A principal contribuição que a integração econômica tem trazido para o comércio internacional é a diminuição de barreiras para o livre fluxo de mercadorias, serviços e capital entre as nações-estado [Bateman 1998: 179].

À medida que o comércio é liberalizado a competição entre as empresas de diversos países tende a ficar mais acirrada. Com isso, haverá uma seleção na qual as empresas mais eficientes sobreviverão. A busca por maior eficiência leva as empresas, principalmente as grandes corporações, à máxima otimização do processo produtivo através de sua segmentação, ou seja, a dispersão da fabricação de cada componente do produto final, além dos departamentos de marketing e pesquisa, para lugares no mundo onde as condições de custos e habilidades sejam mais favoráveis [Idem: 179].

Reich (1991) cita o exemplo de um consumidor americano que compra um Pontiac Le Mans da General Motors. “A maioria das pessoas provavelmente percebe esse modelo como um produto americano. Ocorre que, dos \$ 20.000 pagos pelo carro, cerca de \$ 6.000 vão para a Coreia do Sul, onde o Le Mans é montado; \$ 3.500 vão para o Japão em função de componentes avançados (motores, eixos transversais e componentes eletrônicos); \$ 1.500 vão para a Alemanha, onde o veículo foi projetado; \$ 800 vão para Taiwan, Cingapura e Japão em função de pequenos componentes; \$ 500 vão para a Inglaterra por serviços de propaganda e marketing; e cerca de \$ 100 vão para a Irlanda por serviços de processamento de dados. Os \$ 8.000 restantes vão para a GM e para os advogados, banqueiros e serviços de seguros que a GM utiliza nos EUA. Assim, é o Le Mans um “produto americano”? Certamente que não – mas também não é um “produto coreano” ou

“japonês” ou “alemão”. Assim como um crescente número de produtos que as pessoas comprem hoje, este é um produto *internacional*”¹².

5.1 Comércio Internacional

O comércio internacional destacou-se pela primeira vez com as grandes navegações fenícias. As cidades de Tiro e Sídón foram centros de comércio mundial, na Antigüidade, dominada pelos fenícios, além de Atenas, sob os gregos e Alexandria, no período helenístico. Durante o Império Romano, as cidades próximas ao Mediterrâneo destacaram-se pela troca de produtos, mas com as invasões bárbaras o centro comercial desloca-se para o Mediterrâneo oriental, que faz a ligação entre a Europa e a Ásia. Com as cruzadas, as cidades de Veneza e Gênova destacam-se como centros comerciais enquanto ao norte da Europa os países baixos e a Alemanha formam a Liga Hanseática para a colocação de suas mercadorias. Com a descoberta por Portugal e Espanha de novas terras e produtos tropicais na América, o comércio desloca-se do Mediterrâneo para os novos descobrimentos marítimos [Sandroni 2000: 110-111].

O delineamento das fronteiras entre nações fez surgir barreiras ao fluxo de mercadorias, como as fiscalizações e as regulamentações próprias de cada nação. Portanto, o mercantilismo foi a primeira política comercial adotada pelos Estados Nacionais no Século XVI. Ele tinha como objetivo estimular as exportações e restringir ao máximo as importações para conseguir saldo positivo na balança comercial, ou seja, acumular riqueza. Com a Revolução Industrial no fim do Século XVIII, a política comercial do livre-cambismo opõe-se ao mercantilismo ao pregar a mínima intervenção governamental e o livre comércio. Entretanto, diversas nações naquela época não-industrializadas, como EUA e Alemanha, acusavam o livre-cambismo de beneficiar somente as nações industrializadas. Daí propuseram a doutrina do protecionismo que caracteriza-se por adotar barreiras alfandegárias contra a importação de produtos que competissem com as indústrias passíveis

¹² Reich, R. B. *The work of nations: preparing ourselves for 21st-century capitalism*. New York: Alfred A. Knopf, 1991, p.113 *apud* Bateman, Thomas S. e Snell, Scott A. **Administração: construindo vantagem competitiva**. São Paulo: Atlas, 1998, p.179.

de serem desenvolvidas no país. Com a eclosão da I Guerra Mundial e a desorganização do comercial internacional, os EUA industrializaram-se. A eclosão da II Guerra Mundial causou uma nova retração da atividade comercial. Dessa forma, após a guerra, numa tentativa de estimular a atividade comercial com a desobstrução das vias de intercâmbio comercial, concluiu-se em Genebra o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Com isso, os países-membros negociam periodicamente acordos internacionais de mercadorias que conciliem os interesses dos países compradores e vendedores para a redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias¹³. Outro importante fator de promoção ao comércio internacional é a constituição de blocos de países, tais como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Área de Livre Comércio do Norte (NAFTA), Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC) e outros [Idem: 111].

5.2 Teorias do Comércio Internacional

O comércio exterior é a maneira de um país suprir as necessidades de bens e serviços que não produz com tanta eficiência quanto produz trigo, por exemplo. Os países e as pessoas são bons em algum determinado tipo de atividade, seja de serviço ou processo produtivo, e menos eficientes em outras atividades. Assim, existem várias razões que fundamentam a importância do comércio internacional, seja para a sobrevivência de um país ou mesmo para a simples satisfação de necessidades menos vitais [Passos 1999: 428-429].

As principais razões são¹⁴:

- Desigualdades entre as nações quanto à reserva de recursos naturais;

¹³ **Barreiras tarifárias:** É um imposto adicionado ao preço internacional do produto, que poderá fazer com que o preço da mercadoria produzida internamente se torne competitivo. Isso evita que os produtos nacionais não sofram com a concorrência dos produtos importados mais baratos.

Barreira não-tarifárias: constituem-se em restrições não tarifárias ao comércio e podem caracterizar-se pela aplicação de restrições quantitativas às importações, tarifas variáveis de importação, preço mínimo de importação, licenças de importação discricionárias e acordos de restrição voluntárias à exportação [Correa 2001:86].

¹⁴ Passos, Carlos R. M. e Nogami, Otto. **Princípios de economia**. São Paulo: Pioneira, 1999, p.428-430.

- Particularidades internacionais quanto aos fatores climáticos e os tipos de relevos existentes;
- Desigualdades nas disponibilidades estruturais de capital e trabalho;
- Existência de diversos estágios de desenvolvimento tecnológico.

Apresentam-se, assim, duas teorias que buscam explicar a existência do comércio internacional: a teoria da vantagem absoluta, de Adam Smith, e a teoria da vantagem comparativa, de David Ricardo.

5.2.1 Teoria da Vantagem Absoluta

A teoria de **Adam Smith** de 1776 preconiza a adoção do livre comércio como a melhor alternativa para todos os países, em contraposição a doutrina mercantilista, de restrição às importações como base para o enriquecimento da nação. A teoria da vantagem absoluta fundamenta-se no fato de que cada nação quando se especializa na produção de mercadorias que produz com maior eficiência que outras, ou seja, em que tivessem uma vantagem absoluta, e importa mercadorias que possua desvantagem absoluta, permitiria um aumento na produção e no consumo, beneficiando as nações que comerciavam entre si [Passos 1999:430].

Por exemplo, o Brasil produz com maior eficiência o produto ferro e menos eficientemente, aparelhos eletrônicos. Já os EUA produzem com maior eficiência aparelhos eletrônicos e menos eficientemente, o ferro. Dessa forma, a teoria das vantagens absolutas de Adam Smith diz que se os EUA deixarem de produzir ferro e se dedicarem à produção de aparelhos eletrônicos, e o Brasil deixar de produzir aparelhos eletrônicos e concentrar a sua força produtiva no produto ferro ambas as nações estariam se beneficiando do aumento da produção de cada produto, além do aumento do consumo.

5.2.2 Teoria da Vantagem Comparativa

No início do Século XIX, **David Ricardo** explicou grande parte sobre o comércio internacional que a teoria de Adam Smith não havia conseguido. Para isso, Ricardo mostrou que não é necessário a existência de vantagem absoluta para que a especialização e o comércio sejam vantajosos. Ele afirmou que mesmo que uma nação apresentasse desvantagem absoluta na produção de ambas as mercadorias em relação à outra nação, ainda assim o comércio seria vantajoso, desde que ela se especializasse na produção da mercadoria na qual a sua vantagem absoluta fosse maior e importasse mercadoria na qual sua vantagem absoluta fosse menor [Passos 1999: 432-433].

O teorema ricardiano é freqüentemente exemplificado através do comércio de dois países distintos, no entanto, pode-se expandi-lo para toda a área de livre comércio (ALC) na qual as tarifas internas aduaneiras são zeradas para o bloco e mantidas as tarifas externas de cada país-membro.

Antes de prosseguir é importante mencionar que além dos fatores clássicos, tais como a terra, a mão-de-obra e o capital, que são fontes de vantagem comparativa um outro fator tão importante quanto os mencionados é a tecnologia. Assim, a abundância de mão-de-obra de um país é apenas um fator natural, pois a dotação de tecnologia, isto é, as habilidades e atitudes dos trabalhadores que refletem o grau de escolaridade e treinamento é que produzirão grandes efeitos sobre a vantagem comparativa de cada país. Outro ponto importante é a questão da especialização, ou seja, dois países são dotados de tecnologia, mas cada um está direcionado a um determinado segmento do mercado, no caso da indústria automobilística em que certos países possuem especialização em determinados segmentos que outros não possuem. Por exemplo, o Brasil possui know-how tecnológico na produção de motores de 1.000cc.

5.2.2.1 Exemplo orientado de vantagem comparativa dentro de um bloco econômico com produtos automotivos

Um exemplo hipotético pode, dessa forma, auxiliar na compreensão da vantagem comparativa dentro de uma área de livre comércio na indústria automobilística. Considere

um bloco econômico formado por quatro países: Brasil, Canadá, EUA e Venezuela. O comércio é realizado com dois produtos, o primeiro é o segmento dos automóveis de luxo e o segundo, são as pick-ups. A tabela 5.1 abaixo indica a produção de dois tipos de veículos em quatro países distintos.

Tabela 5.1 exemplo hipotético da vantagem comparativa em uma ALC

| | Fator de produção | Quantidades produzidas | |
|-----------|----------------------------|------------------------|----------|
| | | automóveis de luxo | pick-ups |
| EUA | 1/ trabalhador produz/ ano | 100 | 50 |
| Canadá | 1/ trabalhador produz/ ano | 80 | 40 |
| Brasil | 1/ trabalhador produz/ ano | 20 | 40 |
| Venezuela | 1/ trabalhador produz/ ano | 10 | 10 |

Com isso, pode-se concluir que nos EUA para cada pick-up produzida deixaria-se de produzir dois automóveis de luxo, no Canadá a relação é a mesma, isto é, uma pick-up para dois automóveis de luxo, já no Brasil produz-se uma pick-up em detrimento de $\frac{1}{2}$ (meio) automóvel de luxo, finalmente, na Venezuela para cada pick-up produzida um automóvel de luxo é deixado de produzir. Então, somente seria vantajoso para os EUA se a relação de troca de um automóvel de luxo correspondesse a mais de $\frac{1}{2}$ pick-up, igualmente para o Canadá, já para o Brasil a troca de uma pick-up teria de corresponder a mais de $\frac{1}{2}$ automóvel de luxo e para a Venezuela a vantagem ocorreria se para cada pick-up a troca correspondesse a mais de um automóvel de luxo.

Tabela 5.2 - relação de troca vantajosa para cada país

| | | | |
|-----------|---------------------|-----|-------------------------|
| EUA | 1 automóvel de luxo | por | + 0,5 pick-up |
| Canadá | 1 automóvel de luxo | | + 0,5 pick-up |
| Brasil | 1 pick-up | | + 0,5 automóvel de luxo |
| Venezuela | 1 automóvel de luxo | | + 1 pick-up |

Agora suponha que se estabeleça uma relação de troca de **1 automóvel de luxo** → **1,5 pick-up**, dessa forma, o modelo ricardiano propõe que os EUA, o Canadá e a Venezuela se especializem na produção de automóveis de luxo e o Brasil, na produção de pick-ups pois possui maior vantagem comparativa na produção de pick-up do que na produção de automóveis de luxo. O mesmo ocorre com os demais países cuja vantagem comparativa é maior na produção de automóveis de luxo, levando em consideração a relação de troca existente.

Caso os EUA comercializem com o Brasil 1 automóvel de luxo, a troca ocorrerá por 1,5 pick-up, ou seja, 1 pick-up corresponderá a 0,67 automóvel de luxo. Assim, apesar de o Brasil não possuir vantagem absoluta em relação aos EUA, a vantagem comparativa permitirá que ambos obtenham uma relação de troca vantajosa, através da especialização de cada país. Um outro fato relevante é que nesse exemplo específico em que o Brasil é o único país que tem o know-how na produção de pick-ups, os outros dois países, Canadá e Venezuela, só obteriam uma relação de troca vantajosa caso comercializassem com o Brasil. Por exemplo, a relação de troca entre os EUA e o Canadá não resultaria em nenhuma vantagem para ambos, e a relação entre EUA e Venezuela resultaria em desvantagens.

5.3 Integração Econômica

Existem diversas variações na definição sobre integração econômica. Krämer (1969) dá uma definição geral "...qualquer processo ou situação em que unidades com uma base econômica, legal e política em particular se tornem ou estejam interligadas como um todo e que a unidade de ação e espírito das pessoas e instituições participantes esteja permanentemente cristalizada"¹⁵. A integração sugere uma tendência a unificação, ou seja, uma integração econômica plena, onde haja uma garantia de liberdade de movimento de pessoas, de bens e de capital, a circulação de uma moeda única e um orçamento comum, como foi o caso da unificação da Alemanha, no século XIX. Entretanto, há uma escala

¹⁵ Krämer, H. R.. *Formen und Methoden der internationalen wirtschaftlichen Integration. Versuch einer Systematik* (J.C.B. Mohr-Siebeck, Tübingen, 1969), p.21, *apud*: van Meer Haeghe, Marcel Alfons Gilbert. **Economia Internacional**. São Paulo: Atlas, 1980, p. 135-147.

gradual de adoção do processo de integração econômica [van Meer Haeghe 1980: 136-136].

As formas de integração econômica são¹⁶:

- **Área de livre comércio:** a circulação de produtos é livre entre cada país-membro, mas a tarifa para com outros países fora do bloco é diferenciada; Por exemplo, o NAFTA (North América Free Trade Área) é uma área de livre comércio. Assim como a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) é um projeto em tramitação para reunir numa área de livre comércio, todos os países das Américas, exceto Cuba.
- **União aduaneira:** é uma área de livre comércio, mas com uma tarifa externa comum para países não-membros; Por exemplo, o Mercosul é uma união aduaneira, com intenção de ser um Mercado comum.
- **Mercado comum:** abrange as características de uma união aduaneira e mais a harmonização de legislações e a circulação de pessoas, capitais e de empresas.
- **União econômica:** inclui os aspectos de um mercado comum e, adicionalmente, apresenta uma moeda única e políticas macroeconômicas, sociais, de segurança comuns. Por exemplo, a união européia está deixando de ser um mercado comum para com a criação do Euro passar a ser uma união econômica.

Os acordos comerciais podem ser de dois tipos: acordos bilaterais e acordos multilaterais. No **Acordo bilateral de comércio** dois países concordam em reduzir impostos de importação para determinados itens, quando são transacionados entre eles. O **acordo multilateral** é teoricamente o livre comércio de mais de dois países, sem que haja facilidades tarifárias diferentes para nenhum dos membros do acordo. Permite assim que cada país extraia os ganhos máximos do comércio exterior, considerando a teoria das vantagens comparativas de Ricardo [Sandroni 2000:415].

O acordo multilateral mais importante desde a Segunda Guerra Mundial foi o General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), ou seja, Acordo Geral de Tarifas e de Comércio criado em 1948, e que estabeleceu regras para a regulamentação do comércio internacional entre as partes contratantes. Entretanto, o GATT tinha um caráter ad hoc, provisório e abrangia apenas o comércio de bens. Com a Rodada Uruguai de negociações

¹⁶ Correa, José Augusto. **Competitividade Global 2001**. São Paulo, 2001, p. 69-70.

comerciais multilaterais do GATT, que durou sete anos, as nações participantes promoveram o GATT para tomar forma, a partir de 1º de janeiro de 1995, como uma Organização Mundial do Comércio (OMC), através de vários acordos, normas, medidas que regulamentaram e ampliaram o campo de atuação do antigo GATT. Atualmente a OMC é o único órgão internacional que trata de questões que abrangem o comércio entre países-membros [Correa 2001:72-91].

5.4 Os blocos econômicos na América Latina e o Brasil

A tentativa de integração econômica dos países da América Latina é um projeto antigo. Vêm do surgimento de diversos acordos bilaterais durante as décadas de 40 e 50 e com a instituição da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC)¹⁷, com o Tratado de Montevidéu de 1960 que objetivava a formação de uma Zona de Livre Comércio, que seria a base para um mercado comum latino-americano. Entretanto, de 1970 a 1980, a ALALC entrou em crise devido as grandes diferenças econômicas dos membros e a forte instabilidade política e econômica na região durante a década de 1970. Em 31 de dezembro de 1980 a ALALC foi extinta e em seu lugar foi criado a ALADI¹⁸ – Associação Latino-Americana de Integração, com o Tratado de Montevidéu. O tratado de Montevidéu passou a vigorar a partir de 18 de março de 1981 com a finalidade de ser mais flexível, mais dinâmica e sem os erros da extinta ALALC [Domingues 1995: 69-78].

Outro bloco econômico em que o Brasil faz parte é o Mercado Comum do Sul (Mercosul). O Mercosul é uma união aduaneira com pretensões de mercado comum que foi instituído através do Tratado de Assunção em 1991, e passou a funcionar a partir de 1º de janeiro de 1995. É composto por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O tratado de Assunção tem como objetivo alcançar a livre circulação de capital, mercadorias, pessoas e serviços, bem como a criação de uma tarifa externa comum (TEC) e uma política externa comum de comércio, além da coordenação de políticas macro-econômicas [Noronha 1996:97-102].

¹⁷ ALALC era constituída pela Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Equador, Colômbia, Venezuela e Bolívia [Sandroni 2001:19].

¹⁸ ALADI é composta pelos mesmos 11 países que compunham a ALALC.

6. ALCA

6.1 Antecedentes e a fase preliminar às negociações

A ALCA, ou seja, a Área de Livre Comércio das Américas¹⁹ tem a sua origem no início dos anos 90, com a proposta do então presidente dos EUA, George Bush, da chamada “*Iniciativa para as Américas*”. Essa proposta fundamenta-se no mesmo princípio celebrizado pelo ex-presidente norte-americano James Monroe, que em 1823, através da Doutrina Monroe defendia a idéia de uma “América para os americanos”. Com isso, buscava-se um aprofundamento das relações dos EUA com a América Latina, visando assim, construir uma área de livre comércio (ALC) do Alasca (EUA) à Terra do Fogo (Argentina) [DESER 2000]²⁰.

Tabela 6.1 – Indicadores das 7 principais economias da ALCA (dados referentes ao ano 2000)

| | PIB (em Bilhões de US\$) | População (em milhões de pessoas) | Exportações (em milhões de US\$) | Importações (em milhões de US\$) | IDH (posição) |
|----------------|--------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|-----------------|
| Estados Unidos | 9.882,8 | 281,4 | 782.429 | 1.258.027 | 6 ^a |
| Canadá | 689,5 | 30,7 | 277.233 | 249.218 | 3 ^a |
| Brasil | 587,9 | 169,8 | 55.086 | 55.783 | 69 ^a |
| México | 574,5 | 96,0 | 166.455 | 174.458 | 51 ^a |
| Argentina | 285 | 37,0 | 26.244 | 25.157 | 34 ^a |
| Venezuela | 120,5 | 24,2 | 32.401 | 17.113 | 61 ^a |
| Chile | 70,5 | 15,2 | 16.158 | 16.069 | 39 ^a |
| ALCA | 11.000,0 | 800,0 | | | |

Fonte: IBGE / US Census Bureau / M.R.E. – conjuntura econômica / Bird – WDI / PNUD – IDH 2001.

O projeto de uma área de livre comércio só foi retomado em 1994 pelo sucessor de Bush, Bill Clinton, que chamou os países do hemisfério para uma reunião de chefes de

¹⁹ FTAA – Free Trade Área of the Americas.

²⁰ DESER – Departamento de estudos sócio-econômicos rurais. Encarte Especial – “Integração nas américas: uma abordagem a partir do rural”, dezembro, 2000.

Estado e de Governo em Miami. Assim, em 10 de dezembro de 1994, ocorreu a *Primeira Reunião de Cúpula das Américas*, constituída pelos chefes de Estado de 34 países do continente, com exceção de Cuba para dar início à constituição da Área de Livre comércio das Américas. Desse encontro foram elaborados uma declaração de princípios e um plano de ação²¹ [GAO 2001]²².

Na *Declaração de princípios*²³ de Miami, os países integrantes²⁴ da ALCA se propõem a um pacto pela preservação e fortalecimento da democracia, promoção da prosperidade, erradicação da pobreza e da discriminação, desenvolvimento sustentável e conservação do meio ambiente. Para cada um dos temas acima citados foi preparado um plano de ação que orientará no processo de formação da ALCA [ANEXO I].

Tabela 6.2 - Calendário preliminar para as próximas atividades.

- Conferência de Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável (Bolívia, 1996), com reuniões ministeriais anuais de acompanhamento.
- Conferência Ministerial sobre Combate a Lavagem de Dinheiro (precedida de reunião técnica)
- Conferência de Doadores para a Elaboração de Programas de Desenvolvimento Alternativo para Deter o tráfico de Entorpecentes
- Conferência Global sobre Combate a Entorpecentes
- Conferência Especial da OEA sobre Combate ao terrorismo
- Conferência Regional sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança (Chile, 1995)
- Reuniões dos Ministros responsáveis pelo comércio (junho de 1995, março de 1996)
- Reunião da Comissão sobre Assuntos Financeiros Hemisféricos
- Reunião hemisférica sobre Desenvolvimento das Indústrias de Energia (primeiro semestre de 1995)
- Reunião dos Ministros Responsáveis pela Ciência e Tecnologia (1995)

²¹ Ver ANEXO II – íntegra do Plano de Ação elaborado na primeira Cúpula das Américas em Miami, EUA.

²² GAO – United States General Accounting Office. “Free Trade Area of the Americas: Negotiators move toward agreement that will have benefits, costs to US economy”. September, 2001.

²³ Ver ANEXO I, íntegra da declaração de princípios da Cúpula das Américas de Miami, EUA, 1994.

²⁴ Os 34 países participantes das negociações da ALCA são: Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Equador, El Salvador, Estados Unidos da América, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

- Reunião dos Governos e Doadores/Entidades Técnicas para Estabelecer Mecanismos de Reforma da Saúde
- Simpósio sobre Energia Sustentável (primeira metade de 1995)

Fonte: Plano de ação da Cúpula de Miami, 1994.

Assim, conforme o calendário da tabela 6.2 estabelecido na Cúpula de Miami, em 30 de junho de 1995 realizou-se a *Primeira Reunião dos Ministros de comércio* do Hemisfério em Denver²⁵, EUA. Na I Reunião Ministerial sobre Comércio foi aprovada a criação de sete Grupos de Trabalho (GT) que iniciaram atividades em torno dos seguintes temas:

- **Acesso a mercados:** Este grupo foi coordenado por El Salvador. Visa desenvolver um banco de dados sobre as políticas comerciais dos países do continente, assim como, as barreiras tarifárias e não tarifárias existentes e estatísticas de comércio exterior;
- **Procedimentos alfandegários e regras de origem:** Grupo coordenado pela Bolívia. Visa levantar um inventário de todos os procedimentos alfandegários existentes no Hemisfério, além de identificar e recomendar aspectos fundamentais para um sistema alfandegário eficiente;
- **Investimentos:** Grupo coordenado pela Costa Rica. Visa levantar um inventário dos tratados e acordos existentes no continente, inclusive sobre os dispositivos de proteção. Cabe também ao Grupo de trabalho sobre Investimentos compilar um inventário de regimes de investimentos da região e determinar as áreas de convergência e divergência para assim, formular recomendações específicas;
- **Padrões e barreiras técnicas ao comércio:** Este grupo é coordenado pelo Canadá e visa levantar informações dos órgãos responsáveis pela avaliação e conformidade dos regulamentos técnicos existentes. Está incumbido de fazer recomendações para que haja uma maior transparência no estabelecimento de padrões e sua conformidade com os acordos da OMC sobre padrões e barreiras técnicas ao comércio;

²⁵ Ver ANEXO III – íntegra da declaração ministerial sobre comércio em Denver, EUA, 1995.

- **Medidas sanitárias e fitossanitárias:** Este grupo é coordenado pelo México. Visa compilar um inventário das medidas e ajustamento das legislações à OMC, buscando-se a transparência na troca de informações e notificações dos regulamentos técnicos, para evitar a criação de barreiras no comércio;
- **Subsídios, Antidumping e direitos compensatórios:** Grupo coordenado pela Argentina e que está encarregado da compilação das legislações nacionais, o entendimento da regulamentação dos acordos da Rodada Uruguai, e quais os procedimentos de investigação adotados pelos países. Está encarregado também da definição de disciplinas para a concessão de subsídios na região;
- **Economias menores:** Grupo coordenado pela Jamaica e que está encarregado de identificar e examinar formas de classificação das economias menores, assim como, os efeitos de suas participações na ALCA.

Cada grupo ficou instruído a apresentar um relatório na próxima Reunião Ministerial sobre comércio em março de 1996 em Cartagena, na Colômbia [ANEXO III].

Em 21 de março de 1996, na *Segunda Reunião Ministerial sobre Comércio*²⁶, os ministros reforçaram o compromisso de findar o processo de negociação no ano de 2005, e a **criação de mais quatro grupos de trabalho sobre compras governamentais, direitos de propriedade intelectual, serviços e política de concorrência** [ANEXO IV].

A *Terceira Reunião Ministerial sobre comércio* ocorreu no Brasil²⁷ em maio de 1997, onde foi criado o **décimo segundo grupo de trabalho sobre soluções de controvérsias** com a coordenação do Uruguai. Deu-se também a implementação de um Comitê preparatório integrado pelos 34 vice-ministros, onde foi determinada uma maior intensificação dos esforços para alcançar um consenso e resolver temas ainda pendentes. A reunião em Belo Horizonte também resultou na criação de um site²⁸ na internet sobre a ALCA, com o objetivo claro de divulgar todos os documentos do processo negociador da ALCA, visando assim, adotar uma maior transparência ao processo [ANEXO V].

²⁶ Ver ANEXO IV – íntegra da declaração ministerial sobre comércio em Cartagena, 1996.

²⁷ Ver ANEXO V – íntegra da declaração ministerial sobre comércio em Belo Horizonte, 1997.

²⁸ Site oficial da ALCA – www.ftaa-alca.org

6.2 Fase das Negociações

A *Quarta Reunião Ministerial sobre Comércio* realizou-se em São José²⁹, na Costa Rica. Esta reunião marcou o fim da fase preparatória e o começo das negociações. Para isso, criou-se uma estrutura inicial das negociações que são: os Comitês de Negociação Comercial, três instâncias não negociadoras e nove grupos de negociação (GN). Ficou estabelecido que o objetivo geral das negociações seria estabelecer uma área de livre comércio no Hemisfério Ocidental, na qual seriam progressivamente eliminadas as barreiras ao comércio de bens, serviços e investimentos, com a conclusão até 2005. Quanto aos nove Grupos de Negociação [ANEXO VI], são eles:

- **Acesso a mercados:** Visa a eliminação progressiva das tarifas e das barreiras não-tarifárias, bem como outras medidas de efeito equivalente que restringem o comércio entre os países participantes;
- **Agricultura:** Busca através das negociações identificar e desenvolver mecanismos que facilitem o comércio, e que estejam em conformidade com o Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC. Busca também impedir que medidas sanitárias e fitossanitárias não sejam aplicadas de maneira a constituírem uma barreira comercial injustificável entre países ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional.
- **Regras de origem:** Formular um mecanismo eficiente e democrático sobre regras de origem, que proporcionem um maior intercâmbio de mercadorias.
- **Procedimentos aduaneiros:** Visa a desenvolver um sistema aduaneiro simplificado e eficaz, que facilite o comércio e reduza os custos relativos administrativos, com vistas à transparência, eficiência, integridade e responsabilidade.
- **Investimentos:** Tem como objetivo formular um sistema jurídico estável e previsível, em um ambiente seguro para os investidores de dentro e de fora da ALCA.
- **Normas e barreiras técnicas ao comércio:** Seu fim maior é eliminar as barreiras técnicas que criam obstáculos ao comércio.

²⁹ Ver ANEXO VI – íntegra da declaração ministerial sobre comércio em São José, Costa Rica, 1998.

- **Subsídios, antidumping e direitos compensatórios:** Através das negociações, busca-se estabelecer regras e procedimentos relativos as medidas de subsídios e antidumping que não configurem obstáculos injustificáveis ao comércio, e que estejam em ressonância com os Acordos de Subsídios e medidas compensatórias da OMC, cujos membros fazem parte.
- **Compras governamentais:** Leva em consideração a finalidade de promover a ampliação de mercado para as compras governamentais sem que ocorram discriminações ou parcialidades para ambos os lados (comprador e vendedor).
- **Direitos de propriedade intelectual:** Frente as constantes transformações no campo tecnológico, este grupo visa promover e garantir a proteção dos direitos de propriedade intelectual.
- **Serviços:** Busca criar procedimentos para a liberalização progressiva do comércio de serviços e para garantir a integração de todas as economias, inclusive as menores, através da transparência e da previsibilidade de cada etapa.
- **Políticas de concorrência:** Busca acima de tudo impedir que táticas empresariais anticompetitivas prejudiquem a liberalização comercial na ALCA. Para isso, as negociações têm como medida desenvolver um sistema jurídico e uma política de concorrência que assegurem um comércio saudável entre as nações do Hemisfério.
- **Soluções de Controvérsias:** Desenvolver um mecanismo compatível com as Regras e Procedimentos que regem a Solução de Controvérsia da OMC para a solução de controvérsias entre as nações que compõem a ALCA.

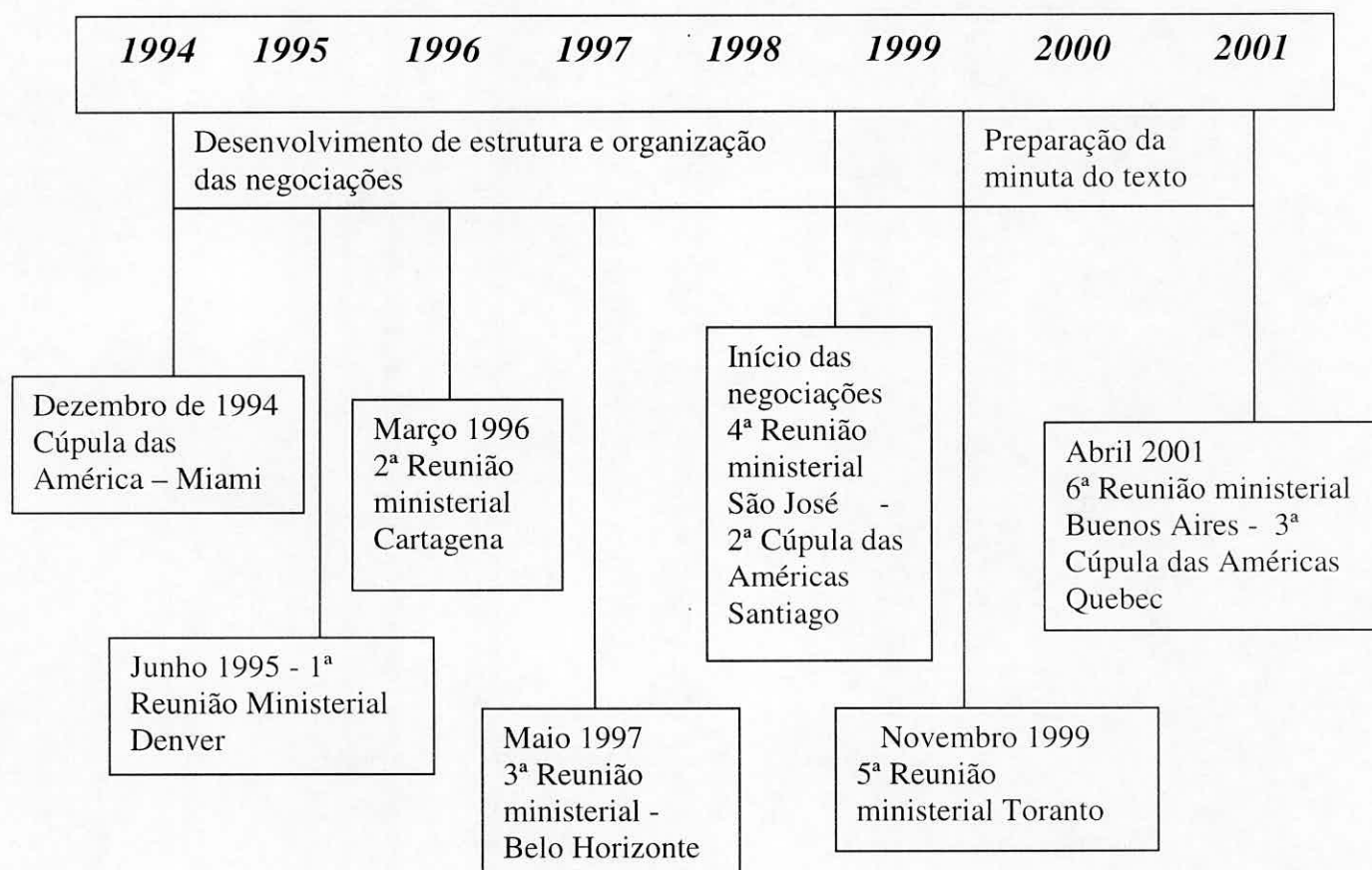
A *Quinta Reunião Ministerial sobre Comércio* em Toronto³⁰, no Canadá, apresentou como principais resultados à adoção de oito medidas de facilitação de negócios na área de procedimentos aduaneiros e de outras dez na área de transparência. Estabeleceu-se diretrizes para o futuro das negociações até a Sexta Reunião Ministerial de Buenos Aires, em abril de 2001. Os nove grupos negociadores concordaram em preparar para a próxima reunião uma minuta de acordo de suas respectivas áreas, contendo textos de

³⁰ Ver ANEXO VII – íntegra da declaração ministerial sobre comércio em Toronto, Canadá, 1999.

consenso, alternativas e textos entre colchetes. O Comitê de Negociações Comerciais ficou encarregado de discutir uma estrutura geral de um acordo da ALCA [ANEXO VII].

Em abril de 2001 ocorreu a *Sexta Reunião Ministerial sobre Comércio* em Buenos Aires³¹, Argentina. A declaração de Buenos Aires estabeleceu os prazos limites para as negociações, como as negociações em torno da minuta do Acordo da ALCA que devem ser finalizadas até janeiro de 2005, e entrará em vigor no mais tardar até dezembro de 2005. Os prazos para as negociações de Acesso a mercados e tarifas também foram estabelecidos [ANEXO VIII].

Figura 6.3 – Negociações da ALCA 1994-2001



Fonte: GAO 2001.

³¹ Ver ANEXO VIII – íntegra da declaração ministerial sobre comércio em Buenos Aires, Argentina, 2001.

6.3 A influência da ALCA na economia brasileira

Atualmente no Brasil, vê-se muita discussão a respeito da formação da ALCA. Uma das principais polêmicas que vem sendo feita quando o assunto aparece em pauta é a abertura comercial e a invasão dos produtos americanos no mercado brasileiro quebrando nossas indústrias, já que esta não conseguirá fazer frente a um produto mais barato e de melhor qualidade, do que o produto americano. Entretanto, esse raciocínio não é completamente verdadeiro, assim, é preciso que analisemo-lo melhor.

Conforme lembrou Lahóz e Caetano³², *há pouco mais de dez anos, quando o presidente Fernando Collor de Melo deflagrou o processo de abertura econômica, um sentimento de pânico tomou conta de muita gente. As pessoas achavam que as empresas brasileiras iriam a falência com a concorrência. Desnacionalização era a palavra presente em qualquer debate econômico. Uma década depois, o fiasco daquelas previsões fica patente: as empresas estão cada vez mais sólidas, os investimentos se acumulam, os produtos estão cada vez mais modernos, os consumidores, mais exigentes*[idem].

Dessa forma, cabe analisarmos de forma mais detalhada os principais setores da economia brasileira para constatar se estão, ou não, preparados para o ingresso do Brasil na ALCA.

- **Setor de autopeças:** As empresas que conseguiram se manter no mercado após a abertura comercial no início da década de 90 estão otimistas quanto à criação do bloco. Houve uma reestruturação que tornou essas empresas competitivas e aptas a enfrentar a concorrência do mercado internacional. Esse foi o caso do paulista Robert Mangels, empresário de três empresas fabricantes de rodas, que presenciou a naquela época a venda da Cofap e da Metal Leve no governo Collor. Ele conseguiu se manter no mercado através da diversificação e do enxugamento de sua estrutura. Por outro lado, com a abertura comercial a importação de equipamentos modernos ficou mais barata, e assim, possibilitou a ele reduzir os custos para níveis inferiores aos internacionais [Sindipeças].

Através da tabela 6.4, que fornece dados sobre o comércio exterior do setor de autopeças, pode-se constatar a importância da Área de Livre Comércio das Américas como

³² Lahóz, André e Caetano, José Roberto. "A conquista da América". Revista Exame, março de 2001.

mercado comprador, cerca de 73,9% do total dos produtos exportados, gerando um saldo positivo na balança comercial do setor com a região das Américas de 1.289,3 milhão de dólares em 2000.

Tabela 6.4 - Comércio Exterior do Setor = (US\$ milhão e Participação % de Mercado):

| Período de Avaliação: | 1998 | | 1999 | | 2000 | |
|--|-----------------|-------------|-----------------|-------------|-----------------|-------------|
| | US\$ | % | US\$ | % | US\$ | % |
| Exportações para Região (ALCA) | | | | | | |
| América do Norte (NAFTA) | 1.668,00 | 39,9 | 1.633,30 | 45,9 | 1.680,30 | 44 |
| América Central/Caribe: | 46,3 | 1,1 | 36,6 | 1 | 58,6 | 1,6 |
| América do Sul | 1.517,10 | 36,2 | 971,7 | 27,3 | 1.081,30 | 28,3 |
| Total Exportado para região: | 3.231,40 | 77,2 | 2.641,60 | 74,2 | 2.820,20 | 73,9 |
| Total Exportado pelo setor | 4.186,00 | 100% | 3.557,50 | 100% | 3.818,60 | 100% |
| Importações dos países da região: | | | | | | |
| América do Norte (NAFTA) | 940,1 | 22,6 | 696,8 | 19,1 | 970 | 23,5 |
| América Central: | 4,1 | 0,1 | 2,5 | 0,1 | 2,2 | 0,1 |
| América do Sul | 592,3 | 14,3 | 545,8 | 15 | 558,7 | 13,5 |
| Total Importado da região | 1.536,50 | 37,4 | 1.245,10 | 34,2 | 1.530,90 | 37,1 |
| Total Importado pelo setor | 4.152,80 | 100% | 3.642,00 | 100% | 4.131,80 | 100% |

Fonte: Sindipeças

- **Setor automotivo:** Mostra ser um setor com grandes perspectivas diante da formação de uma área de livre comércio das Américas. Empresas como a Marcopolo, maior fabricante brasileiro de ônibus, e a Fiat, que possui parceria com a americana GM, além da Ford e da GM, estão otimistas com a ALCA. Nos últimos anos a Marcopolo internacionalizou-se e tornou-se uma multinacional, com exportações para o México, Argentina, Colômbia, Portugal e África do Sul, segundo José Martins, vice-presidente corporativo da Marcopolo. Já na Fiat, conforme disse o Superintendente Gianni Coda, a parceria com a GM visa a reduzir custos, e com a ALCA pode surgir novas possibilidades para seus produtos [Lahóz e Caetano 2001].
- **Setor siderúrgico:** As empresas brasileiras são claramente mais modernas e aptas a concorrerem com produtos internacionais, pois produzem a um custo muito baixo se

comparado com empresas americanas. Apesar do forte lobby do aço para manter o mercado americano fechado, empresas como a Gerdau estão superando estes entraves com usinas próprias nos EUA e Canadá [Idem].

- **Setor têxtil:** A modernização ocorrida nos últimos 6 anos tornou o setor capacitado a enfrentar a competição internacional. Hoje, as exportações deste setor destinam-se a diversos países, entre eles estão presentes o Japão, EUA, Venezuela, países da Europa ocidental e até Eslovênia [Idem].
- **Setor agrícola:** O setor é altamente competitivo tanto que os americanos utilizam um forte lobby no congresso para criar barreiras a importação de produtos agrícolas brasileiros, como no caso da laranja e da soja. Segundo o empresário brasileiro Blairo Maggi, produtor de soja, *sem os subsídios do governo americano de cerca de 3,3 bilhões de dólares o Brasil toma conta do mercado* [Idem].

Conforme os setores apresentados acima, conclui-se que alguns deles são altamente competitivos, como o setor agrícola, têxtil, siderúrgico, autopeças, automotivo e de calçados, mas o tamanho do ganho com a formação de uma área de livre comércio dependerá dos resultados obtidos nas negociações, por exemplo, das barreiras tarifárias e não-tarifárias, que estão sendo realizadas entre os membros participantes do hemisfério.

6.4 Barreiras à implementação

Os Estados Unidos da América são uma nação fortemente protecionista, apesar de se considerarem um dos países mais abertos e liberais do mundo. *O protecionismo é a adoção de um sistema de tarifas ou cotas para restringir o fluxo das importações*³³. As barreiras impostas pelo governo americano acabam por prejudicar que produtos competitivos possam desfrutar do maior mercado do mundo. Isso tem acontecido com diversos tipos de produtos como o aço, a laranja e a soja são diversos os meios de barrarem tais mercadorias.

- **Lobby:** Os EUA têm uma tradição muito grande em proteger sua produção através de atividades por pessoas, em nome de organizações, que passam a atuar no congresso para obter decisões favoráveis dos governantes aos seus interesses. Tais

³³ Sandroni, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo, best seller: 2000.

interesses são legalmente levados à discussão aberta no Legislativo, o que torna a remoção das barreiras protecionistas mais complicadas [Corrêa 2001].

- **Barreiras não-tarifárias:** A OMC estabelece que tais barreiras podem ser utilizadas na forma de medidas fitossanitárias ou tarifas antidumping, mas não com fim discriminatório; a permissão só ocorre quando tem finalidade de equalizar as condições entre mercado interno e externo. O sistema de cotas limites para determinado produto, sendo que a quantidade acima do estabelecido sofre a cobrança de um imposto mais elevado também configuram um tipo de barreira não-tarifária.
- **Tarifa média de importação:** Talvez a justificativa de os EUA se considerar um mercado aberto comercialmente seja, devido, a sua tarifa média de importação ser de apenas 4%, quando comparada ao Brasil que possui uma tarifa em torno de 14%. Entretanto, certos produtos como a laranja e o aço onde o Brasil é mais competitivo há incidência de uma pesada carga tributária, subsídios aos produtores americanos ou mecanismos de cotas pré-estabelecidas [GAO 2001].
- **TPA³⁴:** O TPA é um dispositivo especial utilizado quando o Poder Legislativo americano autoriza o chefe do Poder Executivo, presidente, a tomar decisões nas negociações com outros países quanto à liberalização do comércio, sem a interferência do Legislativo, como a alteração dos pontos acordados no Executivo. Isso permite que as negociações ocorram mais rápidas e garante que as medidas tomadas não serão modificadas. O ex-presidente Bill Clinton em seus dois mandatos no governo norte-americano não conseguiu obter tal autorização do Poder Legislativo, mas seu sucessor o Presidente George W. Bush já obteve a aprovação da Câmara do deputados, restando apenas a autorização do Senado. Apesar disso, a Câmara aprovou o TPA com algumas considerações quanto a determinados itens. Esse último fato tem provocado uma enorme discussão quanto à viabilidade da formação da ALCA, para países como o Brasil, principalmente.
- **Grandes diferenças de competitividade:** Por haver uma enorme presença de países de diversos tamanhos, econômicos, físicos e demográficos, cada um tem determinado grau de desenvolvimento, o que implica em diferenças de níveis de

³⁴ TPA – Trade Promotion Authority, também foi conhecido como Fast Track (Via Rápida).

produtividade e competitividade. Assim, haverá maior possibilidade de ocorrer uma relação comercial não igualitária entre certas nações [Rodriguez 1998].

Além dos fatores externos, existem os problemas internos do Brasil que acabam por dificultar, senão impossibilitar que os produtos brasileiros possam ser mais competitivos internacionalmente. Tais problemas poderiam ser sanados com o empenho do governo, de tomar medidas como a reforma tributária, a reforma trabalhista, a redução dos custos portuários, os investimentos em infraestrutura e uma política de atração de mais investimentos em áreas de alta tecnologia voltadas a exportação [Barbosa 2001: 25-27].

Convém explicitar que os obstáculos que as empresas brasileiras enfrentam, internamente, para tornar o produto nacional competitivo são assim caracterizados como *Custo Brasil*. O Custo Brasil é determinado através da comparação entre o custo de operação de uma empresa que estivesse localizada no Brasil, versus seu custo em outros países. Assim, o Custo Brasil é o custo adicional ao custo padrão da operação e que não pode ser administrado pelo empresariado brasileiro, por originar-se nas negativas idiossincrasias do ambiente brasileiro de negócios, devido à ação ou omissão governamental [Corrêa 2001: 64].

A análise de alguns componentes principais do Custo Brasil permitirá uma visão mais acurada do Brasil na ALCA, além de auxiliar na investigação dos movimentos do mercado, principalmente o automobilístico, e na determinação dos caminhos possíveis a serem tomados.

O primeiro ponto a ser destacado é a questão das distorções do sistema tributário, que levam principalmente a uma grande carga tributária. Um estudo realizado pela FGV do Rio de Janeiro determinou o impacto da incidência em cascata do PIS/PASEP, COFINS e CPMF sobre o custo dos produtos industriais brasileiro, os denominados "Impostos em Cascata", devido à cobrança de modo cumulativo ao longo da cadeia produtiva. O resultado do estudo concluiu que tais impostos em cascata ferem diretamente a isonomia competitiva dos produtos brasileiros no mercado interno e externo. No caso da indústria de automóveis, o impacto no mercado externo, com base na Lei 9363/96, o valor do automóvel poderia ser 2,3% menor do que é hoje.

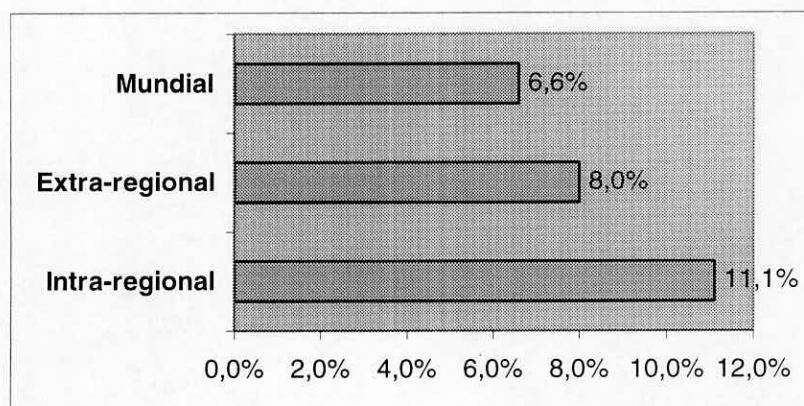
O outro ponto não menos relevante é a oferta adequada de infra-estrutura, em termos qualitativos e quantitativos, deve ser identificada como um fator de vantagem comparativa para as empresas que dela venham a se beneficiar [Veiga 1997:7-12]. A questão da infra-estrutura envolve aspectos materiais, em torno dos sistemas de transportes, de telecomunicações, de energia e o sistema financeiro, e aspectos sociais, tais como os sistemas de educação, de saúde, jurídico em geral e em particular o de tributos, de leis que regem as transações e contratos [Corrêa 2001: 65].

6.5 Os interesses do Brasil e dos EUA

A expectativa de cada país-membro das negociações da Área de Livre Comércio das Américas é muito divergente, tornando, assim, o caminho para a sua criação cheia de obstáculos, principalmente quando as posições defendidas pelo Brasil divergem das dos EUA.

Os EUA insistem em negociar com cada país individualmente, já o Brasil prefere que as negociações se façam com os blocos regionais já constituídos ou que estão a caminho da formalização. A preferência do Brasil tem lógica já que apresenta inúmeras vantagens locacionais, como o tamanho do mercado interno, onde é o maior e mais populoso país da América Latina, além de desfrutar de uma posição geográfica privilegiada, pois serve como um redutor de custos de transporte para as empresas americanas que buscam com a utilização das plantas instaladas no Brasil uma plataforma de exportação para os mercados dos blocos Mercosul e Comunidade Andina. Com isso, uma negociação do Mercosul com os EUA fortaleceria a posição do Brasil de resolver aspectos considerados importantes para a viabilidade do Brasil e de outras economias menores na ALCA [Barbosa 2001].

Figura 6.5 – Crescimento do comércio Intra-regional, Extra-regional e Mundial, de 1990-99.



Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento *Apud* GAO: 16.

Figura 6.6 - Exportações Brasileiras para os principais blocos econômicos, 2000
(em US\$ milhões FOB)

| Discriminação <i>Item</i> | Exportação <i>Exports</i> | Part. % <i>Share%</i> | 2000 | | Saldo <i>Balance</i> | Corrente de Comércio <i>Trade Flows</i> |
|------------------------------------|------------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|-------------------------|---|
| | | | Importação <i>Imports</i> | Part. % <i>Share%</i> | | |
| Total Geral / General Total | 55.086 | 100,00 | 55.804 | 100,00 | -718 | 110.890 |
| UE | 14.784 | 26,83 | 14.058 | 25,23 | 726 | 28.842 |
| EUA (+ Porto Rico) | 13.367 | 24,26 | 13.009 | 23,31 | 358 | 26.376 |
| USA (+ Puerto Rico) | | | | | | |
| ALADI / LAIA | 12.892 | 23,40 | 11.658 | 20,89 | 1.234 | 24.550 |
| Mercosul / Mercosur | 7.733 | 14,03 | 7.796 | 13,97 | -63 | 15.529 |
| Europa Oriental | 972 | 1,76 | 1.162 | 2,10 | -190 | 2.134 |
| Eastern Europe | | | | | | |
| Ásia / Asia | 6.324 | 11,48 | 8.598 | 15,40 | -2.274 | 14.922 |
| Oriente Médio / Middle East | 1.338 | 2,42 | 1.560 | 2,79 | -222 | 2.898 |
| África / Africa | 1.347 | 2,44 | 2.904 | 5,20 | -1.557 | 4.251 |
| Demais / Others | 4.062 | 7,37 | 2.855 | 5,11 | 1.207 | 6.917 |

Fonte: SISCOMEX e MF/SRF *Apud* MDIC/SECEX.

Figura 6.7 - Exportações: Principais Países de Destino, 2000 (em US\$ milhões FOB)

| | 2000 | Part. % Share % |
|---|---------------|--------------------|
| TOTAL GERAL / General Total | 55.086 | 100,00 |
| EUA / USA | 13.181 | 23,92 |
| ARGENTINA / Argentina | 6.233 | 11,32 |
| ALEMANHA / Germany | 2.526 | 4,58 |
| PAÍSES BAIXOS / Netherlands | 2.796 | 5,07 |
| JAPÃO / Japan | 2.472 | 4,48 |
| BÉLGICA-LUXEMBURGO / Belgium-Luxembourg | 1.785 | 3,24 |
| ITÁLIA / Italy | 2.146 | 3,90 |
| REINO UNIDO / United Kingdom | 1.490 | 2,70 |
| PARAGUAI / Paraguay | 832 | 1,51 |
| FRANÇA / France | 1.730 | 3,14 |
| ESPANHA / Spain | 1.004 | 1,82 |
| CHILE / Chile | 1.246 | 2,26 |
| MÉXICO / Mexico | 1.711 | 3,10 |
| CHINA / China | 1.085 | 1,96 |
| URUGUAI / Uruguay | 669 | 1,21 |
| VENEZUELA / Venezuela | 751 | 1,36 |
| RÚSSIA, FED. DA / Russia | 423 | 0,77 |
| CORÉIA DO SUL | 581 | 1,05 |
| DEMAIS PAÍSES / Other Countries | 12.425 | 23,20 |

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice *Apud* MRE/SGIE/UNIR.

O Mercosul tem gerado superávits comerciais para a economia brasileira. Em 1998, o Brasil obteve um superávit com a Argentina de US\$ 1,9 bilhão na soma dos setores químico, siderúrgico, metalúrgico, eletroeletrônico, papel e bens de capital [Sarti 1999]. Apesar do Mercosul ter apresentado imperfeições e problemas internos, de 1991 até 1999, constatou-se uma atração de investimentos do exterior, que elevou em cerca de 20 vezes o valor dos investimentos [Barbosa 2000]. Além do Mercosul, verifica-se que mais de 1/3 (um terço) das exportações brasileiras de manufaturados dirigem-se ao mercado Latino-americano [Staub 2001]. Com essas observações, constata-se que o Brasil deve fortalecer e aprofundar os acordos bilaterais e sub-regionais de integração e de livre comércio para a sobrevivência de tais acordos, e também para complementar matérias que não serão atendidos ou estendidos a todos os membros da ALCA.

Os EUA defendem a ALCA através de várias justificativas, tais como: a presença de economia de escala, a divisão e especialização internacional do trabalho, a otimização das vantagens comparativas, a organização e distribuição eficiente dos fatores de produção entre as diversas nações que compõem a área de livre comércio e fundamentalmente a melhora do bem estar do consumidor, além do aumento da produtividade e conseqüente competitividade com a transferência de tecnologia e investimentos para os países-membro [DESER 2000].

6.6 A indústria automobilística na ALCA

O desenvolvimento da indústria automobilística tem sido fortemente influenciado pelos acordos sub-regionais que visam o avanço da unificação de mercados, como o do mercosul e da ALCA.

O mercado internacional de veículos está selecionando as maiores montadoras que sobreviverão em um mercado altamente competitivo, a fim de garantir presença nos principais países e no maior número de segmentos possíveis. As principais armas que garantirão a fatia desse enorme mercado são as operações de fusões, aquisições e acordos entre as empresas, que permitem adquirir o conhecimento de novas tecnologias de produção e gerenciamento sem que haja, necessariamente, um dispendioso gasto em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, além de reduzir consideravelmente o tempo de renovação dos produtos. Assim, estratégias das empresas automotivas para reativar as vendas são através da redução de preços, do aumento da variedade e da renovação constante dos produtos. O aumento da capacidade de diferenciação de modelos permitiu às montadoras explorarem outros segmentos do mercado, e abaixar o volume individual de cada modelo sem afetar os custos de produção.

Em nível internacional, constata-se um forte crescimento na competição e na internacionalização da produção de veículos. As empresas automotivas estão integrando e otimizando a estrutura mundial das organizações através do desenvolvimento de tecnologia

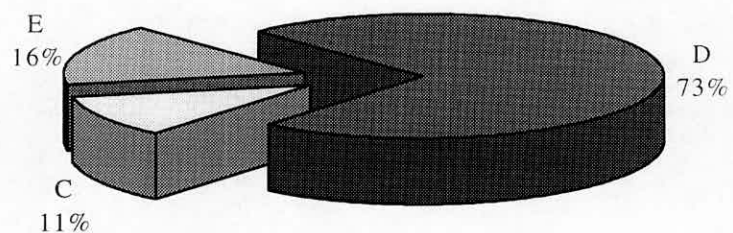
e da produção de carros mundiais como é o caso da Volkswagen com a produção do Golf; da GM, com o Corsa; da Renault, com o Mégane e de outras montadoras.

Os investimentos ocorridos nos países em desenvolvimento têm duas lógicas distintas. A primeira é a busca pela redução de custos operacionais e administrativos visto que nos países desenvolvidos se configurou um quadro de estagnação no crescimento da demanda, devido ao excesso do tráfego de veículos que causam congestionamentos e poluição, além de apresentar uma relação de 1,3 habitante por automóvel, no caso dos EUA, que é comparativamente baixa, refletindo, assim, um baixo potencial de crescimento desse mercado. A segunda lógica é a necessidade de capturar mercados emergentes devido ao seu tamanho ou potencial e a existência de regras especiais para o setor, tais como os incentivos fiscais e os acordos comerciais, bilaterais e multilaterais.

Atualmente o Brasil possui uma grande atratividade para o setor automobilístico por causa de uma série de fatores internos e externos. Dentre os principais fatores internos, o Brasil caracteriza-se por apresentar um meio de transporte predominantemente rodoviário, também possui um grande mercado com demanda interna de aproximadamente dois milhões de veículos, em 1997, uma relação de 8,8 habitantes por automóvel, indicando um grande potencial de crescimento interno, além de apresentar grande parte da frota de automóveis com mais de cinco anos de uso. Os fatores externos estão presentes nos acordos comerciais do mercosul e de uma possível Área de Livre Comércio das Américas. Esses fatores induzem a uma perspectiva de ampliação das exportações intra-regional e conseqüente aumento dos ganhos com a economia de escala do setor. Por esse motivo, recentemente, tem-se constatado um aumento nos investimentos produtivos de empresas européias e asiáticas, e um pequeno, mas significativo aumento na participação dessas montadoras nas vendas internas.

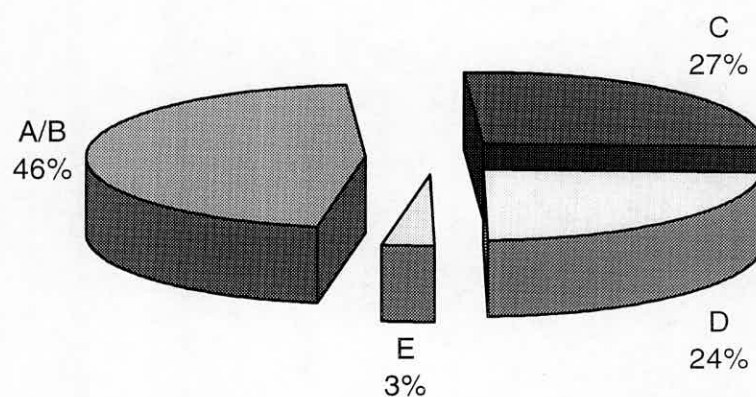
A integração comercial dos países da ALCA faz com que seja necessário um levantamento de três tipos de perfis representativos de mercado nas Américas, o primeiro é representado pelos EUA na condição de país desenvolvido, o segundo é a Argentina por apresentar uma demanda característica dos países latinos e o terceiro é o Brasil por ser o foco dos investimentos das grandes montadoras internacionais, o que leva a uma análise mais detalhada de suas idiossincrasias quanto a sua atual demanda de mercado em relação aos demais países das Américas.

Figura 6.8 – Distribuição porcentual por segmentos dos 50 modelos mais vendidos nos EUA, em 2001.



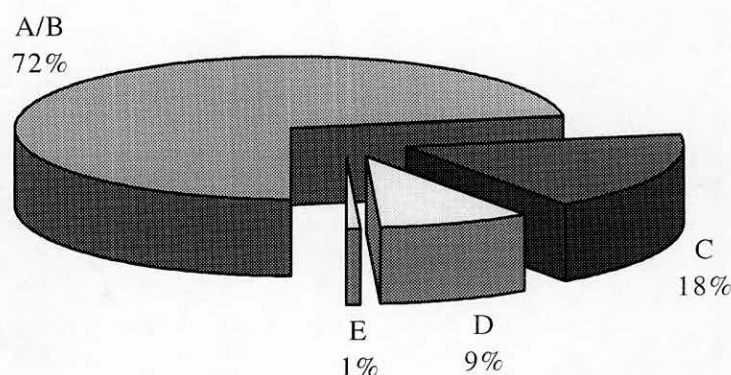
Fonte: autostat

Figura 6.9 – Distribuição porcentual por segmentos dos automóveis e utilitários vendidos na Argentina em 2000.



Fonte: Adefa

Figura 6.10 – Distribuição porcentual por segmento dos automóveis e utilitários vendidos no Brasil em 2001.



Fonte: ANFAVEA, ABEIVA.

Conforme figura 6.8 acima, pode-se constatar que o mercado dos EUA é predominantemente concentrado no segmento³⁵D, de motorização acima de 2000cc com preços até R\$100.000,00, seguido pelo segmento E, carros grandes e luxuosos, e segmento C, carros médios. A figura 6.9 indica que o mercado argentino por ser um país em desenvolvimento, assim como os demais países latinos têm os seus mercados concentrados em veículos pequeno-médios, mas com boa participação nos modelos médio-grande com motorização de 2000cc e acima. Na figura 6.10, o Brasil é caracterizado pela forte concentração no segmento dos carros pequenos com motorização de 1000cc, devido a fatores legais que levaram a especialização da indústria brasileira nos chamados carros populares.

Diante desse quadro, percebe-se que o Brasil será o núcleo de produção na ALCA destinado aos países latinos, principalmente aos países andinos e do mercosul. Essa tese é reforçada pelo atual destino das exportações de automóveis produzidos no Brasil e exportados para os países das Américas, conforme Figura 6.11 abaixo.

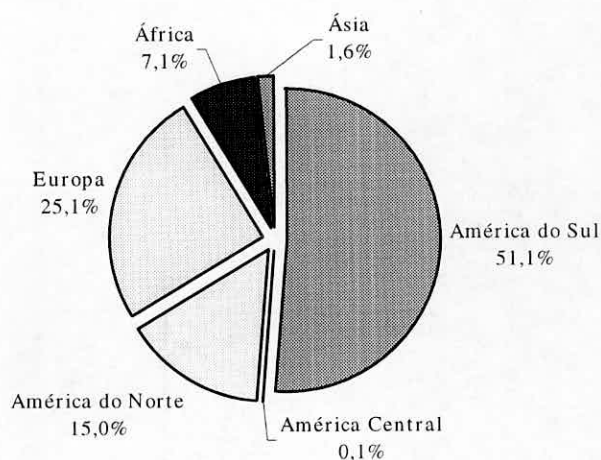
³⁵ Ver ANEXO IX – definição dos segmentos de mercado e ANEXO X – Classificação por segmentos de mercado dos modelos de automóveis, minivans e utilitários, nacionais e importados, comercializados no Brasil no ano 2001.

Figura 6.11 – Destino das exportações brasileiras de automóveis, em 1999.

| Exportações brasileiras de automóveis para os principais mercados mundiais(% do total) | | |
|---|--------|--------------|
| América do Sul | | 51,1% |
| Argentina | 78.559 | 38,5% |
| Venezuela | 9.961 | 4,9% |
| Chile | 8.845 | 4,3% |
| América do Norte | | 15,0% |
| México | 30.527 | 14,9% |
| Europa | | 25,1% |
| Itália | 27.516 | 13,5% |
| França | 8.601 | 4,2% |
| Alemanha | 7.829 | 3,8% |
| África | | 7,1% |
| África do Sul | 10.490 | 5,1% |
| Ásia | | 1,6% |
| Índia | 3.312 | 1,6% |

Fonte: ANFAVEA 2000.

Figura 6.12 – Distribuição porcentual das exportações de automóveis brasileiros, em 1999.



Fonte: ANFAVEA 2000.

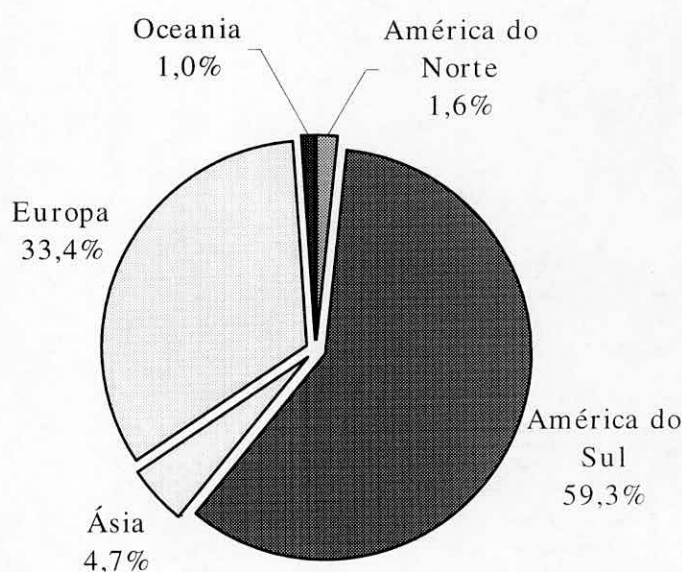
Visando suprir o mercado latino, cuja demanda está concentrada nos carros médios com motorização entre 1300cc~2500cc, a indústria brasileira está progressivamente, ainda que de modo lento, inserindo modelos de automóveis pequenos e médios com motores de 1300cc e 1600cc no mercado brasileiro, com a expectativa de um rearranjo nas medidas legais que ainda inibem um desenvolvimento rápido para outros segmentos, como o C e o D. A ALCA aumentará consideravelmente o volume de exportações brasileiras de autoveículos, mas também ocasionará um certo aumento nas importações de automóveis do segmento D, de carros mais grandes. O atual volume de importações vindas da América do Norte é baixo, o que fortalece a perspectiva de aumento caso a ALCA se concretize, veja a tabela 6.13 abaixo.

Tabela 6.13 – Importações de automóveis por país de origem, em 1999.

| Importações de automóveis dos principais mercados mundiais (% do total) | | |
|--|--------|--------------|
| América do Sul | | 59,3% |
| Argentina | 64.432 | 56,8% |
| América do Norte | | 1,6% |
| EUA | 1.622 | 1,5% |
| Europa | | 33,4% |
| Alemanha | 13.956 | 12,3% |
| França | 17.067 | 15,1% |
| Itália | 2.003 | 1,8% |
| Ásia | | 4,7% |
| Oceania | | 1,0% |

Fonte: ANFAVEA 2000.

Figura 6.14 – percentual das importações de automóveis, em 1999.



Fonte: ANFAVEA 2000.

O foco da indústria automobilística brasileira tem como base principal para o seu desenvolvimento o mercado interno, com destaque aos automóveis pequenos e fracos em motorização, devido a fatores tributários e renda do consumidor. Em complemento a esta base de desenvolvimento está o mercado externo que visa a suprir o excedente da produção e ampliar a capacidade produtiva da indústria, com automóveis maiores e mais potentes. Com isso, a abertura do mercado regional na ALCA levará as montadoras nacionais a expandirem sua exportação, primeiramente, para países latino-americanos, tais como a Venezuela, e intensificar o comércio com os países onde já existam acordos com o Brasil, como México e Chile. A expansão do comércio com os EUA e Canadá ficarão condicionados a competitividade dos automóveis nacionais dos segmentos D e E, pois aqueles mercados são caracterizados por apresentar cerca de 73% e 16% da demanda de automóveis de passeio nesses segmentos, respectivamente.

A estratégia das empresas da indústria automobilística brasileira está baseada no desenvolvimento do mercado interno de automóveis de passeio, pois o Brasil possui diversos fatores que potencializam a possibilidade de crescimento da demanda interna.

Conforme foi mencionado na pesquisa, os principais fatores são o alto número de habitante por automóvel, em 1998 foi de 8,8 hab/automóvel, comparado a 1,3 hab/automóvel nos EUA, a presença de políticas verticais para o setor automotivo que viabilizam e tornam mais atrativo o investimento em território brasileiro, além dos incentivos fiscais que cada região oferece.

Entretanto, há um elemento essencial que determina o crescimento da demanda por automóveis de passeio. Este elemento é o poder aquisitivo do consumidor. Este fato tem base lógica no cálculo da elasticidade-renda da demanda de automóveis no Brasil que está entre 1,1 e 1,5, segundo De Negri (1998)³⁶. Isso indica que a demanda é muito sensível a variação da renda do consumidor, ou seja, a queda de 5% na renda do consumidor leva a uma queda mínima de 5,5% na demanda por automóveis. A piora no quadro econômico do Brasil como a depreciação do salário real e as altas taxas de juros prejudica a expansão da demanda interna. Conclui-se, assim, que apesar do grande potencial de crescimento verificado pela relação habitante por automóvel no Brasil, este fato somente se concretizará quando houver melhora real da renda do consumidor. Convém mencionar também que a estratégia das montadoras de diversificar e ampliar a oferta de modelos através de expansão de sub-categorias está ligado também ao poder aquisitivo do consumidor de adquirir tais novas sub-categorias.

Os denominados “carros populares” são outro ponto que refletem o nível de renda médio da população. Esta categoria domina 72% das vendas no Brasil, refletindo, assim, a influência significativa da questão tributária sobre o desenvolvimento do setor. Dois pontos devem ser levantados, primeiro é que tal desproporção em uma só categoria prejudica o desenvolvimento de outras categorias tais como os segmentos C e D, representativos nos mercados latino-americanos e nos EUA, respectivamente. Tudo isso leva a discussão da importância das medidas políticas governamentais na área tributária, ou seja, o bom encaminhamento das ações do governo na questão tributária permite que a indústria automobilística brasileira desenvolva plenamente sua capacidade de produção nos diversos segmentos dos automóveis de passeio e supra a demanda reprimida que existe em determinadas classes da sociedade, como a das pessoas que só podem comprar carros entre

³⁶ De Negri enfatiza também que a elasticidade-renda da demanda é inversamente proporcional a escala dos diversos segmentos do automóveis de passeio, que vão de A à E. Assim, a elasticidade-renda da demanda da categoria A é relativamente menor que a elasticidade-renda da demanda da categoria E.

10 e 13 mil reais, denominados de sub-compactos. O segundo ponto reforça a tese de que a renda influi diretamente sobre a demanda, e que, portanto, medidas como a diversificação dos modelos, a diminuição das alíquotas dos tributos incidentes no setor automotivo e a adoção de modernos modelos de gestão da produção têm poder de ampliação da demanda limitada.

Com relação ao mercado externo, a estratégia da indústria automobilística é tornar esse mercado, primeiramente, um complemento para a sua capacidade produtiva ainda ociosa, que em 2001 foi de 36%, segundo a ANFAVEA, buscando, assim, suprir o enfraquecimento da demanda interna. Para isso, medidas governamentais como os acordos bilaterais e de livre comércio, como a ALCA são fundamentais para a inserção dos automóveis brasileiros em novos mercados ou mercados ainda fechados, como é o caso da Venezuela cuja exportação é baixa por não haver nenhum acordo nesse setor entre os dois países. Conforme mencionado por Zilbovicius no presente trabalho, os países ou regiões prioritários para as exportações de automóveis do Brasil são:

- 1º - Mercosul (depois que superar a atual crise);
- 2º - América Latina (os demais países);
- 3º - África do Sul;
- 4º - Índia;
- 5º - China;

Esses cinco principais mercados têm preferência pois possuem algumas semelhanças no tipo de demanda, visto que grande parte desses mercados tem poder aquisitivo semelhante. Por exemplo, o México produz muitos automóveis de categoria D para exportação aos seus parceiros da NAFTA, deixando o mercado interno carente de carros de categoria B e C, como o modelo da VW, o GOL e o modelo da Ford, o FIESTA, ambos com motorização entre 1600cc e 2000cc. As semelhanças de tais mercados tornam-se mais propensos em um primeiro momento a privilegiar os países latino-americanos no contexto da ALCA e depois são expandidos para mercados mais desenvolvidos. Assim, o comércio com os EUA e Canadá no contexto da ALCA, de princípio, dificilmente alavancariam as exportações brasileiras se comparado com os países vizinhos na América Latina.

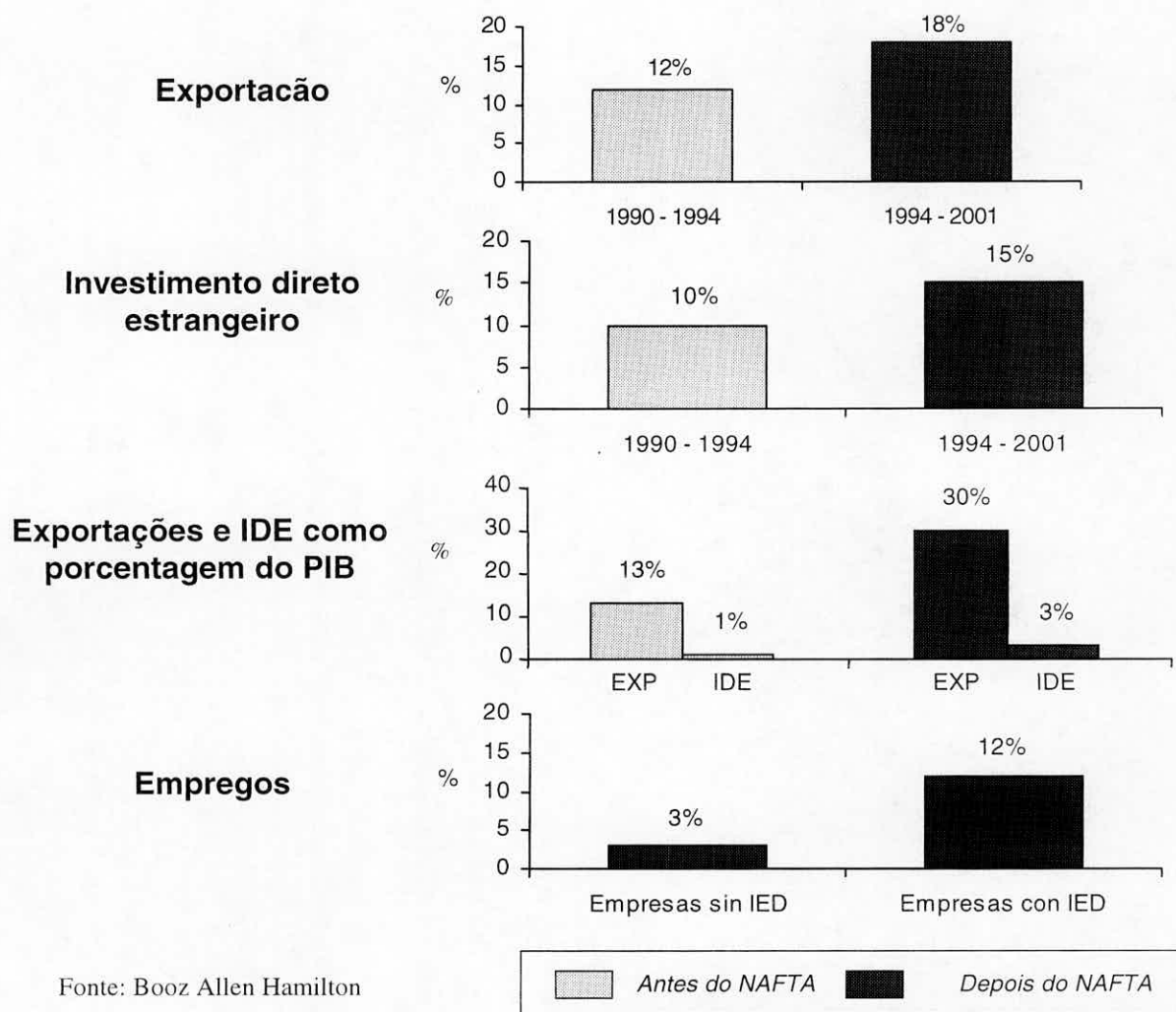
A ALCA é vista com bons olhos pela classe empresarial brasileira, segundo pesquisa da AT Kearney e Amcham-SP³⁷, inclusive para o setor automotivo, que se beneficiará da ampliação de mercados. No entanto, os bons resultados estão condicionados as ações internas recomendadas para preparar o Brasil para a ALCA. As principais medidas são a reforma tributária, com destaque aos prejudiciais “impostos em cascata”, as políticas de competitividade, tais como a redução do custo de capital, a educação, a infra-estrutura e a adequação dos mercados financeiros para permitir a expansão do acesso ao financiamento. Com relação ao setor automotivo, as empresas de autopeças exportam cerca de 44% do valor total das exportações do setor de autopeças para a NAFTA, tornando, assim, o setor apto a competir com os demais mercados das Américas.

O caso Mexicano é um importante exemplo, da integração de um país em desenvolvimento com outro desenvolvido, do resultado positivo advindo da formação da Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), como o aumento dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), das Exportações e do Emprego.

³⁷ “FTAA/ALCA Survey Results 2001 – The Hemispheric Integration Endeavor”. AMCHAM-SP, ATKEARNEY.

Figura 6.15

Desempenho do México antes e depois da integração no NAFTA



Fonte: Booz Allen Hamilton

A perspectiva de crescimento nos investimentos diretos estrangeiros e das exportações de automóveis torna o futuro cenário da ALCA para a indústria automobilística brasileira uma opção estratégica para o desenvolvimento a médio e longo prazo e uma medida de garantia para a instabilidade econômica na região.

7. CONCLUSÃO

Nesta conclusão, apresenta-se uma síntese dos achados de pesquisa levantados e analisados nos seis capítulos expostos neste presente trabalho, com seus respectivos anexos, dada a sua importância no estudo do processo de formação da ALCA. Os capítulos são o resultado de estudos baseados em vasta referência bibliográfica, assim como em papers relacionados ao tema e em entrevistas e congressos voltados aos dois principais focos: a indústria automobilística e a ALCA.

Como foi demonstrado no Capítulo 6, os prováveis termos do acordo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) não imporão significativas barreiras à produção e ao comércio de veículos de passeio. Pois é nitidamente vantajoso ao governo dos EUA, o maior interessado em formalizar a ALCA, expandir as exportações de seus produtos altamente competitivos, como no caso dos automóveis de passeio. Igualmente ocorre com as principais montadoras instaladas nos EUA e também em outros países da ALCA como no Brasil. Em vista do cenário produtivo do setor, cuja capacidade ociosa onera e prejudica o desempenho da indústria automobilística, o caminho das exportações em uma área de livre comércio garantirá a manutenção das vendas e até levar à expansão produtiva do setor automotivo.

Foi mostrado neste trabalho que a ALCA é desejada pela indústria automobilística americana, pois lhe proporcionará grandes benefícios, como a ampliação de novos mercados para os seus automóveis, onde ainda não há acordos ou preferências tarifárias. Para o Brasil, a ALCA é necessária pois o custo de ficar de fora é muito elevado para a indústria automobilística brasileira, sendo assim, o processo negociador torna-se um instrumento vital para barganhar posições que viabilizem o setor à competir em pé de igualdade com outros países produtores.

Há uma série de benefícios potenciais da ALCA para o Brasil e para a indústria automobilística brasileira. Começemos pelos benefícios decorrentes dos investimentos externos na construção de fábricas, como a geração de empregos diretos e especialmente indiretos, de empresas fornecedoras de produtos e serviços relacionados com o setor, como as empresas de autopeças, transporte, limpeza e segurança. Por isso, o governo do Brasil, buscará atrair as montadoras ao país ou criar fatores que impulsionem o desempenho das

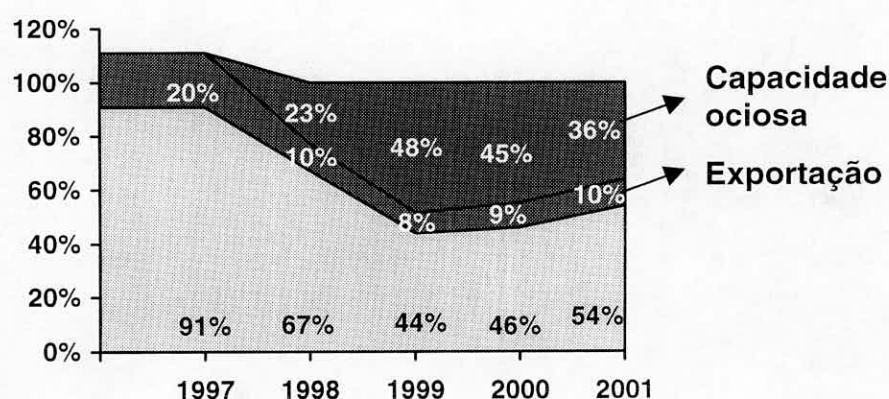
empresas instaladas e assim impeçam a sua saída. Este fato é claramente constatado pela expressiva atuação do governo brasileiro em negociar e estabelecer acordos bilaterais para o setor automobilístico com diversos países, como o México, o Chile, a Argentina, a África do Sul, a Índia e a China.

Mas a indústria automotiva americana também busca a ampliação dos mercados nas Américas por diversos motivos. Os principais são:

- O mercado americano para automóveis é altamente competitivo;
- Esse mercado atualmente encontra-se relativamente saturado, haja vista que a relação habitante por automóvel foi de 1,3 em 1998.
- As empresas americanas relacionadas com o setor como as autopeças buscam ampliar a atuação em diferentes mercados, amenizando os impactos de períodos de queda na demanda interna.

Para o Brasil, a possibilidade de ampliar a presença em outros mercados é um fator estrategicamente atraente na ALCA, mas há que se atentar para os impactos que a abertura do mercado interno possa resultar. As oportunidades criadas pela ALCA para o Brasil, assim como algumas ameaças também presentes, foram identificadas neste trabalho. Um resumo dessas oportunidades e ameaças é apresentado a seguir.

Figura 7.1 - Brasil: vendas internas e exportações x capacidade



Fonte: ANFAVEA

Para o setor automobilístico brasileiro, a integração comercial na ALCA possibilitará o aumento do fluxo de comércio com os demais países do hemisfério, redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias, maior integração física nas áreas de transporte e diminuição da ociosidade da capacidade produtiva das montadoras, que em 2001 foi de 36%, ver Figura 7.1 acima.

No entanto, os principais mercados de destino serão os países da América Latina e não o dos EUA e Canadá como se gostaria, pois os países latinos do hemisfério possuem algumas semelhanças com o Brasil no tipo de demanda, que se fundamentam basicamente no poder aquisitivo semelhante. Este fato levanta a dúvida quanto à importância efetiva da ALCA para a expansão dos produtos brasileiros nesses mercados latinos se comparado com os recentes acordos bilaterais e setoriais, realizados ou em tramitação pelo governo, os quais têm demonstrado o mesmo resultado. Segundo pesquisa realizada pela ALADI, a ALCA pode afetar as exportações brasileiras de automóveis para os países vizinhos devido à forte concorrência dos produtos dos Estados Unidos e do Canadá, que entrariam em condições de igualdade com o Brasil. Portanto, o efeito da ALCA na participação dos produtos brasileiros nesses países da América Latina não é claramente favorável a esses produtos.

Além disso, conforme foi elaborado neste trabalho, a distribuição porcentual por segmentos do mercado americano está concentrado no segmento D, com 73%, isto é, o mercado dos EUA é predominantemente composto por automóveis grandes e com motorização acima de 2.000cc. Já a distribuição porcentual do mercado brasileiro está concentrada nos segmentos A/B, com 72% de automóveis pequenos e de motorização de 1.000cc. Outro fato importante, é que em 1999 das exportações totais de automóveis brasileiros cerca de 51,1% destinavam-se aos mercados da América do Sul. Conclui-se, assim, que dificilmente com a ALCA o Brasil conseguirá alavancar suas exportações para o mercado dos EUA, devido à forte concentração e desenvolvimento tecnológico do Brasil em segmentos incompatíveis com a demanda americana, além da presença da indústria mexicana ao lado dos EUA, a qual já abastece uma boa parte deste mercado. Por ser o México membro da NAFTA, suas montadoras desenvolveram-se para o mercado americano e canadense, recebendo grandes investimentos externos e, assim, tornando-se altamente competitivo no segmento D. Por outro lado, o segmento B foi deixado de lado

no processo de integração e agora o México é obrigado a suprir sua demanda interna de automóveis pequenos e médios com a importação de modelos do Brasil e de outros países.

Constata-se que as montadoras brasileiras estão procurando desenvolver o segmento C e D no mercado interno para que seus respectivos automóveis sejam competitivos em outros mercados, como nos EUA e Canadá. Mesmo assim, os automóveis populares (do segmento B) continuarão, ao que tudo indica, a ter expressiva participação na demanda por automóveis de passeio. Assim, o mix de produtos brasileiros tenderá a apresentar um pequeno aumento na oferta de automóveis médios (segmentos C e D), mas continuará a predominância de carros populares.

Apesar de o Brasil não ter se desenvolvido nos segmentos C e D, ele é um dos países mais competitivos no segmento B, que inclui os carros populares e os com motores de até 1.600 cc. Suas chances de se manter competitivo no segmento B de automóveis de passeio são muito grandes, no entanto, o que preocupa o futuro do setor automotivo brasileiro é a competitividade nos segmentos C e D. A competitividade nesses segmentos depende crucialmente do aumento da demanda interna, para se produzir carros médios com custos mais baixos e novas tecnologias que agreguem valor.

Além destes fatores mercadológicos que deverão afetar os resultados da ALCA para a indústria automobilística brasileira, há outros condicionantes, estes de natureza sistêmica, inerentes ao ambiente produtivo brasileiro. Dentre os condicionantes internos que limitam o nível competitivo do setor no mercado externo, encontram-se três principais. O primeiro refere-se a empecilhos tributários, em específico, aos tributos que oneram a cadeia produtiva e acabam sendo exportados como os tributos que pesam no custo produtivo, como o IPI e o ICMS, além da incidência “em cascata” desses tributos. O segundo fator refere-se à política monetária, em específico as altas taxas de juros praticadas no mercado interno. O terceiro fator refere-se ao chamado “custo Brasil”, que inclui os custos de produção adicionais decorrentes das deficiências da infra-estrutura local, da burocracia estatal e da corrupção difundida em toda parte no país.

Espera-se que estas distorções sejam gradativamente solucionadas pelo governo. Especificamente com relação à ALCA, as prováveis medidas do governo brasileiro no curso das negociações no processo de formação do bloco serão no sentido de proteger as empresas menos competitivas frente às empresas americanas altamente

competitivas. Novamente, o grande interessado na formação da Área de Livre Comércio das Américas são os Estados Unidos por serem altamente competitivos, sendo que para o Brasil a ALCA é necessária apenas pelo fato de se ficar de fora, os EUA terão vantagens comerciais ainda maiores sobre os mercados vizinhos do Brasil. Dessa forma, apesar de o Brasil não vir grandes benefícios com sua inclusão na ALCA, a sua exclusão desta área poderá implicar em perdas de mercado ainda maiores. É importante que o Brasil desenvolva mais seus produtos, especialmente os do segmento C e D, para que seja realmente competitivo neste novo contexto da ALCA.

A saturação dos grandes mercados desenvolvidos no Mundo levaram as montadoras a investir em países em desenvolvimento, tais como o México e o Brasil, que possuem grande potencial de crescimento e posições geográficas favoráveis. O México, devido à proximidade com os EUA e Canadá, e o Brasil, devido à presença de um grande mercado interno e uma posição geopolítica estratégica na região, pois ocupa grande parte do território da América do Sul e tem fronteiras com dez países. Estas duas vantagens levaram o Brasil a tornar-se o principal player da região, o que explica a instalação no Brasil de quase todas as grandes empresas montadoras de automóveis do mundo.

Concluindo, sobre o futuro da indústria automobilística brasileira na ALCA, pode-se afirmar ser provável que a presença de uma forte competição obrigará as empresas aqui instaladas a se desenvolver rapidamente, através da busca de novas alternativas que estimulem o mercado interno. Pois a expansão da demanda interna irá permitir que a indústria automobilística brasileira invista em P&D de novos produtos, diminua os custos de fabricação através de economias de escala, melhore a qualidade até os níveis internacionalmente exigidos, amplie o treinamento e a especialização dos funcionários e aumente a produtividade. Se isto ocorrer, será possível tornar os automóveis brasileiros dos vários segmentos mais competitivos nos mercados da ALCA, inclusive nos EUA e Canadá.

8. Bibliografia

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. "A integração regional e a agenda multilateral pós-Seattle". In: VEIGA, Pedro da Motta. **Globalização: o Brasil e os desafios da globalização**. São Paulo: SOBEET, 2000, pp. 229-235.
- ALMEIDA, Rogério Guarilha de. "Avaliação dos efeitos da abertura comercial brasileira sobre o mercado automobilístico nacional". Tese de mestrado em economia, EAESP/FGV, São Paulo, 1996.
- AMCHAM. "ALCA o desafio é aqui". **Revista Update**, São Paulo, n.371, maio 2001.
- _____. "ALCA o jogo começou". **Revista Update**, São Paulo, n.369, março 2001.
- ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores). **Carta da ANFAVEA**, São Paulo: ANFAVEA, janeiro/fevereiro/março, 2001.
- _____. **Anuário estatístico da indústria automobilística brasileira**, São Paulo: ANFAVEA, 2000.
- _____. **Indústria automobilística no Brasil – uma história de desafios**. São Paulo: ANFAVEA, ..
- ÂNGELO, Cláudio Felisoni de. **A indústria automobilística – de volta para o futuro**. São Paulo: Inforpress, 1993.
- ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro. **De JK a FHC – A reinvenção dos carros**. São Paulo: Editora Scritta, 1997.
- AVERBUG, André. "O Brasil no contexto da integração hemisférica: controvérsias em torno da ALCA". **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, 11(6):49-78, junho, 1999.
- BADEN-FULLER, Charles e PITT, Martyn. **Strategic Innovation**. Great Britain: Routledge, 1996.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. "Mercosul, ALCA e OMC: a inserção externa do Brasil e os impactos sobre o mercado de trabalho". **Proposta**, 87: 16-30, dez./jan., 2000/2001.
- BARBOSA, Rubens Antônio. "O impacto da ALCA sobre o Mercosul". **Revista Brasileira de comércio exterior**, 67:22-27, abril/jun., 2001.
- BATEMAN, Thomas S. e SNELL, Scott A.. **Administração: construindo vantagem competitiva**. São Paulo: Atlas, 1998.
- BATISTA, Jorge Chami. "Relações comerciais entre o Brasil e o México". **Texto para discussão nº 710**. Brasília: IPEA, fevereiro 2000.
- BEDÊ, Marco Aurélio. "A indústria automobilística no Brasil nos anos 90: Proteção efetiva, reestruturação e política industrial". Tese, USP/FEA, São Paulo: 1996 (fotocópia).
- BONELLI, Regis e HAHN, Leda. "Resenha dos estudos recentes sobre relações comerciais brasileiras". **Texto para discussão nº 708**. Rio de Janeiro: IPEA, fevereiro, 2000.
- _____. "Fusões e aquisições no mercosul". **Texto para discussão nº 718**. Rio de Janeiro: IPEA, abril, 2000.
- _____. "Políticas de competitividade industrial no Brasil – 1995/2000". **Texto para discussão nº 810**. Rio de Janeiro: IPEA, julho, 2001.

- BRANDENBURGER, Adam M. e NALEBUFF, Barry J.. **Co-opetition**. New York: Bantam Doubleday Dell Publishing Group, 1998.
- CAIRO, Marco Antônio. "O novo regime automotivo brasileiro – Adequando os países para o ano 2000". Dissertação de mestrado, EAESP/FGV, São Paulo, 1997 (fotocópia).
- CAMPOS, Roberto. **A lanterna na popa: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CAPELLANO, Conrado e VAN ACKER, Win. "No Brasil, o futuro exigirá veículos mais baratos". **Gazeta Mercantil**, São Paulo: Caderno Carro, 05 setembro 2001.
- CARMONA, Rufino. "Mais carros = mais lucros?". **Investimentos**, Rio de Janeiro, 63:32-36, novembro, 1996.
- CARVALHO, Alexandre e PARENTE, Andréia. "Impactos comerciais da Área de Livre Comércio das Américas". **Texto para discussão nº 635**, Brasília: IPEA, março, 1999.
- CARVALHO, Ruy de Quadros e QUEIROZ, Sérgio R.R.. "Mudança estrutural e globalização na indústria automobilística brasileira nos anos 90". **Os cavaleiros do Antiapocalipse – trabalho e política na indústria automobilística**. São Paulo: editora entrelinhas, 1999.
- CASTILHO, Marta Reis. "Mercosul: as perspectivas de um acordo de livre comércio com a União Européia". In: VEIGA, Pedro da Motta. **Globalização: o Brasil e os desafios da globalização**. São Paulo: SOBEET, 2000, pp. 253-267.
- CASTRO, Nadia Araujo de (org.) *et alii*. **A máquina e o equilibrista – inovação na indústria automobilística brasileira**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.
- COMIN, Alexandre. "Reestruturação do complexo automotivo brasileiro: das câmaras setoriais ao novo regime automotivo". **Os cavaleiros do Antiapocalipse – trabalho e política na indústria automobilística**. São Paulo: editora entrelinhas, 1999.
- CORRÊA, José Augusto. **Competitividade Global 2001**. Apostila do curso de administração de serviços e produção públicos da EAESP-FGV, São Paulo, 2001.
- COSTA, Roberto Teixeira da. "Integração competitiva: uma necessidade a enfrentar". **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, n. 05, p. 19-21, maio 1997.
- CRISSIUMA, Maria Cecília Borghi. "Reestruturação e divisão internacional do trabalho na indústria automobilística: o caso brasileiro". Tese de mestrado em administração, EAESP/FGV, São Paulo, 1986.
- DE NEGRI, João Alberto. "Elasticidade-renda e elasticidade-preço da demanda de automóveis no Brasil". **Texto para discussão nº558**, Brasília: IPEA, abril, 1998.
- DE NEGRI, João Alberto. "O custo de bem-estar do regime automotivo brasileiro". **Pesquisa e planejamento econômico**, Rio de Janeiro, 02(29):215-242, agosto 1999.
- DESER. **Integração nas Américas: uma abordagem a partir do rural**. Boletim do DESER nº 116. Curitiba, novembro de 2000.
- DOMINGUES, Sérgio Afonso. "Mercosul: uma estratégia de inserção na economia mundial". Tese de mestrado em economia de empresas, EAESP/FGV, São Paulo, 1995.
- DUPAS, Gilberto. **ALCA e os interesses do Mercosul**. Coleção MEMO: Fundação Memorial da América Latina, abril 1997.
- FERRARI, Livia. "Montadoras à frente da diplomacia". **Gazeta Mercantil**, São Paulo: Caderno Nacional, 03 setembro 2001, p.A4.
- FISHER, Richard. "ALCA: um compromisso com o comércio livre e aberto". **Perspectivas Econômicas**, v. 3, n. 2, março 1998.

- FOSS, Nicolai J.. **Resources firms and strategies: a reader in the resource-based perspective**. Oxford: oxford university, 1999.
- GAO. **Free Trade Area of the Americas: Negotiators move toward agreement that will have benefits, costs to US economy**. Report to the ranking minority member committee on finance, US Senate: United States General Accounting Office, September 2001.
- GATTÁS, Ramiz. **A indústria automobilística e a segunda revolução no Brasil – origens e perspectivas**. São Paulo: editora prelo, 1981.
- GHEMAWAT, Pankaj. **Strategy and the business landscape: text and cases**. Massachusetts: Addison-Wesley, 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque filho. **Os desafios da indústria automobilística – a crise da modernização**. São Paulo: IPE-USP, 1996.
- IPEA (instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Boletim de política industrial**. Brasília: KELLER, Maryann. **Colisão – GM, TOYOTA, VOLKSWAGEN - A corrida para dominar o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.
- KRUGMAN, Paul R. e OBSTFELD, Maurice. **International economics – theory and policy**. Massachusetts: Addison-Wesley, 1997.
- LAHÓZ, André e CAETANO, José Roberto. “A conquista da América: como as empresas brasileiras e o governo estão se preparando para vencer os desafios e aproveitar as oportunidades criadas pela ALCA”. **Exame**, São Paulo, 6(736):36-50, março, 2001.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. “ALCA: os principais temas de um jogo”. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, n. 05, p. 11-14, maio 1997.
- LATINI, Sydney A.. **Suma automobilística**. Rio de Janeiro: editora TAMA, novembro, 1984.
- _____. “A indústria automobilística no Brasil – a saga da implantação”. **Carta Mensal**, 43(503):69-89, fevereiro 1997.
- LATTES, Giulio. “Adesão condicionada”. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, n. 05, p. 17-18, maio 1997.
- MAGALHÃES, Almeida. **Vinte e Cinco anos de economia brasileira**. São Paulo: Record editora, 1965.
- MEINERS, Wilhelm E. Milward A.. “Novo ciclo de Investimentos da Indústria Automobilística no Brasil e seus desdobramentos regionais”. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, 01(13):185-213, jan./jul., 1999.
- MOARES, Marcus V. Prati de. “O Brasil e a construção da ALCA”. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, n. 05, p. 15-16, maio 1997.
- NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. **Formação da indústria automobilística brasileira – política de desenvolvimento industrial em uma economia dependente**. São Paulo: IGEOG-USP, 1976.
- NORONHA, Durval de. **Gatt, Mercosul & Nafta**. São Paulo: Observador Legal editora, 1996.
- OLMOS, Marli e COMIN, Arnaldo. “Montadoras seguem a receita da Fiat e mantêm duas linhas de populares”. **Valor Econômico**, São Paulo: Caderno Empresas e tecnologia, 28 setembro 2001.
- OLMOS, Marli. “Fusca e Kombi abriram a trilha”. **Valor Econômico**, São Paulo: Caderno Empresas e tecnologia, 28 setembro 2001.

- PAIONE, Paschoal e PRADO, Renato. "Ainda de carona com as montadoras nacionais". **Cadernos do mercado de capitais**, São Paulo, 108, abril, 2001.
- PAOLA, Elizabeth Tadeu Pereira de. "O desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil". Monografia de economia, FECAP, São Paulo, 1994.
- PASSOS, Carlos Roberto Martins e NOGAMI, Otto. **Princípios de economia**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- PEDROZA, Márcia Flaire. "A distribuição de automóveis: uma análise econômica do sistema de concessão brasileiro". Tese de mestrado em economia, EAESP/FGV, São Paulo, 1993.
- PEREIRA, Lia Valls. "Impactos da ALCA e do acordo Mercosul-União Européia nas economias brasileira e Argentina: um mapeamento preliminar". **Revista Brasileira de comércio exterior**, 67:31-34, abril/jun., 2001.
- _____. "A integração sul-americana e a ALCA: Cadê? Esqueceram?". **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, janeiro 2001.
- PHELPS, D.M. **Migration of industry to South America**. New York: McGraw Hill Book Company, 1936.
- PINHÃO, Caio Márcio Ávila e SANTOS, Angela Maria Medeiros M.. "Pólos automotivos brasileiros". **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, 10: 173-200, setembro, 1999.
- _____. "Distribuição regional indústria automobilística e autopeças". **Revista do BNDES**, 26, 1999a.
- _____. "Distribuição do mercado de veículos leves". **Revista do BNDES**, 28, 1999c.
- _____. "Investimentos do complexo automotivo: atuação do BNDES". **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, 12: 3-16, setembro, 2000.
- _____. "Desempenho da indústria automobilística". **Revista do BNDES**, 29, 2000a.
- _____. "Desempenho da indústria automobilística Argentina e Uruguai". **Revista do BNDES**, 31, 2000b.
- _____. "Indústria automobilística no mercosul". **Revista do BNDES**, 32, 2000c.
- _____. "Indústria automobilística no México". **Revista do BNDES**, 34, 2000d.
- _____. "Evolução do comércio exterior do complexo automotivo". **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, 13: 205-218, março, 2001a.
- _____. "Indústria automobilística: mercado internacional". **Revista do BNDES**, 39, 2001b.
- _____. "Panorama da indústria automobilística". **Revista do BNDES**, 38, 2001c.
- _____. "Reestruturação da indústria automobilística na América do Sul". **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, 14: 47-64, setembro, 2001d.
- PORTER, Michael E.. **Estratégia Competitiva – Técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- QUEIROZ, Álvaro. "ALCA, mercado continental sem equilíbrio". **Cadernos do terceiro mundo**, Rio de Janeiro, 230:24-31, abril, 2001.
- REHDER, Marcelo e PULITI, Paula. "EUA devem mudar conduta em relação à ALCA". **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 outubro 2001.

- RIBAS, Sílvio. "Volks do Brasil prevê exportar US\$ 1,2 bilhão". **Gazeta Mercantil**, São Paulo: Caderno Empresas & carreiras, 15 agosto 2001, p.C2.
- RIOS, Cristina. "Montadoras japonesas ampliam publicidade". **Gazeta Mercantil**, São Paulo: Caderno Empresas & carreiras, 05 setembro 2001, p.C6.
- _____. "Montadoras novatas avançam em meio à retração". **Gazeta Mercantil**, São Paulo: Caderno Empresas & Carreiras, 13 agosto 2001.
- _____. "Renovação no setor automotivo". **Gazeta Mercantil**, São Paulo: Caderno Análise & Perspectivas, 30 agosto 2001, p.A3.
- RIOS, Sandra Polônia. "A influência da ALCA na agenda brasileira de negociações comerciais". In: VEIGA, Pedro da Motta. **Globalização: o Brasil e os desafios da globalização**. São Paulo: SOBEET, 2000, pp. 237-251.
- RODRIGUEZ, Miguel. "Liberalização do comércio nas Américas: desafios e oportunidades". **Perspectivas econômicas**, 2(3), março, 1998. (consulta na internet, <http://usinfo.state.gov/journals/ites/0398/ijep/ie039807.htm>)
- RYNGELBLUM, Arnaldo. "Flexibilização e diversificação – exame das duas estratégias sob uma perspectiva temporal". **RAE**, São Paulo, 05(35)40-45, set./out., 1995.
- SAFATLE, Cláudio. "Aquisições mudam o perfil da indústria instalada no país". **Revista da Indústria**, julho, 1996.
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 2000.
- SIMÕES, Antônio José Ferreira. "O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio – algumas reflexões". **Revista de Política Externa**.
- SOARES, Aldo R. e PFEITER, Ismael. "Brasil cético sobre acordo com EUA". **Gazeta Mercantil**, Brasília, 11 setembro 2001, p. A4.
- SPIEGEL, Der. "VW já fala em uma fusão com a Ford". **Valor econômico**, São Paulo: Caderno Empresas & tecnologia, 11 setembro 2001.
- STAUB, Eugênio Emílio. **A ALCA e a integração econômica das Américas – realidade ou mito?**. São Paulo: IEDI, julho de 2001.
- TAVARES, Jacqueline. "Aquecendo o debate sobre a ALCA". **Rumos do desenvolvimento**, São Paulo, n.136, p. 10-14, maio 1997.
- TOLEDO NETO, Celso de Campos. "Os acordos setoriais automobilísticos, a produção de automóveis e a renúncia fiscal – um exercício de séries temporais envolvendo raízes unitárias e quebras estruturais". Tese de mestrado, EAESP/FGV, São Paulo, 1997.
- VEIGA, Pedro da Motta. "A infra-estrutura e o processo de negociação da ALCA". **Texto para discussão nº 507**. Brasília: IPEA, agosto, 1997.
- WOMACK, James P. **A máquina que mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ANEXO I**REUNIÃO DE CÚPULA DAS AMÉRICAS - 1994****DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS****PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E A PROSPERIDADE:
DEMOCRACIA, LIVRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NAS AMÉRICAS**

Os Chefes de Estado e de Governo eleitos das Américas assumem o compromisso de fazer avançar a prosperidade, os valores e as instituições democráticas e a segurança do nosso Hemisfério. Pela primeira vez na História, as Américas são uma comunidade de sociedades democráticas. Embora enfrentem diferentes desafios de desenvolvimento, as Américas estão unidas na busca da prosperidade por meio de mercados abertos, da integração hemisférica e do desenvolvimento sustentável. Estamos determinados a consolidar e levar avante laços mais estreitos de cooperação e a transformar nossas aspirações em realidades concretas.

Reiteramos a nossa firme adesão aos princípios do Direito Internacional e aos propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e na Carta da Organização dos Estados Americanos, inclusive os princípios de igualdade soberana dos Estados, de não-intervenção, de auto-determinação e de solução pacífica de controvérsias. Reconhecemos a heterogeneidade e diversidade dos nossos recursos e culturas, assim como estamos convencidos de que, mediante a formação de sólidos vínculos associativos, podemos fazer avançar nossos interesses e valores comuns.

Preservação, e fortalecimento da comunidade de democracias das Américas

A Carta da OEA estipula que a democracia representativa é indispensável para a estabilidade, paz e desenvolvimento da região. É o único sistema político que garante o respeito aos direitos humanos e o estado de direito e salvaguarda a diversidade cultural, o pluralismo, o respeito pelos direitos das minorias e a paz nas nações e entre elas. A democracia baseia-se, entre outros fundamentos, em eleições livres e transparentes e inclui o direito de todos os cidadãos de participar do governo. A democracia e o desenvolvimento reforçam-se mutuamente.

Reafirmamos nosso compromisso de preservar e fortalecer nossos sistemas democráticos em benefício de todos os povos do Hemisfério. Trabalharemos por meio dos órgãos competentes da OEA, para fortalecer as instituições democráticas, bem como promover e defender o regime democrático constitucional, em conformidade com a Carta da OEA. Endossamos os esforços da OEA no sentido de promover a paz e a estabilidade democrática, social e econômica da região.

Reconhecemos que nossos povos almejam decididamente maior capacidade de pronta reação e eficiência dos nossos respectivos governos. A modernização do Estado fortalece a democracia, incluindo reformas que agilizem operações, reduzam e simplifiquem as regulamentações e procedimentos governamentais e tornem as instituições democráticas mais transparentes e responsáveis. Por considerarmos essencial que a justiça seja acessível, de maneira expedita e eficiente, a todos os setores da sociedade, afirmamos que um poder judiciário independente é elemento essencial de um sistema jurídico eficaz e de uma democracia duradoura. A nossa meta suprema consiste no melhor atendimento das necessidades da população, especialmente das necessidades da mulher e dos grupos mais vulneráveis, entre os quais figuram populações indígenas, deficientes, crianças, idosos e minorias.

A democracia eficaz exige um ataque global a corrupção como fator de desintegração social e deformação do sistema econômico que solapa a legitimidade das instituições políticas.

Reconhecendo os efeitos deletérios que o crime organizado e os entorpecentes ilícitos exercem sobre as nossas economias, valores éticos, saúde pública e tecido social, nós nos uniremos ao combate ao consumo, produção, tráfico e distribuição de drogas ilícitas, bem como a lavagem de dinheiro e ao tráfico ilícito de armas e de precursores químicos. Também cooperaremos para formular estratégias viáveis de desenvolvimento alternativo nos países em que são cultivados os plantios ilícitos. A cooperação deve abranger os programas internacionais e nacionais que visem a conter a produção, uso e tráfico de drogas ilícitas e a reabilitar os toxicômanos.

Condenamos o terrorismo em todas as suas formas e combateremos com unidade e vigor os atos de terrorismo, utilizando todos os meios legais, em qualquer lugar das Américas.

Reconhecendo as importantes contribuições de indivíduos e associações para o governo democrático eficiente e para a promoção da cooperação entre os povos do Hemisfério, facilitaremos a participação crescente de nossos povos nas atividades políticas, econômicas e sociais, de acordo com a legislação nacional.

Promoção da prosperidade mediante a integração econômica e o livre comércio

Nosso progresso econômico contínuo depende de políticas econômicas adequadas, de um desenvolvimento sustentável e de setores privados dinâmicos. Elemento essencial para a prosperidade e o comércio sem barreiras, sem subsídios, sem práticas desleais e com fluxo crescente de investimentos produtivos. A eliminação de obstáculos ao acesso ao mercado de bens e serviços entre os nossos países promovera nosso crescimento econômico. Uma economia mundial em expansão também aumentara a nossa prosperidade interna. O livre comércio e a integração econômica progressiva são fatores essenciais para elevar os padrões de vida, melhorar as condições de trabalho dos povos das Américas e proteger melhor o meio ambiente.

Resolvemos, portanto, começar imediatamente a construir a "Área de Livre Comercio das Américas" (ALCA), na qual as barreiras ao comércio e ao investimento serão progressivamente eliminadas. Resolvemos ainda concluir as negociações da "Área de Livre Comércio das Américas" o mais tardar até 2005 e concordamos em que até o fim deste século será feito progresso concreto para a realização deste objetivo. Reconhecemos o progresso já alcançado por meio de empreendimentos unilaterais de cada um de nossos países e de acordos comerciais sub-regionais no nosso Hemisfério. Trabalharemos com base nos acordos subregionais e bilaterais existentes, com vistas a ampliar e aprofundar a integração econômica hemisférica e tornar esses acordos mais parecidos.

Conscientes de que o investimento é a força motriz do crescimento no Hemisfério, encorajaremos esse investimento cooperando para a criação de mercados mais abertos, transparentes e integrados. Neste sentido, estamos comprometidos a criar mecanismos mais sólidos que incentivem e protejam o fluxo de investimento produtivo no Hemisfério e a promover o desenvolvimento e a integração progressiva dos mercados de capital.

Para levar adiante a integração econômica e o livre comércio, trabalharemos, com a colaboração e o financiamento do setor privado e de instituições financeiras internacionais, em prol da criação de uma infra estrutura hemisférica. Este processo requer um esforço de cooperação em campos tais como telecomunicações, energia e transporte, que possibilitara a eficiente movimentação de bens, serviços, capital, informação e tecnologia, que são os fundamentos da prosperidade.

Reconhecemos que, apesar do progresso substancial no tratamento de problemas da dívida no Hemisfério, o elevado ônus da dívida externa ainda obstruir o desenvolvimento de alguns dos nossos países.

Reconhecemos que a integração econômica e a criação de uma área de livre comércio serão empreendimentos complexos, especialmente em vista das diferenças consideráveis nos níveis de desenvolvimento e na dimensão das economias existentes no nosso Hemisfério. Estaremos cientes dessas diferenças ao trabalharmos em prol da integração econômica no Hemisfério. Buscaremos nos nossos próprios recursos, engenhosidade e capacidade individual, bem como na comunidade internacional, ajuda para alcançar as nossas metas.

Erradicação da pobreza e da discriminação no nosso Hemisfério

É politicamente intolerável e moralmente inaceitável que certos segmentos das nossas populações sejam marginalizados e não compartilhem integralmente os benefícios do crescimento. Visando a alcançar maior justiça social para todos os nossos povos, assumimos o compromisso de trabalhar individual e coletivamente para melhorar o acesso à educação de qualidade e aos cuidados básicos de saúde, bem como para erradicar a pobreza extrema e o analfabetismo. Os frutos da estabilidade democrática e do crescimento econômico devem ser acessíveis a todos, sem discriminação por motivo de raça, sexo, origem nacional ou filiação religiosa.

Em observância da Década Mundial das Populações Indígenas, concentraremos as nossas energias na melhoria do exercício dos direitos democráticos e do acesso das populações indígenas e suas comunidades aos serviços sociais.

Conscientes de que a prosperidade amplamente compartilhada contribui para a estabilidade do Hemisfério, paz duradoura e democracia, reconhecemos o nosso interesse comum em criar oportunidades de emprego para melhorar a renda, salários e condições de trabalho de todos os nossos povos. Investiremos no povo, para que em todo o Hemisfério os indivíduos tenham a oportunidade de realizar todas as suas potencialidades.

O fortalecimento do papel da mulher em todos os aspectos da vida política, social e econômica dos nossos países é essencial para reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, bem como para fomentar a democracia e o desenvolvimento sustentável.

Garantia de desenvolvimento sustentável e conservação do nosso meio natural para as futuras gerações

O progresso social e a prosperidade econômica só poderão ser sustentados se os nossos povos viverem num ambiente sadio e se os nossos ecossistemas e recursos naturais forem geridos cuidadosa e responsabilmente. Para impulsionar e implementar os compromissos assumidos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, e na Conferência Global sobre Desenvolvimento Sustentável de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, realizada em Barbados em 1994, formaremos pactos de cooperação para fortalecer nossa capacidade de prevenir e controlar a poluição, de proteger ecossistemas e de usar nossos recursos biológicos de maneira sustentável, bem como de promover a produção e o uso limpo, eficiente e sustentável de energia. Para beneficiar futuras gerações por meio da conservação ambiental, incluindo o uso racional dos nossos ecossistemas, recursos naturais e patrimônio biológico, continuaremos a procurar a cooperação tecnológica, financeira e de outras formas.

Faremos progredir o nosso bemestar social e prosperidade econômica de formas que levem inteiramente em conta o impacto que exercemos sobre o meio ambiente. Concordamos em apoiar a Aliança Centro-Americana para o Desenvolvimento Sustentável, que visa a fortalecer as democracias daquela região mediante a promoção da prosperidade regional, econômica e social e da gestão adequada do meio ambiente. Neste contexto, apoiamos a convocação de outras reuniões regionais sobre desenvolvimento sustentável.

Nossa Declaração constitui um conjunto de compromissos abrangentes que se reforçam entre si, visando a obtenção de resultados concretos. Em consonância com o Plano de Ação anexo e reconhecendo as nossas diferentes capacidades nacionais e os nossos sistemas jurídicos distintos, nós nos comprometemos a implementá-los sem protelações.

Instamos a OEA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento a que ajudem os países a implementar os nossos compromissos, recorrendo em significativa escala a Organização PanAmericana da Saúde e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe, bem como a organizações sub-regionais de integração.

Para imprimir continuidade aos esforços de promoção da participação política nacional, realizaremos reuniões específicas de alto nível para tratar, entre outros, temas como intercâmbio e comércio, mercados de capital, trabalho, energia, educação, transportes, telecomunicações, ações de combate aos entorpecentes e contra o crime, desenvolvimento sustentável, saúde, e ciência e tecnologia.

Para assegurar o interesse e o envolvimento do público, solicitamos a cooperação e a participação do setor privado, do setor trabalhista, dos partidos políticos, das instituições acadêmicas e de outros setores e organizações não-governamentais nas nossas iniciativas tanto nacionais como regionais, reforçando assim o pacto entre o governo e a sociedade.

Nossos trinta e quatro países compartilham um compromisso ardoroso com as práticas democráticas, a integração econômica e a justiça social. Nossos povos nunca estiveram em melhores condições de expressar suas aspirações e de compartilhar suas experiências. São propícias as condições para a cooperação hemisférica. Portanto, por nossos povos, em cujo nome apomos as nossas assinaturas a esta Declaração, valemonos desta histórica oportunidade para criar um Pacto para o Desenvolvimento e a Prosperidade nas Américas.

ANEXO II**REUNIÃO DE CÚPULA DAS AMÉRICAS EM MIAMI****PLANO DE AÇÃO****Sumário****I. Preservação fortalecimento da comunidade de democracias das Américas**

1. Fortalecimento da democracia
2. Promoção e proteção dos direitos humanos
3. Revigoração da sociedade/participação comunitária
4. Promoção de valores culturais
5. Combate à corrupção
6. Combate ao problema das drogas ilícitas e crimes conexos.
7. Eliminação da ameaça do terrorismo nacional e intencional
8. Fortalecimento da confiança mútua

II. Promoção da prosperidade por meio da integração econômica e do livre comércio

9. Livre comércio nas Américas
10. Desenvolvimento e liberalização dos mercados de capitais
11. Infra-estrutura hemisférica
12. Cooperar no campo da energia
13. Infra-estrutura de telecomunicações e informação
14. Cooperação em ciência e tecnologia
15. Turismo

III. Erradicação da pobreza e da discriminação no nosso hemisfério

16. Acesso universal à educação
17. Acesso equitativo aos serviços básicos de saúde
18. Fortalecimento do papel da mulher na sociedade
19. Estímulo a pequena e micro empresa

20. Capacetes brancos - Corpo de Emergência e Desenvolvimento

IV. Garantia do desenvolvimento sustentável e conservação do nosso meio natural para as gerações futuras

21. Parceria para o uso sustentável da energia
22. Parceria para a biodiversidade
23. Parceria para a prevenção da poluição

Reunião de Cúpula das Américas Plano de Ação

Os Chefes de Estado e de Governo participantes da Reunião de Cúpula das Américas, 1994, em Miami, Flórida, dispostos a fomentar os objetivos amplos estabelecidos em sua Declaração de Princípios e conscientes da necessidade de progresso prático nas tarefas essenciais de promover a democracia, promover o desenvolvimento, alcançar a integração econômica e o livre comércio, melhorar a vida de seus povos e proteger o meio natural para as futuras gerações, afirmam seu compromisso neste Plano de Ação.

I. PRESERVAÇÃO E FORTALECIMENTO DA COMUNIDADE DE DEMOCRACIAS DAS AMÉRICAS**1. Fortalecimento da democracia**

O fortalecimento, o exercício efetivo e a consolidação da democracia constituem a prioridade política principal das Américas. A Organização dos Estados Americanos (OEA) é o principal organismo hemisfério de defesa dos valores e instituições democráticos; entre os seus propósitos essenciais figuram a promoção e a consolidação da democracia representativa, com o devido respeito ao princípio da não-intervenção. A OEA adotou procedimentos multilaterais para tratar de problemas criados pela interrupção inconstitucional da ordem democrática. A fim de evitar essas crises, a OEA deve envidar maiores esforços para promover os valores e práticas da democracia e fortalecer social e economicamente os regimes democráticos já estabelecidos.

Os Governos:

- Dispensarão pronta consideração à ratificação dos Protocolos de Cartagena das Índias, de Washington e de Manágua de Reforma da Carta da OEA, se ainda não o houverem feito.
- Fortalecerão o diálogo entre grupos sociais e promoverão a participação dos grupos de base na solução de problemas ao nível local.
- Apoiarão as iniciativas da Organização dos Estados Americanos no sentido de promover a democracia:
 - Incentivando o intercâmbio de tecnologia relativas a processos eleitorais e prestando assistência às entidades nacionais encarregadas de organizar as eleições, a pedido do Estado interessado.
 - Fortalecendo a Unidade de Promoção da Democracia, de modo que possa prestar assistência a pedido do Estado interessado em assuntos tais como processos legislativos e judiciais, reformas governamentais (incluindo administração de justiça, modernização técnica de órgãos legislativos nacionais, simplificação de regulamentos governamentais e promoção da participação de organizações comunitárias na democracia local) e outras mudanças institucionais.
 - Incentivando oportunidades de intercâmbio de experiências entre instituições democráticas dos Estados membros, principalmente entre organizações parlamentares e entre organizações judiciárias.
 - Promovendo a compreensão, o diálogo e a reconciliação política a pedido do Estado afetado e levando em consideração que a reconciliação nacional deve ter origem interna
 - Instando a OEA a que promova e acompanhe a execução desses compromissos.

2. Promoção e proteção dos direitos humanos

O desenvolvimento de conceitos e normas de direitos humanos tem registrado grande progresso no Hemisfério, mas sua implementação ainda revela sérias imperfeições. Embora a responsabilidade pela aplicação dos direitos e obrigações legais caiba, em última análise, aos tribunais, também é necessário reformar outras instituições a fim de contribuir para o desenvolvimento adicional de um clima de respeito dos direitos humanos. Além disso, o acesso à justiça deve ser universal e deve haver meios de observância efetiva dos direitos básicos. Uma democracia é avaliada pelos direitos de que desfrutam os segmentos menos influentes.

Os Governos:

- Examinarão detidamente sua adesão a instrumentos internacionais relacionados com direitos humanos dos quais ainda não sejam partes.
- Cooperarão plenamente com todos os órgãos de direitos humanos das Nações Unidas e interamericanos.
- Formularão programas para promoção e observância dos direitos humanos, incluindo programas educativos que informem a população sobre sua obrigação de respeitar os direitos de outros.
- Promoverão políticas que assegurem à mulher o pleno gozo de seus direitos civis em condições de igualdade no âmbito da família e da sociedade, e assegurarão a eliminação de constrangimentos que impeçam a participação feminina plena como eleitoras, candidatas e ocupantes eleitas ou nomeadas de cargos públicos.
- Examinarão e fortalecerão as leis de proteção dos direitos de grupos minoritários e das populações e comunidades indígenas para assegurar que não sofram discriminação, para garantir a sua proteção plena e sem discriminação perante a lei e facilitar a sua ativa participação cívica.

Apoiarão um processo de exame e de estímulo da proteção dos direitos indígenas nos Estados membros da OEA e prepararão prontamente uma declaração eficaz das Nações Unidas sobre direitos indígenas.

- Examinarão a legislação nacional sobre deficientes, bem como os benefícios e serviços a eles prestados, e introduzirão quaisquer reformas necessárias para facilitar-lhes o gozo dos mesmos direitos e liberdades estendidos aos demais membros da sociedade.
- Tomarão todas as medidas necessárias para garantir os direitos da criança e, nos que ainda não o tiverem feito, examinarão detidamente a ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.
- Garantirão a proteção dos direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes e de suas famílias.
- Adotarão as medidas necessárias para corrigir condições desumanas nas prisões e reduzir ao mínimo o número de detidos à espera de julgamento.
- Examinarão os currículos de treinamento de policiais para assegurar que incluam o correto tratamento de suspeitos e detidos, bem como as relações com a comunidade.
- Intercambiarão experiências em matéria de proteção dos direitos humanos no nível nacional, quando possível, cooperarão para o desenvolvimento do treinamento de policiais e forças de segurança ou de outros programas, com vistas a reduzir o potencial de violações de direitos humanos.
- Instarão a OEA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a estabelecer ou fortalecer programas, conforme apropriado, para apoiar projetos nacionais que visem à promoção e observância de direitos humanos no Hemisfério Ocidental.
- Seguirão fortalecendo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

3. Revigoração da sociedade/participação comunitária

Uma sociedade civil sólida e diversificada, organizada de várias formas e em diversos segmentos, incluindo indivíduos, setor privado, setor trabalhista, partidos políticos, setor acadêmico e outros atores e organizações não governamentais, imprime profundidade e durabilidade a democracia. Da mesma forma, uma democracia vigorosa requer ampla participação em questões públicas. Tais atividades devem ser implementadas com transparência total e abertura completa ao exame da sociedade. Para tanto, deve-se estabelecer um quadro jurídico e regulador apropriado que inclua a possibilidade de obter apoio técnico e financeiro, inclusive de fontes privadas.

Os Governos:

- Examinarão a estrutura reguladora da ação dos atores não-governamentais, com vistas a facilitar suas operações e promover sua capacidade de receber fundos. Esse exame porá ênfase na gestão e supervisão dos recursos, bem como na transparência e na abertura ao exame da ação desses atores por parte da sociedade.
- Adotarão medidas para melhorar a participação em atividades sociais e iniciativas de grupos tradicionalmente marginalizados, incluindo mulheres, jovens, comunidades indígenas e os mais pobres.
- Intercambiarão, na Conferência de Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada na Bolívia, em 1996, relatórios sobre o andamento das atividades na área da sociedade civil.
- Examinarão o desenvolvimento, por parte do BID, de um novo programa para a sociedade civil, destinado a encorajar a filantropia responsável e confiável e a participação cívica em assuntos de política pública.

4. Promoção de valores culturais

O desenvolvimento cultural é um elemento fundamental e integral do desenvolvimento nas Américas e tem capacidade inerente para enriquecer as nossas sociedades e para gerar maior compreensão entre nossos países.

A fim de promover os valores culturais, os Governos:

- Incentivarão relações mais dinâmicas entre as instituições e organizações públicas e privadas, incluindo universidades, museus, centros de arte e literatura, bem como entre agentes culturais individuais. Esses intercâmbios ressaltam nossa diversidade cultural, reconhecem o valor das nossas culturas locais e contribuem para melhorar a compreensão no Hemisfério.
- Solicitarão à OEA e ao BID que reforcem seus planos e programas com vistas a facilitar tais intercâmbios culturais e o fluxo de informação cultural e histórica dentro dos países e entre eles.

5. Combate à corrupção

Atualmente, o problema da corrupção é motivo de séria atenção não apenas neste Hemisfério, mas em todas as regiões do mundo. A corrupção, tanto no setor público quanto no privado, enfraquece a democracia e solapa a legitimidade de Governos e instituições. A modernização do Estado, incluindo a desregulamentação, privatização e simplificação dos procedimentos governamentais, reduz as oportunidades de corrupção. Todos os aspectos da administração pública numa democracia devem ser transparentes e abertos ao exame público.

Os Governos:

- Promoverão uma discussão aberta dos problemas mais significativos que enfrentam os Governos e indicarão as reformas prioritárias necessárias para tornar as operações governamentais transparentes e abertas ao exame público.
- Assegurarão a apropriada supervisão das funções de governo mediante o fortalecimento de mecanismos internos, incluídas a capacidade de investigação e aplicação da lei em casos de corrupção e a facilitarão de acesso público à informação necessária para um efetivo exame externo.
- Estabelecerão normas a respeito de conflito de interesse para os servidores públicos e medidas eficazes contra o enriquecimento ilícito, que incluam severas penas para quem se valha da função pública em benefício de interesses particulares.
- Exortarão os Governos do mundo a adotar e aplicar medidas de combate ao suborno em todas as transações financeiras ou comerciais com o Hemisfério; neste sentido, convidam a OEA a estabelecer ligação com o Grupo de Trabalho da OCDE sobre Suborno em Transações Comerciais Internacionais.
- Desenvolverão mecanismos de cooperação nas áreas judiciária e bancária a fim de possibilitar uma reação rápida e eficaz nas investigações internacionais de casos de corrupção.
- Atribuirão prioridade ao fortalecimento dos regulamentos governamentais e dos processos de compras públicas, arrecadação tributária, administração da justiça e processos eleitorais e legislativos, valendo-se do apoio do BID e de outras instituições financeiras internacionais, conforme o caso.
- Desenvolverão no âmbito da OEA, com o devido respeito aos tratados aplicáveis e as leis nacionais, um tratamento hemisférico dos atos de corrupção tanto no setor público quanto no privado, que incluiria extradição e processo de indivíduos acusados dessa prática, mediante a negociação de um novo acordo hemisférico ou de novos instrumentos no âmbito das estruturas de cooperação internacional existentes.

6. Combate ao problema das drogas ilícitas e crimes conexos

Os problemas das drogas ilícitas e das atividades criminosas conexas representam séria ameaça às sociedades, às economias de livre mercado e às instituições democráticas do Hemisfério. O uso de drogas impõe imensos custos sociais; o dinheiro e a renda do tráfico de drogas representam uma drenagem efetiva do crescimento econômico; e os grandes traficantes de drogas e as organizações criminosas põem em perigo a segurança dos nossos povos por meio da corrupção, intimidação e violência. Embora o tráfico de drogas continue a ser fonte importante meio de fundos ilícitos, a indústria da lavagem de dinheiro abrange cada vez mais ganhos de todos os tipos de atividade criminosa. Para enfrentar esses problemas, é essencial adotar uma abordagem integrada e equilibrada que inclua o respeito a soberania nacional. Por essas razões, é necessária uma ampla estratégia coordenada em âmbito hemisférico para reduzir o uso e a produção de entorpecentes que inclua novos métodos de aplicação da lei capazes de interromper as redes de tráfico de drogas e de lavagem de dinheiro e de processar as pessoas envolvidas em tais atividades. Neste contexto, os Governos tomam nota da Reunião de Cúpula de San Antonio, de 1992, endossam as iniciativas da

Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas e concordam em trabalhar em conjunto para formular uma estratégia de combate aos entorpecentes para o Século XXI.

Os Governos:

- Ratificarão a Convenção das Nações Unidas sobre o Tráfico ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988 e sancionarão como ilícito penal a lavagem dos rendimentos gerados por todos os crimes graves.
- Promulgarão leis que autorizem o congelamento e o confisco dos resultados financeiros da lavagem de dinheiro e considerarão a partilha dos ativos assim confiscados entre Governos.
- Implementarão, tal como acordado pelos ministros e representantes de Governos do Caribe e da América Latina na Declaração de Kingston, emanada da sua reunião realizada de 5 a 6 de novembro de 1992, as recomendações do Grupo de Trabalho de Ação Financeira do Caribe sobre Lavagem de Dinheiro e procurarão adotar os Regulamentos Modelo da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD).
- Incentivarão as instituições financeiras a informar as autoridades competentes acerca de transações vultosas e suspeitas e formularão procedimentos efetivos que possibilitem a compilação de Informação pertinente proveniente de instituições financeiras.
- Trabalharão individual e coletivamente na identificação das redes de tráfico de entorpecentes e lavagem de dinheiro da região, processarão os seus chefes e confiscarão os ativos resultantes dessas atividades criminosas.
- Adotarão programas para prevenir e reduzir a demanda e o consumo de drogas ilícitas.
- Adotarão estratégias nacionais efetivas e ambientalmente adequadas para prevenir ou reduzir substancialmente o plantio e o processamento de cultivos usados no comércio de drogas ilícitas, dispensando atenção especial ao apoio nacional e internacional a programas de desenvolvimento que criem alternativas econômicas viáveis à produção de drogas.
- Dispensarão atenção especial ao controle de precursores químicos e apoiarão estratégias abrangentes de interdição de drogas.
- Fortalecerão as ações de controle de armas de fogo, munições e explosivos, a fim de evitar desvio dos mesmos para traficantes de drogas e organizações criminosas.
- Realizarão uma conferência em nível técnico, a ser seguida de uma conferência no nível ministerial, para estudar e acordar uma reação coordenada de âmbito hemisférico, incluindo a consideração da adoção de uma convenção interamericana para combater a lavagem de dinheiro.
- Convocarão uma conferência hemisférica de doadores com a participação de bancos multilaterais de desenvolvimento e órgãos das Nações Unidas, com a finalidade de mobilizar recursos para programas de desenvolvimento alternativo destinados a conter a produção, o tráfico e o uso ilícitos de entorpecentes, bem como a reabilitar toxicômanos.
- Apoiarão as discussões iniciadas pela OEA com a União Européia sobre medidas de controle de precursores químicos.
- Apoiarão a realização de uma conferência global sobre combate aos entorpecentes.

7. Eliminação da ameaça do terrorismo nacional e internacional

O terrorismo nacional e internacional constitui uma violação sistemática e deliberada dos direitos individuais e uma agressão à própria democracia. Ataques recentes de que foram objeto alguns dos nossos países demonstraram a grave ameaça que o terrorismo representa para a segurança nas Américas. Medidas tomadas pelos Governos para combater e eliminar essa ameaça são elementos essenciais para garantir a lei e a ordem e para manter a confiança no governo, tanto nacional como internacionalmente. Neste contexto, os que patrocinam atos de terrorismo ou prestam assistência ao seu planejamento ou execução por meio do abuso de privilégios e imunidades diplomáticos ou outros meios serão responsabilizados perante a comunidade internacional.

Os Governos:

- Promoverão acordos bilaterais e sub-regionais com o propósito de processar terroristas bem como punir as atividades terroristas no contexto da proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

- Convocarão, no âmbito da OEA, uma conferência especial sobre prevenção do terrorismo.
- Reafirmarão a importância dos tratados de extradição, ratificados pelos Estados do Hemisfério, e assinalarão que esses tratados sejam estritamente cumpridos como expressão da vontade política dos Governos, em conformidade com o Direito Internacional e as leis nacionais.

8. Fortalecimento da confiança mútua

A expansão e consolidação da democracia nas Américas oferecem uma oportunidade de valorizar as tradições de paz e as relações de cooperação que tem predominado entre os países do Hemisfério Ocidental. O nosso objetivo é fortalecer a confiança mútua que contribua para a integração econômica e social dos nossos povos.

Os Governos:

- Apoiarão as ações para incentivar um diálogo regional destinado a promover o fortalecimento da confiança mútua, em preparação para a conferência Regional sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança a realizar-se em 1995, cuja sede foi oferecida pelo Chile.

II. PROMOÇÃO DA PROSPERIDADE POR MEIO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E DO LIVRE COMÉRCIO

9. Livre comércio nas Américas

- 1) Ao procurarmos a integração econômica e o livre comércio no Hemisfério, reforçamos o nosso sólido compromisso com as normas e disciplinas multilaterais. Endossamos a implementação plena e rápida da Rodada Uruguai, negociações multilaterais ativas na Organização Mundial do comércio (OMC), acordos comerciais bilaterais e sub-regionais e outros acordos comerciais compatíveis com as disposições do GATT/OMC e que não levem barreiras a outros países.
- 2) Tem sido extraordinárias as realizações dos países do Hemisfério nos campos da liberalização do comércio e integração sub-regional. O livre comércio e uma maior integração econômica são fatores essenciais para o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, novos avanços serão obtidos à medida que nos empenharmos em fazer a liberalização do comércio e as políticas ambientais se apoiarem mutuamente, levando em consideração os esforços do GATT/OMC e de outras organizações internacionais. À medida que prosseguir a integração econômica no Hemisfério, estaremos assegurando, de forma crescente, a observância e promoção dos direitos do trabalhador, conforme definidos pelas convenções internacionais pertinentes. Evitaremos restrições disfarçadas ao comércio, de acordo com obrigações assumidas no GATT/OMC e outras obrigações internacionais.
- 3) Nós nos empenharemos em maximizar a abertura de mercado por meio de altos níveis de disciplina à medida que trabalharmos com base nos acordos existentes no Hemisfério. Também nos empenharemos em conseguir acordos equilibrados e abrangentes, incluindo entre outros: barreiras tarifárias e não-tarifárias que afetem o intercâmbio de bens e serviços; agricultura; subsídios; investimento; direitos de propriedade intelectual; aquisição governamental; barreiras técnicas ao comércio; salvaguardas; regras de origem; antidumping e direitos compensatórios; padrões e procedimentos sanitários e fitossanitários; solução de controvérsias e política de concorrência.
- 4) Reconhecemos que as decisões sobre acordos de comércio continuam a ser direito soberano de cada país. Além disso, recorrendo à importância do cumprimento efetivo dos compromissos internacionais, cada país tomara as medidas necessárias, em conformidade com as próprias leis e procedimentos, para implementar os acordos nas áreas incluídas neste Plano de Ação.
- 5) À medida que trabalharmos para estabelecer a "Área de Livre Comércio das Américas", serão proporcionadas oportunidades, como assistência técnica, a fim de facilitar a integração de economias menores e elevar o seu nível de desenvolvimento.

Agenda de ação imediata

Instruímos os nossos ministros responsáveis pelo comércio a tomar as seguintes medidas concretas iniciais para estabelecer a "Área de Livre comércio das Américas":

- 6) Tendo em mente assegurar uma discussão plena e completa entre as partes nos diversos acordos de comércio do Hemisfério, determinamos que sejam realizadas reuniões no âmbito dos foros de comércio e investimento existentes. Os membros desses foros determinarão as áreas de coincidência e divergência em acordos específicos em fase de revisão e devem considerar os meios de melhorar as disciplinas entre eles e torná-los mais parecidos. Instruímos ainda os membros desses foros a informar os ministros a respeito do

andamento das suas discussões e fazer recomendações para o estabelecimento da "Área de Livre Comércio das Américas".

7) A transparência nos acordos sub-regionais e bilaterais alcançados até esta data pelos países do Hemisfério e uma clara compreensão dos mesmos são elementos críticos para fazer avançar a integração do comércio e investimento nas Américas. Instruiremos a Comissão Especial de comércio da OEA, com o apoio do BID, da CEPAL e de outras organizações regionais e subregionais especializadas, a prestar assistência na sistematização de dados na região e a continuar o seu estudo sobre acordos de integração econômica no Hemisfério, inclusive breves descrições comparativas das obrigações contraídas em cada um dos acordos de comércio existentes no Hemisfério. Daremos ainda instruções a Comissão Especial de comércio no sentido de preparar um relatório sobre o seu trabalho até junho de 1995 para a reunião de ministros.

8) Instruímos os nossos ministros responsáveis pelo comércio a: a) examinar o progresso do trabalho empreendido nos foros mencionados nos parágrafos 6 e 7; b) oferecer orientação no tocante ao trabalho futuro; e c) considerar áreas de ação imediatas como facilitação aduaneira e teste e certificação de produtos com vistas a conseguir acordos de reconhecimento mútuo - que possam ser tratadas nos foros pertinentes.

9) Portanto, lançamos hoje a "Área de Livre Comércio das Américas" com o início do seguinte processo. Instruiremos a OEA a prestar assistência ao país sede na realização das reuniões ministeriais.

Janeiro de 1995

Início dos programas de trabalho e determinação de calendários nos foros indicados no parágrafo 6 e na Comissão Especial de Comércio.

Junho de 1995

Reunião dos ministros responsáveis pelo comércio .

* Relatório preliminar sobre o andamento do trabalho nos foros descritos no parágrafo 6.

* Relatório preliminar da Comissão Especial de comércio.

* Áreas de consideração imediata

Março de 1996

Reunião dos ministros responsáveis pelo comércio.

* Relatório final da Comissão Especial de comércio aos ministros.

* Relatórios finais dos foros mencionados no parágrafo 6 aos ministros.

* Calendário de trabalho adicional.

10. Desenvolvimento e liberalização dos mercados de capitais

A disponibilidade de capital a taxas competitivas é essencial para financiar o investimento do setor privado - um elemento vital do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento, liberalização e integração dos mercados financeiros, tanto nacional como internacionalmente, o aumento da transparência e o estabelecimento de uma supervisão sólida comparável, bem como da regulamentação de operações bancárias e do mercado de valores, ajudarão a reduzir o custo do capital mediante o aumento da confiança do investidor e do depositante.

Os Governos:

- Formarão uma Comissão de Assuntos Financeiros hemisféricos para examinar as medidas destinadas a promover a liberalização da movimentação de capital e a integração progressiva dos mercados de capital, incluída, se considerada apropriada, a negociação de diretrizes comuns sobre movimentação de capital que permita a sua liberalização progressiva.
- Prepararão, em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, uma lista completa das regulamentações nacionais de capital, a fim de promover a transparência e apoiar as discussões na Comissão de Assuntos Financeiros Hemisféricos.
- Apoiarão os esforços de cooperação da Associação de Supervisores de Bancos da América Latina e do Caribe e do Conselho de Reguladores de Valores das Américas, a fim de assegurar uma supervisão e regulamentação adequadas que apoiem o desenvolvimento e a integração progressiva dos mercados.

A Comissão de Assuntos Financeiros hemisféricos deve também examinar problemas relativos à dívida no Hemisfério, levando em conta o trabalho em andamento e fazendo uso, conforme o caso, de ampla gama de especialização.

11. Infra-estrutura hemisférica

O Desenvolvimento no Hemisfério depende de medidas urgentes de estrutura, inclusive alocação prioritária de recursos financeiros, de acordo com a legislação nacional e com a participação tanto do setor público quanto do privado. A intensificação do fluxo de capital privado produtivo para projetos econômica e ambientalmente adequados tem-se tornado cada vez mais vital para todos os países do Hemisfério, à medida que o crescimento das fontes oficiais de capital deixou de acompanhar o ritmo das necessidades da área.

Os Governos:

- Encarregarão os bancos multilaterais de desenvolvimento de trabalhar com os Governos conforme o caso, com os interesses privados, para desenvolver mecanismos para tratar das questões relativas a empréstimos e investimentos.
- Aproveitarão outras experiências regionais e sub-regionais no Hemisfério para apoiar o desenvolvimento da infra-estrutura.
- Os Governos que o desejarem desenvolverão mecanismos adequados, inclusive compromissos multilaterais e bilaterais sobre normas e práticas juridical e reguladoras, a fim de promover o investimento privado, tanto nacional como internacional, em projetos de infra-estrutura nacionais e transfronteiriços.

12. Cooperação no campo da energia*

Os países do Hemisfério começaram uma nova era de crescimento econômico. Esta nova era baseia-se em maior cooperação econômica, comércio mais livre e mercados abertos. O desenvolvimento econômico sustentável requer cooperação hemisférica no campo da energia.

Os Governos:

- Convocação para o primeiro semestre de 1995 uma reunião decorrente desta Cúpula de autoridades hemisféricas a fim de incentivar cooperação para estudar meios de desenvolver a indústria energética no Hemisfério, coerente com as estratégias energéticas nacionais de custo mínimo e com as atividades descritas na " Parceria para o uso sustentável da energia" nas seguintes áreas:
 - Consideração de meios para usar o setor energético para promover o crescimento econômico sustentável.
 - Cooperação para estudar meios para otimizar e facilitar os mecanismos de financiamento instituições financeiras internacionais com vistas a apoiar o desenvolvimento de projetos no setor energético, incluindo especialmente os que visam a aumentar a eficiência do uso de energia e os relativos à energia renovável não-convencional.
 - Cooperação para promover o investimento de capital e incentivar o uso de mecanismos financeiros inovadores para incrementar o investimento no setor energético e aumentar a eficiência no uso da energia e estimular o uso da energia renovável não-convencional, em conformidade com a legislação e as necessidades de desenvolvimento de cada país.
 - Promoção do uso de tecnologia energéticas eficientes e não-poluentes, tanto convencionais como renováveis, possibilitando um grau mais elevado de conhecimentos e especialização técnica nesta área.
 - Consideração de intensificação das atividades em curso destinadas a estabelecer instalações para geração de eletricidade e de outras fontes de energia, em conformidade com as estruturas reguladoras nacionais e, onde aplicável, nos termos de acordos subregionais.

*Esta iniciativa está integralmente vinculada ao item relacionado com a " Parceria para o uso sustentável da energia".

13. Infra-estrutura de telecomunicações e informação

A infra-estrutura de informação de um país - telecomunicações, tecnologia da informação rádio e teledifusão - é elemento essencial do desenvolvimento político, econômico, social e cultural. São enormes as necessidades do desenvolvimento da estrutura de informação. É intenção dos Governos das Américas atender a essas necessidades por meio de múltiplas ações, quando compatíveis com a respectiva legislação

nacional, tais como incentivar o investimento do setor privado para aumentar a participação nos setores de telecomunicações e infra-estrutura da informação; promover a concorrência; implementar regimes reguladores flexíveis; fomentar a diversidade de conteúdo, inclusive diversidade cultural e lingüística; proporcionar aos fornecedores de serviço e informação acesso às redes de informação; e assegurar serviço universal, de forma que os benefícios da infra-estrutura de informação estejam ao alcance de todos os membros das nossas sociedades.

Os Governos:

- Participarão das discussões em andamento no nível internacional a respeito das ações acima mencionadas, comprometendo-se a implementar essas ações no respectivo país, levando em conta as condições e as circunstâncias internas.
- Tomarão medidas para tornar a informação governamental mais publicamente disponível por meios eletrônicos.
- Examinarão a disponibilidade e interoperacionalidade de ligações com as redes internacionais que facilitem o comércio, aperfeiçoem a educação e melhorem o acesso aos cuidados da saúde.
- Incentivarão as principais universidades, bibliotecas, hospitais e órgãos públicos a terem acesso a essas redes, com base no trabalho da Rede de Informação Científica e Tecnológica Interuniversitária Hemisférica, da OEA.
- Por meio da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) e em coordenação com as organizações sub-regionais de telecomunicações, formularão e implementarão um programa para:
 - Avaliar os meios reguladores, técnicos e jurídicos com vistas a promover a liberalização, normas comuns, interoperacionalidade das redes e compatibilidade do espectro de rádio.
 - Estudar meios de promover maior compatibilidade dos processos de certificação do equipamento de telecomunicações entre os países membros.
 - Formular diretrizes para a prestação de serviços de rede internacionais de valor agregado.
- Apoiarão a realização da reunião de autoridades de alto nível de telecomunicações a realizar-se em 1996, coordenada pela CITEL, para discutir mais a fundo as ações acima mencionadas.

14. Cooperação em ciência e tecnologia

Há necessidade de reavaliar a interação em curso no seio dos mecanismos regionais de infra-estrutura e cooperação sobre ciência e tecnologia; de impulsionar uma cooperação melhor; de reduzir barreiras à colaboração, de aumentar a demanda de tecnologia, de divulgar informação sobre oportunidades tecnológicas utilizando novos avanços na tecnologia da informação e, de modo geral, de melhorar a comunicação entre as principais organizações de ciência e tecnologia, pesquisadores da região e médias e pequenas empresas com crescente base tecnológica.

O compromisso dos países das Américas com a não-proliferação adquiriu novo impulso com a aceitação do regime de salvaguardas internacionais por parte de alguns dos nossos países. O notável progresso alcançado neste campo deve ser enaltecido e deve contribuir para estimular as oportunidades de cooperação na área de bens e tecnologias avançados.

Os Governos:

- Convocarão no próximo ano uma reunião dos Ministros responsáveis pela ciência e tecnologia no Hemisfério para avaliar o progresso e promover o Programa Bolívar e o Programa Mercado Comum do Conhecimento Científico e Tecnológico (MECOCYT), com vistas a prestar o apoio necessário para melhorar parcerias científicas e empreendimentos tecnológicos na região, bem como explorar a possibilidade de criar um conselho de ciência e tecnologia
- Utilizarão os mecanismos multilaterais da região para tratar de uma vasta gama de interesses comuns no campo da ciência e tecnologia, incluindo melhor treinamento técnico profissional, desenvolvimento e implementação de políticas nacionais e programas regionais, divulgação e padronização da ciência e tecnologia (inclusive metrologia e outras normas técnicas), desenvolvimento de tecnologia ambiental e parcerias mais eficazes para promover a aprendizagem e competitividade.
- Incentivarão maior interação no campo da ciência e tecnologia no Hemisfério e apoiarão iniciativas já empreendidas em outros foros, entre os quais figuram o Instituto Interamericano de Pesquisa de Mudanças Globais e o Instituto Internacional de Pesquisa de Previsão do Clima. Os

Governos trabalharão para fazer avançar e divulgar novas iniciativas, como o Programa Global de Aprendizado e Observações em Benefício do Meio Ambiente (GLOBE).

- Confirmarão o seu interesse em participar de novas iniciativas impulsionadas pela demanda decorrente de interesses do setor privado e não-governamental nas oportunidades tecnológicas.
- Confirmarão os seus compromissos nacionais no sentido de compartilhar informação sobre ciência e tecnologia com terceiros no Hemisfério, em conformidade com as respectivas leis, e de ampliar a cooperação na pesquisa científica e ambiental.

15. Turismo

O turismo é importante para nossas economias e valioso para a promoção da compreensão entre os povos das Américas.

Os Governos:

- Empreenderão iniciativas para incentivar o turismo no Hemisfério.

III. ERRADICAÇÃO DA POBREZA E DA DISCRIMINAÇÃO NO NOSSO HEMISFÉRIO

Grandes segmentos da sociedade no nosso Hemisfério, em particular mulheres, minorias, deficientes, grupos indígenas, refugiados e pessoas deslocadas, não foram preparados para participar plenamente da vida econômica. Aproximadamente metade da população do Hemisfério ainda vive em condições de pobreza. Uma participação mais ampla dos pobres nas economias da região, acesso aos recursos produtivos, apoio adequado a meios de proteção sociais maiores investimentos no capital humano são mecanismos importantes para ajudar a eliminar a pobreza. Em busca desses objetivos, os Governos reafirmarão seu apoio as estratégias constantes "Compromisso para Incentivar a Cooperação Solidária e a Erradicação da Pobreza", aprovado pela Assembléia Geral da OEA.

A conferência de Cúpula sobre Desenvolvimento Social, a realizar-se em março de 1995 em Copenhague, bem como a conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, em Beijing, em setembro de 1995, proporcionarão oportunidades únicas para definir estratégias destinadas a promover a integração social, o emprego produtivo e a eliminação da pobreza.

16. Acesso universal à educação

A alfabetização universal e o acesso à educação em todos os níveis, sem distinção de raça, origem nacional ou sexo, constituem a base indispensável do desenvolvimento social e cultural sustentável, do crescimento econômico e da estabilidade democrática

Os Governos:

- Trabalharão com os setores público e privado e com atores não-governamentais e com o apoio de instituições multinacionais, para garantir o acesso universal a uma educação primária de qualidade. Em particular, os Governos procurarão alcançar, até o ano 2010, um índice de 100% de conclusão do curso primário e uma matrícula mínima de 75% no nível secundário, e preparar programas de erradicação do analfabetismo, prevenção da evasão escolar e melhoria do treinamento de recursos humanos.
- Promoverão, O apoio de instituições financeiras multilaterais e do setor privado, o treinamento profissionalizante de trabalhadores e a educação de adultos, incorporando iniciativas no sentido de tornar essa educação mais relevante para as necessidades do mercado e dos empregadores.
- Melhorarão o treinamento de recursos humanos, bem como a preparação técnica, profissional, de professores, que são vitais para melhorar a qualidade e a equidade da educação no Hemisfério.
- Aumentarão o acesso a educação superior e reforçarão a qualidade da mesma, bem como promoverão a cooperação entre as instituições deste setor na geração de conhecimentos científicos e tecnológicos necessários para o desenvolvimento sustentável.
- Apoiarão estratégias para superar as deficiências nutricionais de estudantes da escola primária, a fim de melhorar a sua capacidade de aprendizagem.
- Apoiarão a descentralização na tomada de decisões referentes à educação, incluindo medidas para assegurar o financiamento adequado e a ampla participação dos países, educadores, líderes comunitários e autoridades públicas.

- Examinarão os programas de treinamento regionais e hemisféricos existentes, tomando-os mais sensíveis as necessidades atuais.
- Formarão uma parceria continental, operando por meio de organizações existentes, a fim de atuar como foro consultivo dos Governos, atores não-governamentais, comunidade empresarial, doadores e organizações internacionais, visando a reforma de política educacionais e a um direcionamento mais eficiente dos recursos.
- Instarão a conferência de Cúpula sobre Desenvolvimento Social, a realizar-se em marco de 1995, e a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, a ter lugar em setembro de 1995, a abordar o tema do acesso universal à educação.

17. Acesso equitativo aos serviços básicos de saúde

Apesar dos marcantes avanços registrados no Hemisfério, as limitações de acesso aos serviços de saúde e a qualidade dos mesmos tiveram como resultado uma mortalidade materno-infantil persistentemente alta, principalmente entre grupos rurais de baixa renda e grupos indígenas.

Os Governos:

- Endossarão os objetivos de saúde materno-infantil da Conferência Mundial sobre a Criança, realizada em 1990, do Acordo de Nariño, de 1994, e da conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, de 1994, bem como reafirmarão o seu compromisso de reduzir a mortalidade infantil em um terço e a mortalidade à metade até o ano 2000 com base nos níveis de 1990.
- Endossarão um pacote básico de serviços clínicos preventivos e de saúde pública, compatível com recomendações, da Organização Mundial da Saúde, da Organização Pan-Americana de Saúde e do Banco Mundial e com o Plano de Ação acordado na conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, de 1994. O pacote destinar-se-á a ações sem saúde infantil, materna e reprodutiva, incluindo atenção pré-natal, natal e pós-natal, informação e serviços de planejamento familiar e prevenção do HIV/AIDS, bem como imunizações e programas de combate as outras causas principais da mortalidade infantil. Os planos e programas serão desenvolvidos de acordo com um mecanismo a ser decidido por cada país.
- Desenvolverão ou atualizarão planos nacionais de ação ou programas de reforma a fim de alcançar as metas de saúde infantil, materna e reprodutiva, bem como assegurar acesso universal e não-discriminatório aos serviços básicos, incluindo programas de educação sanitária e de cuidados de saúde preventivos. Os planos e programas serão desenvolvidos nos termos de um mecanismo a ser definido por cada país. As reformas abrangerão serviços comunitários para os pobres, os deficientes e os grupos indígenas; infra-estrutura mais vigorosa de saúde pública; meios alternativos de financiamento, gestão e prestação de serviços; garantia de qualidade e maior utilização de atores e organizações não governamentais.
- Fortalecerão a atual Rede Interamericana sobre Economia e Financiamento da Saúde, que serve de foro internacional de intercâmbio de especialização única, informação e experiência em atividades de reforma do setor da saúde. A Rede congrega autoridades públicas, representantes do setor privado, instituições e atores não-governamentais, doadores e acadêmicos, para a discussão e análise de políticas, atividades de treinamento e outras formas; fortalece as capacidades nacionais nessa área essencial; e promove a cooperação no âmbito hemisférico.
- Convocarão uma reunião especial dos Governos do Hemisfério com doadores interessados entidades técnicas internacionais, sob os auspícios do Banco Interamericano, do Banco Mundial e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), para estruturar mecanismos de reforma do setor da saúde, definir o papel da OPAS no acompanhamento da implementação regional de planos e programas nacionais e planejar o fortalecimento da Rede, que incluiria contribuições de co-patrocinadores.
- Aproveitarão a oportunidade da Reunião Anual do Conselho Diretor da OPAS, com a presença de Ministros da Saúde do Hemisfério Ocidental e a participação do BID e de outros doadores, para desenvolver um programa de combate a endemias e doenças transmissíveis. E um programa de prevenção do alastramento do HIV/AIDS e identificar fontes de financiamento.

18. Fortalecimento do papel da mulher na sociedade

O fortalecimento do papel da mulher na sociedade reveste importância fundamental não somente para a sua total realização num contexto de igualdade e justiça, mas também para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. É essencial fortalecer as políticas e programas que melhorem e ampliem a participação da mulher em todas as esferas da vida política, social e econômica e que melhorem o acesso aos recursos básicos necessários para o pleno gozo dos seus direitos fundamentais. Atender às necessidades da mulher significa, em grande parte, contribuir para a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Os Governos:

Reconhecerão e respeitarão plenamente todos os direitos da mulher como condição fundamental para o seu desenvolvimento como indivíduos e para a criação de uma sociedade mais justa, unida e pacífica. Para esse fim, devem-se promover políticas para assegurar que as mulheres usufruam da plena proteção legal e direitos civis.

- Incluirão um enfoque de gênero no planejamento do desenvolvimento e nos projetos de cooperação, bem como promoverão a realização do potencial da mulher, melhorando a sua produtividade por meio da educação, treinamento, capacitação profissional e emprego.
- Promoverão a participação das mulheres no processo decisório em todas as esferas da vida política, social e econômica
- Tomarão as medidas apropriadas para tratar e reduzir o problema da violência contra a mulher.
- Adotarão as medidas apropriadas para melhorar a capacidade das mulheres para auferirem renda além das ocupações tradicionais, para alcançar independência econômica e assegurar-lhes acesso igual ao mercado de trabalho em todos os níveis de emprego, aos sistemas de previdência social, aos sistemas de crédito e à aquisição de bens e terra
- Cooperarão plenamente com o recém-nomeado Relator Especial sobre a Violência contra a Mulher, Suas Causas e Consequências, da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.
- Apoiarão a conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, a realizar-se em Beijing em setembro de 1995, e trabalharão ativamente para o êxito desse evento.
- Incentivarão, conforme apropriado, a ratificação e o cumprimento da Convenção Internacional das Nações Unidas para Eliminar Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.
- Fortalecerão adicionalmente a Comissão Interamericana de Mulheres.
- Instarão as organizações financeiras e técnicas regionais e internacionais a intensificar os seus programas em prol da mulher. Incentivarão a adoção de procedimentos de acompanhamento de medidas nacionais e internacionais constantes deste Plano de Ação

19. Estímulo à pequena e microempresa

A pequena e a microempresa contribuem com grande percentagem do emprego das pessoas de baixa renda, entre as quais figuram particularmente mulheres, e com considerável percentagem do produto interno bruto dos nossos países. O fortalecimento do apoio a pequena e a micro empresa é elemento essencial para o desenvolvimento sustentável e equitativo.

Os Governos:

- Darão prosseguimento ou início a programas de desregulamentação e simplificação administrativa.
- Incrementarão seus esforços no sentido de habilitar as empresas a obter informação sobre tecnologias apropriadas (especialmente as ambientalmente adequadas), mercados, processos, matérias-primas e sistemas gerências que os tornem mais competitivos na economia global.
- Desenvolverão programas de deregulamentação financeira a fim de reduzir os custos de transações creditais e fortalecer a capacidade institucional do setor financeiro que atende à pequena e à microempresa, bem como estimularão a participação ativa de entidades multilaterais e bilaterais,

- Instarão a conferência de Cúpula sobre Desenvolvimento Social, a realizar-se em março de 1995, e a Quarta conferência Mundial sobre a Mulher, a ter lugar em setembro de 1995, a abordar o tema do acesso aos serviços de saúde.

bancos de desenvolvimento, bancos comerciais e outras entidades intermediárias de crédito, compatível com estritos padrões de desempenho.

- Fortalecerão as instituições e os programas de prestação de serviços e facilitarão o acesso a assistência técnica e de treinamento, a fim de possibilitar a participação do setor na economia global por meio da exportação dos seus produtos e serviços.
- Incentivarão a cooperação entre as empresas do setor, para habilitá-las a usufruir das vantagens das economias de escala sem perder suas características próprias.
- Promoverão o fortalecimento das relações entre instituições públicas, privadas e mistas (públicas/privadas) que apoiam o setor da pequena e microempresa mediante programas de informação, treinamento, assistência técnica, financiamento e organização de associações, assim possibilitando que esse setor prospere no longo prazo.
- Recomendarão às organizações multilaterais de desenvolvimento, especialmente ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, a instituição ou reforço de fundos e outros mecanismos de apoio a pequena e microempresa.

20. Capacetes brancos - Corpo de Emergência e Desenvolvimento

A iniciativa dos "capacetes brancos" baseia-se na convicção de que um esforço internacional concertado dos países desenvolvidos e em desenvolvimento pode facilitar a erradicação da pobreza e fortalecer a capacidade de resposta humanitária rápida da comunidade internacional a necessidades urgentes de caráter humanitário, social e de desenvolvimento.

Os países das Américas poderiam assumir a vanguarda dessa iniciativa mediante a criação de corpos nacionais de voluntários que poderiam atender a apelos de outros países da região. Futuramente, esses corpos poderiam ser colocados a disposição das Nações Unidas.

Voluntariamente, os Governos:

- Estabelecerão, organizarão e financiarão um corpo de voluntários para trabalhar no nível nacional e, ao mesmo tempo, estar de prontidão à disposição de outros países do Hemisfério e futuramente das Nações Unidas, para atividades de prevenção, socorro, reabilitação e cooperação técnica, social e de desenvolvimento visando a reduzir os efeitos de desastres naturais, necessidades e emergências sociais e de desenvolvimento.
- Assumirão, mediante a criação de corpos de voluntários nacionais, as seguintes responsabilidades:
 - A seleção e treinamento dos seus corpos nacionais de voluntários.
 - O financiamento dos seus corpos nacionais de voluntários, encorajando a participação do setor privado; e
 - Prontidão para o envio imediato de voluntários especializados, sem aviso prévio e a pedido das Nações Unidas, para o atendimento de situações geradas por desastres naturais e outras emergências humanitárias ou para evitar os seus efeitos.
- Contribuirão para a formação deste corpo e convidarão empresas privadas, fundações e instituições financeiras regionais para fazê-lo.
- Contribuirão para a preparação de uma lista internacional de voluntários, a ser mantida num plano mestre da ONU, a ser utilizada para complementar as atividades de mecanismos existentes na ONU. O Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Organização dos Estados Americanos e a Organização Pan-Americana da Saúde devem ser convidados para participar desse corpo e prestar assistência ao seu desenvolvimento.

IV. GARANTIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSERVAÇÃO DO NOSSO MEIO NATURAL PARA AS GERAÇÕES FUTURAS

21. Parceria para o uso sustentável da energia*

Em conformidade com a Agenda 21 e a Convenção Quadro sobre Mudança do Clima, o desenvolvimento e o uso sustentável de energia promovem o desenvolvimento econômico e atendem aos interesses ambientais. Os Governos e o setor privado devem promover maior acesso a serviços energéticos confiáveis, limpos e de custo mínimo, por meio de atividades e projetos que satisfaçam os requisitos econômicos, sociais e ambientais no contexto das metas do desenvolvimento nacional sustentável e dos quadros jurídicos nacionais.

Os Governos:

- Levarão adiante, de acordo com as respectivas leis, estratégias energéticas nacionais de custo mínimo que levem em conta todas as opções, incluindo eficiência energética, energia renovável não-convencional (v.g., solar, eólica, geo térmica, hidrelétrica em pequena escala e de biomassa), bem como recursos energéticos convencionais.
- Darão ênfase à determinação de preços com orientação de mercado que desincentiva o desperdício de energia.
- Para fins de financiamento prioritário e desenvolvimento, identificarão, no mínimo, um projeto economicamente viável em cada uma das seguintes áreas: energia renovável não convencional, eficiência de energia e energia convencional limpa.
- Promoverão, em cooperação com o setor privado e comunidades rurais e isoladas, programas de eletrificação rural que levem em consideração, conforme apropriado, a utilização de fontes renováveis de energia, de acordo com o quadro regulador nacional.
- Procurarão ratificar a Convenção Quadro sobre Mudança do Clima, que entrou em vigor em 21 de março de 1994, e iniciar a implementação de suas disposições.
- Incentivarão o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento a incrementar pronta e substancialmente, como parte dos empréstimos para o setor energético, o financiamento de projetos relacionados com a eficiência de energia e a energia renovável, bem como o financiamento para melhorar a sustentabilidade ambiental de fontes convencionais de energia, de acordo com a racionalidade econômica.
- Instarão as instituições financeiras multilaterais e outras entidades financeiras públicas e privadas a financiar programas regionais e nacionais em apoio a este plano de ação, tais com programas de treinamento e intercâmbio e de cooperação tecnológica, de acordo com as necessidades e as condições dos países recipiendários.
- Ajudarão a coordenação e cooperação técnica entre os países, por intermédio das organizações regionais existentes, incluindo identificação e implementação de projetos, programas de treinamento e intercâmbio de pessoal e informação destinados a melhorar a capacitação.
- Promoverão a identificação e implementação de projetos do setor privado que reduzam as emissões de gases de estufa.
- Convocarão um Simpósio de Energia Sustentável, a realizar-se na primeira metade de 1995, para discutir as atividades de seguimento relacionadas com esta iniciativa. No espírito de cooperação, os países intercambiarão experiências e examinarão o progresso da implementação deste Plano de Ação.

*Esta iniciativa está integralmente vinculada ao item "Cooperação no campo da energia".

22. Parceria para a biodiversidade

Nosso Hemisfério contém mais de metade da biodiversidade do mundo. Para sustentar o desenvolvimento econômico e social do Hemisfério, devemos intensificar os esforços no sentido de compreender, avaliar e usar de forma sustentável essa base de recursos vivos. Devemos agir agora para incrementar a capacidade técnica e gerencial e conscientizar a opinião pública a respeito das ações nacionais e internacionais nessa área. A Agenda 21, a Convenção sobre Diversidade Biológica e outros instrumentos internacionais correlatas reconhecem essas necessidades e defendem a conservação e o uso sustentável de recursos da biodiversidade.

Os Governos:

- Procurarão assegurar que as estratégias de conservação e uso sustentável da biodiversidade desejam integradas em atividades relevantes de desenvolvimento econômico, tais como silvicultura, agricultura e gestão de zonas costeiras, levando em conta a dimensão social e impacto dessas atividades.
- Desenvolverão e implementarão políticas, técnicas e programas de avaliação, conservação e uso sustentável de recursos da biodiversidade terrestres, marinhos e das zonas costeiras.
- Procurarão ratificar a Convenção sobre Diversidade Biológica e aproveitar as oportunidades de colaboração que a mesma oferece e, conforme apropriado, outros instrumentos internacionais e regionais na área do meio ambiente.
- Apoiarão mecanismos governamentais democráticos para mobilizar a participação do público e, em particular, a dos membros de comunidades indígenas e de outros grupos afetados, na

formulação de política que envolvam a conservação e o uso sustentável de meios naturais. Cada país deverá definir individualmente as formas dessa participação.

- Prepararão planos e programas nacionais para estabelecer e fortalecer a gestão de parques e reservas, visando a gerar benefícios econômicos, sociais e ecológicos para a população local.
- Criarão condições para conservação e uso sustentável da biodiversidade, mediante programas sobre gestão de parques e áreas protegidas, manejo de florestas e áreas unidas, mediante o Plano de Ação para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, a Iniciativa sobre os Recifes de Coral, os projetos de apoio da CITES e o Plano de Ação de Combate à Poluição Marinha na Região do Caribe, entre outros.
- Proclamarão uma "Década da Descoberta", para promover a cooperação técnica e científica de âmbito hemisférico e facilitar o intercâmbio de informação relevante a conservação e ao uso sustentável da biodiversidade.
- Intensificarão o apoio a iniciativas de treinamento e educação orientadas para o uso sustentável de recursos da biodiversidade e fomentarão as atividades de assistência ao treinamento de gerentes e do fortalecimento de comunidades locais, desenvolvidas por universidades, atores não-governamentais e setor privado.
- Instarão as instituições multilaterais financeiras, entre as quais o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fundo Global do Meio Ambiente, a apoiar projetos regionais e nacionais qualificados.
- Examinarão o progresso da implementação das atividades nacionais e internacionais acima descritas, por ocasião da conferência de Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável a realizar-se na Bolívia em 1996 e em subsequentes reuniões anuais no nível ministerial sobre desenvolvimento sustentável.

23. Parceria para a prevenção da poluição

Tal como acordado na Agenda 21, uma gestão adequada do meio ambiente é elemento essencial desenvolvimento sustentável. Cumpre envia, em cooperação, esforços para desenvolver ou melhorar, em conformidade com as leis nacionais e os instrumentos internacionais pertinentes: 1) estruturas de proteção do meio ambiente; e 2) mecanismos de implementação e aplicação de normas ambientais. Para tanto, uma nova parceria promoverá atividades de cooperação visando a desenvolver políticas, leis e instituições ambientais, melhorar a capacidade técnica, promover a conscientização e a participação do público, continuar a procurar meios de cooperação tecnológicos, financeiros e de outra natureza, bem como facilitar o intercâmbio de informação, inclusive sobre tecnologias ambientalmente adequadas. Essas atividades conjuntas terão por base e farão avançar a implementação de acordos e princípios internacionais, inclusive os acordados na conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, e na conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, de 1994, em áreas identificadas como prioritárias pelos países do Hemisfério.

Os Governos:

- Fortalecerão e estabelecerão capacidade técnica e institucional para a abordagem de prioridades em matéria ambiental, tais como pesticidas, contaminação por chumbo, prevenção da poluição. E a redução de riscos, questões relativas a resíduos e saneamento, melhoria da qualidade do ar e da água, acesso a água potável e problemas ambientais urbanos, bem como promoverão a participação e Conscientização do público.
- Prepararão e implementarão planos nacionais de acordo para a gradual eliminação do chumbo adicionado à gasolina.
- Fortalecerão estruturas e mecanismos de proteção do meio ambiente para fins de implementação e aplicação, bem como incluirão critérios e objetivos de sustentabilidade nas estratégias nacionais de desenvolvimento.
- Manterão consultas nacionais para identificar prioridades para provável colaboração internacional.
- Apoiarão mecanismos governamentais democráticos para mobilizar a participação do público, em particular a dos membros de comunidades indígenas e outras afetadas, na consideração de políticas sobre impacto ambiental de projetos de desenvolvimento e na formulação e aplicação de legislação ambiental.

- Convocarão uma reunião de especialistas técnicos, designados por cada país interessado, para desenvolver uma estrutura para parceria de cooperação, aproveitando instituições e redes existentes para identificar projetos prioritários. Inicialmente, esses projetos focalizarão: 1) problemas sanitários e ambientais associados ao uso inadequado de pesticidas; e 2) impactos causados por contaminação por chumbo na gasolina e em outras fontes. As atividades subsequentes poderiam abranger resíduos, qualidade do ar e da água, poluição marinha por navios e por outras fontes, bem como problemas associados à urbanização.
- Promoverão a participação de organizações, tais como o BID, FMI, Banco Mundial, OPAS e OEA, bem como atores e organizações não-governamentais, conforme apropriado, no financiamento, desenvolvimento e implementação de projetos prioritários.
- Formularão política e leis ambientais, visando a assegurar que o processo de integração econômica da região ocorra de maneira ambientalmente sustentável.
- Estabelecerão mecanismos de cooperação entre os órgãos públicos, inclusive nas áreas judicial e de aplicação da lei, para facilitar o intercâmbio de informação ambiental, a cooperação tecnológica e o fortalecimento institucional.
- Desenvolverão, em altos níveis da proteção do meio ambiente, leis e regulamentos ambientais compatíveis e promoverão a execução de acordos internacionais sobre o meio ambiente.
- Examinarão o progresso da implementação das atividades nacionais e internacionais acima descritas, por ocasião da Conferência de Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável, a realizar-se na Bolívia em 1996, e em subsequentes reuniões anuais em nível ministerial sob desenvolvimento sustentável.

Apêndice

A responsabilidade principal pela implementação deste Plano de Ação compete aos Governos, individual e coletivamente, com a participação de todos os segmentos das nossas sociedades civis.

As organizações e instituições já existentes são convocadas a implementar um conjunto de iniciativas resultante desta Cúpula das Américas. Em muitos casos, propusemos que questões específicas sejam examinadas em reuniões de ministros, de altos funcionários ou especialistas. Propomos também que algumas destas iniciativas sejam implementadas em conjunto pelos setores público e privado. Desejando beneficiar-nos de mecanismos hemisféricos já existentes e considerando as diversas propostas incluídas neste Plano de Ação, oferecemos as seguintes recomendações, as quais não impedirão os Governos de abordar outras instituições não mencionadas aqui, conforme apropriado.

I. Principais iniciativas de que participarão as organizações e instituições internacionais

A) A OEA terá papel de destaque no acompanhamento das diversas decisões desta Conferência de Cúpula. No tocante ao Plano de Ação, a OEA tem papel especialmente importante em conexão com o seguinte:

- Fortalecimento da democracia
- Promoção e proteção dos direitos humanos
- Combate à corrupção
- Eliminação da ameaça do terrorismo nacional e internacional
- Fortalecimento da confiança mútua
- Livre comércio nas Américas
- Infra-estrutura de telecomunicações e informação

O Plano de Ação também prevê um papel para a OEA nas seguintes áreas:

- Promoção de valores culturais
- Combate ao problema das drogas ilícitas e crimes conexos
- Cooperação em ciência e tecnologia

- Fortalecimento do papel da mulher na sociedade
- Parceria para a prevenção da poluição

B) Instamos o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a apoiar as atividades especificadas neste Plano de Ação. As políticas acordadas no recém-concluído documento do seu capital e no aumento do Fundo para Operações Especiais já caminham na direção assinalada, devendo ser objeto de ênfase especial. O BID desempenha papel especialmente importante nas seguintes áreas:

- Acesso universal à educação
- Acesso equitativo aos serviços básicos de saúde
- Estímulo à pequena e microempresa
- Parceria para o uso sustentável da energia
- Parceria para a biodiversidade
- Parceria para a prevenção da poluição

Além disso, o Plano de Ação prevê um papel para o BID e Instituições a ele afiliadas nas seguintes áreas:

- Promoção e proteção dos direitos humanos
- Revigoração da sociedade/participação comunitária
- Promoção de valores culturais
- Combate à corrupção
- Combate ao problema das drogas ilícitas e crimes conexos
- Livre comércio nas Américas
- Desenvolvimento e liberalização dos mercados de capitais
- Infra-estrutura hemisférica
- Cooperação em ciência e tecnologia
- Capacetes brancos - Corpo de Emergência e Desenvolvimento

C) Instam-se outras organizações internacionais, principalmente a CEPAL e a OPAS no Hemisfério, bem como o Banco Mundial e todos os organismos do sistema das Nações Unidas ativos no hemisfério, a prestar assistência na implementação dos itens de ação, conforme apropriado.

II. Reuniões de alto nível

As seguintes reuniões e conferências de alto nível terão a incumbência de implementar os mandatos emanados da conferência de Cúpula:

- conferência de Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável (Bolívia, 1996), com reuniões ministeriais anuais de acompanhamento
- conferência Ministerial sobre Combate a Lavagem de Dinheiro (precedida de reunião técnica)
- Conferência de Doadores para a Elaboração de Programas de Desenvolvimento Alternativo para Deter o tráfico de Entorpecentes
- Conferência Global sobre Combate a Entorpecentes
- Conferência Especial da OEA sobre Combate ao terrorismo
- Conferência Regional sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança (Chile, 1995)
- Reuniões dos Ministros responsáveis pelo comércio (junho de 1995, março de 1996)
- Reunião da Comissão sobre Assuntos Financeiros Hemisféricos
- Reunião hemisférica sobre Desenvolvimento das Indústrias de Energia (primeiro semestre de 1995)
- Reunião dos Ministros Responsáveis pela Ciência e Tecnologia (1995)
- Reunião dos Governos e Doadores/Entidades Técnicas para Estabelecer Mecanismos de Reforma da Saúde
- Simpósio sobre Energia Sustentável (primeira metade de 1995)

III. Iniciativas em que as parcerias dos setores público e privado desempenham papel importante

- Fortalecimento da democracia
- Promoção e proteção dos direitos humanos
- Fortalecimento da sociedade/participação comunitária
- Promoção dos valores culturais
- Combate a corrupção
- Infra-estrutura hemisférica
- Cooperação em ciência e tecnologia
- Acesso universal à educação
- Acesso equitativo aos serviços básicos de saúde
- Estímulo a pequena e microempresa
- Capacetes brancos - Corpo de Emergência e Desenvolvimento
- Parceria para o uso sustentável da energia
- Parceria para a biodiversidade
- Parceria para a prevenção da poluição

ANEXO III

DECLARAÇÃO MINISTERIAL DE DENVER

REUNIÃO MINISTERIAL SOBRE COMÉRCIO DENVER, COLORADO 30 DE JUNHO DE 1995

INTRODUÇÃO

1. Nós, os Ministros responsáveis por comércio, representando as 34 nações que participaram da Reunião de Cúpula das Américas¹, reunimo-nos em Denver na Primeira Reunião Ministerial sobre Comércio, por mandato dos nossos Chefes de Estado e de Governo. Concordamos em iniciar imediatamente um programa de trabalho para preparar para o início de negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) na qual as barreiras ao comércio e aos investimentos serão eliminadas progressivamente. As negociações serão concluídas o mais tardar até o ano 2005.

2. Examinamos abordagens para a formação da ALCA que terá como base os acordos sub-regionais e bilaterais existentes com vistas a ampliar e aprofundar a integração econômica hemisférica e tornar esses acordos mais parecidos. Envidaremos esforços com o objetivo de maximizar a abertura dos mercados por meio de altos níveis de disciplina na medida em que trabalhamos com base nos acordos já existentes no Hemisfério. Concordamos em assegurar que a ALCA: será plenamente compatível com os dispositivos do Acordo de Fundação da Organização Mundial de Comércio (Acordo da OMC); será equilibrada e abrangente em seu alcance, cobrindo entre outras, todas as áreas incluídas no Plano de Ação da Reunião de Cúpula das Américas; não erguerá barreiras a outros países e representará um empreendimento único que compreenda direitos e obrigações mútuos.

3. Tendo em vista as amplas diferenças em níveis de desenvolvimento e dimensões das economias, procuraremos ativamente maneiras de proporcionar oportunidades para facilitar a integração das economias menores e elevar o nível de seu desenvolvimento.

4. Reconhecemos a importância para nossas nações de alcançar a estabilidade macroeconômica e os esforços que estão sendo empreendidos pelos países de nosso Hemisfério a fim de obter essa estabilidade.

PROGRAMA DE TRABALHO INICIAL

5. Tendo como base as decisões adotadas na Reunião de Cúpula das Américas, decidimos iniciar a preparação para negociações ativas. Em cumprimento aos compromissos de nossos Chefes de Estado e de Governo com vistas à construção da ALCA, reconhecemos a necessidade de trabalho preparatório de caráter imediato no Hemisfério e portanto estamos estabelecendo grupos de trabalho nas seguintes áreas: Acesso a Mercados; Procedimentos Alfandegários e Regras de Origem; Investimentos; Padrões e Barreiras Técnicas ao Comércio; Medidas Sanitárias e Fitossanitárias; Subsídios, Antidumping, e Direitos Compensatórios; e grupo de trabalho sobre economias menores.

6. O programa geral para cada grupo de trabalho deve compreender a identificação e o exame das medidas existentes relacionadas ao comércio em cada área, a fim de identificar abordagens possíveis para as negociações. Estamos fornecendo orientação geral, inclusive cronograma e coordenadores iniciais, para cada grupo de trabalho constante do Anexo. Receberemos relatórios e determinaremos na Reunião Ministerial sobre Comércio de março de 1996 os próximos passos a serem dados em cada área, inclusive um cronograma apropriado para trabalho adicional.

7. Na Reunião Ministerial sobre Comércio de Março de 1996, estabeleceremos grupos de trabalhos e seus termos de referência nas seguintes áreas: Compras Governamentais, Direitos de Propriedade Intelectual, Serviços, e Política de Concorrência.

8. Todos os grupos de trabalho estarão abertos à participação de todas as nações. Instruímos nossos Vice-Ministros a se reunirem quando necessário, antes da Reunião Ministerial sobre Comércio de março de 1996, para coordenar as atividades e examinar os avanços feitos pelos grupos de trabalho, solicitando que o país anfitrião da Reunião Ministerial sobre Comércio de março de 1996 presida tais reuniões. Solicitamos a comissão tripartite -- OEA, BID e CEPAL ² -- que proporcione apoio analítico, assistência técnica e estudos relevantes dentro de suas respectivas áreas de competência conforme exigidos pelos grupos de trabalho.

RELATÓRIO SOBRE ATIVIDADES EM ANDAMENTO

9. Recebemos relatórios sobre a situação das atividades empreendidas nos vários foros sobre comércio e investimentos e tomamos nota da entrada em vigor da União Aduaneira do Mercosul em 1º de janeiro de 1995; da entrada em vigor da tarifa externa comum entre os países do Grupo Andino em 1º de fevereiro de 1995; da entrada em vigor dos acordos de livre comércio entre o México e a Costa Rica em 1º de janeiro de 1995 e entre o México e a Bolívia em 1º de janeiro de 1995, entre o Chile e o Equador em 1º de janeiro de 1995 e entre os países do Grupo dos Três (México, Colômbia e Venezuela) em 1º de janeiro de 1995; da programada adesão do Suriname à Comunidade do Caribe em 4 de julho de 1995 e das discussões em outros grupos sub-regionais sobre o fortalecimento e a ampliação da integração econômica no Hemisfério.

10. A Comissão Especial de Comércio da OEA (CEC) apresentou um relatório inicial sobre suas atividades. Cumprimentamos a CEC, cuja última reunião foi realizada em Montevideu em 14 e 15 de junho de 1995, por ter concluído a primeira etapa de um compêndio e de uma análise comparativa dos acordos de integração no Hemisfério e o estudo preliminar das tarifas e regras de origem. Aguardamos o recebimento do relatório completo da CEC na Reunião Ministerial sobre Comércio de março de 1996. Ressaltamos a importância das análises da CEC na etapa preparatória da construção da ALCA e do trabalho da Comissão

Tripartite -- OEA, BID e CEPAL -- por proporcionar informações para as decisões subseqüentes sobre atividades futuras para nossos Governos.

OUTROS ASSUNTOS

11. Estamos comprometidos com a transparência no processo da ALCA. Na medida em que avança a integração econômica no Hemisfério, acolhemos a contribuição do setor privado e dos processos apropriados para lidar com a proteção do meio- ambiente e a melhor observância e promoção dos direitos dos trabalhadores, através dos nossos respectivos governos.

FUTURAS REUNIÕES MINISTERIAIS

12. Aceitamos o convite do Governo da Colômbia para sediar a Reunião Ministerial a realizar-se em março de 1996. Naquela ocasião, estabeleceremos a data e o local da terceira Reunião sobre Comércio.

Anexo I

PLANO DE GRUPOS DE TRABALHO

Instruímos cada grupo de trabalho relacionado abaixo a concluir um relatório a ser apresentado à Reunião Ministerial sobre Comércio de março de 1996, que deverá incluir recomendações para ações posteriores.

I. O GRUPO DE TRABALHO SOBRE ACESSO A MERCADOS DEVERÁ:

1. Construir e organizar da forma mais eficiente possível um banco abrangente de dados sobre barreiras ao acesso a mercados (medidas tarifárias e não-tarifárias tais como requeridas para o Banco de Dados Integrado da OMC) no Hemisfério abrangendo todos os produtos industriais e agrícolas , usando o formato do Banco de Dados Integrado da OMC
2. Fazer recomendações específicas para a condução de negociações sobre acesso a mercados.

II. O GRUPO DE TRABALHO SOBRE PROCEDIMIENTOS ALFANDEGÁRIOS E REGRAS DE ORIGEM DEVERÁ:

1. Compilar da forma mais eficiente possível um inventário abrangente dos procedimentos alfandegários do Hemisfério e determinar a viabilidade da publicação de um Guia Hemisférico de Procedimentos Alfandegários;
2. Elaborar aspectos que sejam fundamentais para um sistema eficiente e transparente de regras de origem, inclusive de nomenclatura e certificados de origem;
3. Identificar áreas para cooperação técnica na operação de alfândegas, tais como conexões entre sistemas de computador e prevenção de fraude;
4. Recomendar uma abordagem específica para condução dos procedimentos alfandegários em escala hemisférica;
5. Fazer recomendações específicas para a realização de negociações sobre as regras de origem.

Tendo em vista, por um lado, as diferentes especializações requeridas para trabalhar com procedimentos alfandegários e, por outro, com regras de origem, os membros deste Grupo de Trabalho devem considerar a forma mais eficiente de assegurar a participação dos especialistas apropriados.

III. O GRUPO DE TRABALHO SOBRE INVESTIMENTOS DEVERÁ:

1. Criar um inventário de tratados e acordos sobre investimentos incluindo os dispositivos de proteção, existentes na região;
2. Compilar da forma mais eficiente possível, um inventário de regimes de investimento na região e, com base nessa informação, determinar áreas de convergência e de divergência, e formular recomendações específicas;

IV. O GRUPO DE TRABALHO SOBRE PADRÕES E BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO DEVERÁ:

1. Recomendar formas específicas de aumentar a transparência, especialmente no que se refere a estabelecimento de padrões;
2. Compilar informações sobre os órgãos existentes incumbidos da avaliação da conformidade dos regulamentos técnicos no Hemisfério bem como sobre as organizações que credenciam os referidos órgãos;
3. Recomendar métodos para promover a compreensão do Acordo da OMC sobre Padrões e Barreiras Técnicas ao Comércio, inclusive mediante assistência técnica;

V. O GRUPO DE TRABALHO SOBRE MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS DEVERÁ:

1. Criar um inventário de todos os acordos sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias no Hemisfério e compilar da forma mais eficiente possível um inventário dos regimes de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias na região;
2. Recomendar formas específicas de aumentar a transparência e de compartilhar informações, além de aperfeiçoar a compreensão das leis e regulamentos que afetam os fluxos de comércio na região.
3. Identificar práticas que possam requerer aperfeiçoamento e formular recomendações para seu aperfeiçoamento;
4. Promover a compreensão do Acordo da OMC sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias inclusive por meio de assistência técnica e recomendar medidas para implementação efetiva desse Acordo;
5. Aumentar o entendimento mútuo da base científica dos procedimentos para certificação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, com vistas a recomendar formas de promover o reconhecimento de certificados entre os países do Hemisfério.
6. Compilar da forma mais eficiente possível os métodos usados para avaliar riscos no hemisfério, com vistas a trabalhar para encontrar abordagens comuns.

VI. O GRUPO DE TRABALHO SOBRE SUBSÍDIOS, ANTIDUMPING E DIREITOS COMPESTATÓRIOS DEVERÁ:

1. Identificar os subsídios à exportação agrícola e outras práticas de exportação que tenham efeitos semelhantes sobre o comércio hemisférico;

2. Recomendar maneiras de lidar com todas as práticas de exportação que distorcem o comércio, relativas a produtos agrícolas comercializados dentro ou com o Hemisfério;
3. Promover o entendimento das obrigações da OMC na área de subsídios e iniciar a compilação de um inventário sobre práticas de subsídios no Hemisfério.
4. Examinar informações sobre leis de *dumping* e de subsídios nos países do Hemisfério;
5. Trocar pontos de vista sobre a aplicação e a operação das leis de defesa comercial referentes a subsídios e *dumping* e elaborar recomendações para um trabalho adicional.

VII. GRUPO DE TRABALHO SOBRE ECONOMIAS MENORES DEVERÁ:

1. Identificar e avaliar os fatores que afetam a participação das economias menores na ALCA e a expansão do comércio e investimentos por eles estimulada;
2. Identificar e examinar formas de facilitar o ajuste das economias menores ao processo da ALCA, inclusive a promoção e expansão de seu comércio, proporcionando recomendações sobre medidas a serem tomadas e assuntos a serem levados em conta nas negociações da ALCA;
3. Solicitar ao BID, à CEPAL, à OEA e a outras instituições relevantes que proporcionem informação pertinente sobre suas atividades a fim de facilitar a integração das economias menores no Hemisfério.

COORDENADORES INICIAIS DOS GRUPOS DE TRABALHO

Concordamos que a primeira reunião de cada Grupo de Trabalho será organizada pelos seguintes coordenadores que informarão todos os países do hemisfério sobre a reunião inicial proposta:

Acesso a Mercados: El Salvador

Procedimentos Alfandegários e Regras de Origem: Bolívia

Investimentos: Costa Rica

Padrões e Barreiras Técnicas ao Comércio: Canadá

Medidas Sanitárias e Fitossanitárias: México

Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios: Argentina

Economias Menores: Jamaica

¹ Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América, Grenada, Guatemala, Guiana, haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Vicente e Grenadinas, Santa Lúcia, St. Kitts e Nevis, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela

² Representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foram convidados como observadores.

ANEXO IV

CÚPULA DAS AMÉRICAS

SEGUNDA REUNIÃO MINISTERIAL SOBRE COMÉRCIO

CARTAGENA, COLÔMBIA

21 DE MARÇO DE 1996

DECLARAÇÃO CONJUNTA

INTRODUÇÃO

1. Nós, os Ministros responsáveis pelo comércio, representando as 34 nações que participaram da Cúpula das Américas, reunimo-nos em Cartagena para a II Reunião Ministerial sobre Comércio, por mandato de nossos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula das Américas, realizada em Miami. Demos continuidade ao programa de trabalho aprovado por unanimidade na I Reunião Ministerial sobre Comércio realizada em Denver, com vistas a preparar o início das negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Reafirmamos nosso compromisso de concluir as negociações, o mais tardar até o ano 2005, e de obter progressos concretos para alcançarmos este objetivo em fins deste século.

2. Os princípios anteriormente adotados para formação da ALCA incluem: maximizar a abertura dos mercados por meio de altos níveis de disciplina com base nos acordos já existentes no Hemisfério; plena consistência com os dispositivos da Organização Mundial de Comércio (OMC); que seja equilibrada e abrangente em seu alcance; que cubra, entre outras, todas as áreas contempladas no Plano de Ação da Cúpula das Américas; que não imponha barreiras a outras nações e represente um empreendimento único que compreenda todos os direitos e obrigações mútuas.

3. Examinamos vários enfoques para a formação da ALCA com base nos acordos sub-regionais e bilaterais existentes com vistas a ampliar e aprofundar a integração econômica hemisférica e tornar esses acordos mais parecidos. Os enfoques são variados e complexos e deverão ser consistentes com o artigo XXIV do GATT de 1994 e seu Entendimento na Rodada Uruguai e o Artigo V do AGCS. Instruímos nossos Vice-Ministros a discutir este tema e formular recomendações específicas, antes da Reunião Ministerial sobre Comércio de 1997.

4. Consideramos também a oportunidade e os meios para iniciar as negociações tendentes ao estabelecimento da ALCA. Concordamos a respeito da necessidade de trabalhos preparatórios substantivos e adicionais para lograr negociações produtivas. Também concordamos que devam ser alcançados progressos concretos até o final do século. Considerando este aspecto, bem como os progressos alcançados nos grupos de trabalho, instruímos nossos Vice-Ministros a realizar uma avaliação de quando e como lançar as negociações da ALCA e formular recomendações sobre estes temas, antes da Reunião Ministerial de 1997.

5. Mantemos nosso compromisso de buscar ativamente os meios para proporcionar oportunidades que facilitem a integração das Economias Menores e aumentar seus níveis de desenvolvimento. Instamos a todos os grupos de trabalho para que considerem estes compromissos em suas deliberações, bem como as sugestões específicas que o Grupo de Trabalho apresenta sobre Economias Menores. Conscientes das diferenças nos níveis de desenvolvimento econômico entre os países do Hemisfério, reconhecemos a necessidade de assistência técnica para facilitar a plena participação das Economias Menores no processo de construção da ALCA.

GRUPOS DE TRABALHO

6. A partir das decisões adotadas na Cúpula das Américas em Miami e na Reunião Ministerial sobre Comércio em Denver, e de nossos preparativos em curso para as negociações, recebemos os relatórios dos presidentes dos sete grupos de trabalho estabelecidos em Denver e as recomendações específicas desses grupos para atividades subseqüentes. Tendo como base os relatórios de cada grupo, estamos convencidos de que se alcançou um progresso substancial na preparação das negociações e que o programa inicial de trabalho segue por caminho adequado.

Tomamos nota dos programas de trabalho propostos pelos sete grupos de trabalho e instruímos estes a executar as atividades identificadas, com o objetivo de submeter as conclusões e recomendações à nossa consideração em 1997. Para facilitar a consecução deste objetivo, solicitamos que os presidentes dos grupos de trabalho, em consulta com os países participantes, se reúnam e coordenem as atividades a fim de evitar uma duplicação de esforços; assegurem-se de que não existem lacunas no trabalho preparatório e garantam o uso mais efetivo dos recursos disponíveis, incluindo os do Comitê Tripartite. Para promover a participação dos países em todos os aspectos dos trabalhos preparatórios, os presidentes dos grupos de trabalho devem empenhar-se em coordenar a programação e escolher as sedes das reuniões, evitando, na medida do possível, a dispersão das sedes das reuniões dos grupos de trabalho.

7. Instruímos nossos Vice-Ministros a dirigir, avaliar e coordenar as atividades de todos os grupos de trabalho a fim de garantir um progresso significativo antes da nossa reunião de 1997. Para isso, os Vice-Ministros deverão reunir-se em pelo menos três ocasiões antes da nossa próxima reunião. Solicitamos que o país anfitrião da III Reunião Ministerial sobre Comércio presida tais reuniões.

8. Agradecemos aos presidentes dos grupos o trabalho realizado no exercício de seu cargo entre as Reuniões Ministeriais de Denver e Cartagena. Agradecemos, também, aos países que colaboraram na compilação de informações e suas propostas para o trabalho futuro.

9. Para cumprir com os compromissos contraídos em Denver, criamos grupos de trabalho adicionais, nas seguintes áreas: Compras Governamentais, Direitos de Propriedade Intelectual, Serviços e Política de Concorrência. Estamos dando orientação geral, incluindo os termos de referência individuais para cada um dos novos grupos de trabalho (Anexo I). Ao mesmo tempo, nós, os Ministros, concordamos em estabelecer, na III Reunião Ministerial sobre Comércio, o Grupo de Trabalho sobre Solução de Controvérsias e seus termos de referência. Solicitamos à OEA que inicie a compilação de informações sobre os mecanismos de solução de controvérsias utilizados nos acordos bilaterais e sub-regionais de comércio no Hemisfério.

10. Aprovamos a lista dos países que coordenarão os onze grupos de trabalho designados pelos seus respectivos países (Anexo II). Estes países se encarregarão, até a próxima Reunião Ministerial, de coordenar a programação das reuniões, em consulta com os representantes dos países-membros e de assegurar o cumprimento de todos os termos de referência.

11. Cada grupo de trabalho deverá identificar e examinar as medidas relacionadas com o comércio em seu campo respectivo, a fim de determinar possíveis enfoques para as negociações. Instruímos cada um dos grupos de trabalho a submeter aos Vice-Ministros, para aprovação, propostas concretas em áreas de atenção imediata antes da Reunião Ministerial de 1997. Na III Reunião Ministerial, receberemos os relatórios e

decidiremos os passos a seguir em cada área. Acordamos hoje as ações imediatas nas áreas relacionadas no Anexo III.

12. Reconhecemos e agradecemos o importante trabalho analítico e técnico realizado pelo Comitê Tripartite em apoio aos grupos de trabalho existentes, bem como as contribuições de outras organizações regionais, sub-regionais e multilaterais especializadas. Solicitamos ao Comitê Tripartite que continue proporcionando apoio analítico, assistência técnica e os estudos pertinentes que os grupos de trabalho possam solicitar. Para apoiar este trabalho, instamos as instituições regionais e sub-regionais a fazer contribuições adicionais em suas áreas de especialização.

OUTROS INFORMES E CONTRIBUIÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

13. De acordo com o Plano de Ação da Cúpula das Américas, tomamos nota dos desenvolvimentos significativos ocorridos nos diferentes foros de comércio e investimento.

14. O Presidente da Comissão Especial de Comércio (CEC) da OEA informou sobre os progressos das atividades assignadas pelos líderes da Conferência de Miami à CEC. Agradecemos a CEC pela versão preliminar do Compêndio Analítico dos Acordos de Comércio e Integração do Hemisfério, que será atualizado periodicamente a fim de assegurar sua precisão. Concordamos em que este Compêndio é um importante instrumento para a compreensão e comparação dos acordos regionais de comércio e exortamos a OEA a tornar público este Compêndio uma vez aprovada sua versão definitiva. Também agradecemos ao BID seu relatório à CEC sobre as "Normas de Origem nos Acordos Preferenciais de Comércio nas Américas", o qual foi levado ao conhecimento do Grupo de Trabalho sobre Procedimentos Aduaneiros e Normas de Origem da ALCA.

15. Recebemos com grande interesse as conclusões do setor empresarial sobre os 13 temas analisados no Foro Empresarial das Américas. Reconhecemos a importância do papel do setor privado e sua participação ativa no processo da ALCA. Concordamos também com a importância de que os governos realizem consultas com seus setores privados para preparar a Reunião Ministerial de Comércio de 1997. Reafirmamos nosso compromisso com a transparência no processo da ALCA. Também instruímos nossos Vice-Ministros a considerar processos apropriados para abordar a proteção do meio ambiente. Após recebermos o relatório do comitê que será apresentado na Reunião Ministerial da OMC em Cingapura, consideraremos a criação de um grupo de estudos sobre este tema, tendo como base as recomendações de nossos Vice-Ministros. Para isso, nós e nossos Vice-Ministros, analisaremos como proceder na construção da ALCA nesta área. Reconhecemos a importância de uma maior observância e promoção dos direitos trabalhistas e a necessidade de considerar processos apropriados nesta área através de nossos respectivos governos. O tema será objeto de nossa consideração e solicitamos aos nossos Vice-Ministros manter-nos informados.

OUTROS ASSUNTOS

PRÓXIMAS REUNIÕES MINISTERIAIS

16. Em vista do mandato de nossos Chefes de Estado e de Governo, e de acordo com as decisões adotadas na reunião de Denver, concordamos em realizar a III Reunião Ministerial e o III Foro Empresarial no segundo trimestre de 1997. Aceitamos o convite do Governo do Brasil para sediar estas reuniões. A IV Reunião Ministerial e o IV Foro Empresarial realizar-se-ão em 1998, na Costa Rica.

ANEXO I

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA OS NOVOS GRUPOS DE TRABALHO

I. GRUPO DE TRABALHO SOBRE COMPRAS GOVERNAMENTAIS:

1. Compilará, sistematizará e criará um inventário sobre a legislação, normas e procedimentos de compras governamentais nos países do Hemisfério, começando pelo Governo central e incluindo, entre outras, empresas estatais. Baseado neste inventário realizará estudo sobre as barreiras de acesso às compras governamentais.
2. Elaborará um inventário e uma análise das disposições sobre compras do setor público incluídas nos esquemas de integração e outros acordos subscritos pelos países do Hemisfério.
3. Compilará a informação disponível sobre compras de bens e serviços por parte dos governos centrais, incluindo, entre outros, empresas estatais, dos países do Hemisfério.
4. Determinará as áreas de convergência e divergência entre os diferentes sistemas de compras de governo dos países do Hemisfério.
5. Recomendará métodos que contribuam para promover a compreensão do Acordo da OMC sobre Compras do Setor Público.
6. Recomendará métodos que contribuam para promover a transparência nas compras governamentais.
7. Formulará recomendações específicas sobre passos a seguir na construção da ALCA nesta área.

II. GRUPO DE TRABALHO SOBRE DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL:

1. Criará um inventário dos convênios, tratados e acordos relativos à propriedade intelectual existentes no Hemisfério, incluindo as convenções internacionais de que fazem parte os países.
2. Compilará, da maneira mais eficiente possível, um inventário das leis e normas sobre propriedade intelectual e as medidas para cumprí-las no Hemisfério e, com base nesta informação, identificará as áreas de convergência e divergência.
3. Recomendará métodos para promover a compreensão e a implementação efetiva do Acordo da OMC sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (ADPIC).
4. Identificará as possíveis áreas de assistência técnica que possam solicitar os países, incluindo tanto a administração como a aplicação dos direitos de propriedade intelectual.
5. Analisará as implicações das novas tecnologias para a proteção dos direitos de propriedade intelectual na ALCA.
6. Formulará recomendações específicas sobre passos a seguir para a construção da ALCA nesta área.

III. GRUPO DE TRABALHO SOBRE SERVIÇOS:

1. Realizará trabalhos de fundo, a nível conceitual, sobre a natureza do comércio de serviços incluindo a relação com outros grupos de trabalho, entre eles o de Investimentos.

2. Elaborará um inventário dos acordos, convênios e outros arranjos, relativos ao comércio de serviços existentes no Hemisfério, e determinará as áreas de convergência e divergência.
3. Compilará um inventário abrangente das normas que afetam o comércio de serviços dentro do Hemisfério e identificará as ações necessárias para melhorar a transparência e facilitar o comércio.
4. Criará uma base de dados estatísticos sobre os fluxos de comércio de serviços no Hemisfério.
5. Recomendará medidas para promover a compreensão e implementação efetiva do Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (AGCS) da Organização Mundial de Comércio (OMC), inclusive mediante assistência técnica.
6. Formulará recomendações específicas sobre os passos a seguir para a construção da ALCA nesta área.

IV. GRUPO DE TRABALHO SOBRE POLÍTICA DE CONCORRÊNCIA:

1. Promoverá a compreensão dos objetivos e mecanismos da política de concorrência.
2. Preparará um inventário das leis e normas internas existentes no Hemisfério sobre as práticas anticoncorrência e, com base nesta informação, identificará áreas de convergência e divergência.
3. Criará um inventário dos acordos, tratados e outros arranjos existentes no Hemisfério sobre políticas de concorrência.
4. Identificará os mecanismos de cooperação entre os governos do Hemisfério que objetivam assegurar o cumprimento efetivo das leis sobre política de concorrência.
5. Recomendará os meios para ajudar os países-membros a estabelecer e melhorar seus regimes de política de concorrência, quando estes o solicitarem.
6. Trocará impressões sobre a aplicação e operação dos regimes da política de concorrência nos países do Hemisfério e sua relação com o comércio numa área livre de comércio.
7. Formulará recomendações específicas sobre os passos a seguir para a construção da ALCA nesta área.

ANEXO II

PRESIDÊNCIA DOS GRUPOS DE TRABALHO

Concordamos em que os países indicados a seguir estarão a cargo das presidências de cada um dos respectivos grupos de trabalho até a próxima Reunião Ministerial sobre Comércio.

GRUPO DE TRABALHO PAÍS

ACESSO A MERCADOS - El Salvador

PROCEDIMENTOS ADUANEIROS E NORMAS DE ORIGEM - Bolívia

INVESTIMENTOS - Costa Rica

NORMAS E BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO - Canadá

MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSANITÁRIAS - México

SUBSÍDIOS, ANTIDUMPING E DIREITOS COMPENSATÓRIOS - Argentina

ECONOMIAS MENORES - Jamaica
COMPRAS GOVERNAMENTAIS - Estados Unidos
DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL - Honduras
SERVIÇOS - Chile
POLÍTICA DE CONCORRÊNCIA - Peru

ANEXO III

RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES DOS GRUPOS DE TRABALHO CRIADOS EM DENVER E RECOMENDAÇÕES PARA SEUS TRABALHOS FUTUROS

Além da orientação fornecida em outras partes deste documento, solicitamos aos respectivos grupos de trabalho atribuir atenção imediata às seguintes áreas:

ACESSO A MERCADOS

- Manter as bases de dados atualizadas e publicá-las, uma vez os governos concordem com seu conteúdo.

PROCEDIMENTOS ADUANEIROS E NORMAS DE ORIGEM

- Desenvolver e aperfeiçoar inventário completo sobre procedimentos aduaneiros do Hemisfério e elaborar e difundir o Manual de Procedimentos Aduaneiros;
- Fazer recomendações para promover o preenchimento eletrônico da documentação sobre alfândegas.

INVESTIMENTOS

- Publicar um manual sobre os regimes de investimento no Hemisfério;
- Promover o acesso às Convenções Arbitrais existentes;
- Publicar inventário dos acordos e tratados sobre investimentos da região.

NORMAS E BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO

- Preparar um inventário de padrões e medidas relacionadas
- Apresentar propostas para o reconhecimento mútuo de instituições de certificação.

MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSANITÁRIAS - Apresentar propostas para a aplicação de procedimentos harmonizados e para o reconhecimento das certificações em assuntos sanitários e fitosanitários no Hemisfério.

SUBSÍDIOS, ANTIDUMPING E DIREITOS COMPENSATÓRIOS

- Publicar o compêndio das leis e procedimentos do Hemisfério compilado pela OEA.

ECONOMIAS MENORES

- Fazer recomendações sobre medidas, que incluem assistência técnica, para facilitar a integração das Economias Menores na ALCA.

AMPLIAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA

GRUPO DE TRABALHO SOBRE SUBSÍDIOS, ANTIDUMPING E DIREITOS COMPENSATÓRIOS:

- Tomamos nota do "Relatório e Recomendações do Grupo de Trabalho sobre Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios", e instruímos o Grupo de Trabalho a identificar outras medidas que possam distorcer o comércio agrícola dentro ou com o Hemisfério, com vistas a fazer as recomendações pertinentes

ANEXO V**DECLARAÇÃO MINISTERIAL DE BELO HORIZONTE****TERCEIRA REUNIÃO DE MINISTROS RESPONSÁVEIS POR COMÉRCIO
BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL****16 DE MAIO DE 1997****INTRODUÇÃO**

1. Nós, os Ministros Responsáveis por Comércio, representando os 34 países que participaram da Cúpula das Américas, em dezembro de 1994, nos reunimos em Belo Horizonte para a III Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio, conforme o mandato outorgado por nossos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula das Américas, realizada em Miami. Examinamos os resultados do programa de trabalho unanimemente acordado em nossas Reuniões Ministeriais anteriores, realizadas em Denver e em Cartagena das Índias, para preparar as negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Reiteramos nosso compromisso de concluir as negociações, o mais tardar, até 2005 e de fazer, até o fim deste século, progresso concreto para a realização desse objetivo.
2. Examinamos, também, o progresso substancial alcançado na liberalização do comércio no hemisfério desde a Cúpula das Américas de Miami. Observamos que esse progresso está se refletindo na crescente ampliação e aprofundamento dos acordos sub-regionais e bilaterais existentes; na implementação das obrigações assumidas por nossos países no âmbito da Rodada Uruguai; na negociação de novos acordos bilaterais e sub-regionais de livre comércio no hemisfério; na participação de alguns países do Hemisfério Ocidental na negociação de acordos setoriais de liberalização do comércio no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC); e em medidas autônomas de liberalização do comércio adotadas por países individuais. Reiteramos nosso compromisso de garantir que todos os nossos esforços para promover o livre comércio no hemisfério sejam consistentes com nossas obrigações no âmbito da OMC, particularmente o Artigo XXIV do GATT 1994 e seu Entendimento na Rodada Uruguai e com o Artigo V do GATS. Reiteramos também o princípio anteriormente adotado de que a construção da ALCA não imporá barreiras a outros países. Evitaremos, o mais possível, adotar políticas que possam afetar negativamente o comércio no hemisfério.
3. Na II Cúpula das Américas, a ser realizada em Santiago do Chile, em março de 1998, nossos Chefes de Estado e de Governo terão a oportunidade de examinar a implementação da ampla agenda social e econômica contida na Declaração de Princípios e no Plano de Ação de Miami, com vistas a promover a prosperidade de nossos povos. Estamos conscientes de que a ALCA deve ser negociada levando-se em consideração esses amplos objetivos. Para tanto, reconhecemos as grandes diferenças existentes em termos de nível de desenvolvimento e dimensão das economias do nosso hemisfério e consideraremos essas diferenças em nosso trabalho para construir a ALCA.
4. Examinamos o trabalho realizado pelos Vice-Ministros com relação aos vários enfoques para a construção da ALCA com base nos acordos sub-regionais e bilaterais existentes. Concordamos em que as negociações da ALCA deveriam iniciar-se em Santiago, em março de 1998, e recomendaremos aos nossos Chefes de Estado e de Governo que assim o façam naquela oportunidade. Para tanto, na Quarta Reunião Ministerial, a realizar-se em fevereiro de 1998, em São José da Costa Rica, formularemos como se procederá às negociações, inclusive aspectos como seus objetivos, enfoques, estrutura e localização. Instruímos nossos Vice-Ministros a manter a prática de realizar três reuniões antes da próxima Reunião Ministerial sobre Comércio e a submeter à nossa decisão recomendações acerca das questões acima referidas, na reunião de São José.

ÁREAS DE CONVERGÊNCIA E TEMAS PENDENTES

5. Em atenção a nosso pedido, os Vice-Ministros mantiveram amplas discussões sobre o escopo e a cronologia das negociações. Acolhemos com satisfação as propostas específicas apresentadas pelas delegações e, após debates abrangentes, acordamos que existe um grau significativo de convergência sobre princípios e questões fundamentais:
 - a. o consenso constitui o princípio fundamental da tomada de decisão no processo da ALCA, que procura preservar e promover os interesses essenciais de nossos 34 países de maneira equilibrada e abrangente;
 - b. o resultado das negociações da Área de Livre Comércio das Américas constituirá um abrangente empreendimento único (*single undertaking*) que incorpora os direitos e obrigações mutuamente acordados. A ALCA poderá coexistir com acordos bilaterais e sub-regionais, na medida em que os direitos e obrigações assumidos ao amparo desses acordos não estejam cobertos pelos direitos e obrigações da ALCA, ou os ultrapassem;
 - c. a ALCA será compatível com os acordos da OMC;
 - d. os países poderão negociar e aderir à ALCA individualmente ou como membros de um grupo de integração sub-regional que negocie como uma unidade;
 - e. atenção especial deveria ser dispensada às necessidades, condições econômicas e oportunidades das economias menores, a fim de assegurar sua plena participação no processo da ALCA;
 - f. a necessidade de estabelecer uma secretaria administrativa de caráter temporário para prestar apoio às negociações;
 - g. o ano de 2005, o mais tardar, como data para a conclusão das negociações.
6. Fica estabelecido um Comitê Preparatório constituído pelos 34 Vice-Ministros Responsáveis por Comércio. Nós os instruímos a que intensifiquem seus esforços para promover o consenso e concluir recomendações sobre os temas pendentes, as quais submeterão à nossa decisão na reunião de São José. Ademais, instruímos os Vice-Ministros a que continuem a dirigir, avaliar e coordenar as atividades de todos os Grupos de Trabalho.

GRUPOS DE TRABALHO

7. Agradecemos aos Presidentes dos Grupos de Trabalho pela tarefa por eles realizada até agora. Instruímos nossos Vice-Ministros a que examinem, em sua próxima reunião, os relatórios dos Grupos de Trabalho e que aprovem, quando cabível, suas recomendações, programas de trabalho, áreas de atenção imediata e medidas de facilitação de negócios. Também tomamos nota dos documentos relacionados no Anexo I, propostos pelos Grupos de Trabalho e aprovados pelos Vice-Ministros para publicação como documentos oficiais da ALCA; como tais, já se encontram à disposição do público e constituem um resultado concreto do trabalho preparatório, em curso, para as negociações da ALCA. Instruímos os Grupos de Trabalho a que dêem continuidade às suas tarefas consoante os seus termos de referência acordados. Também os instruímos a que submetam aos Vice-Ministros, na segunda reunião sob a presidência da Costa Rica, diferentes alternativas técnicas no tocante a possíveis questões e enfoques de negociação em suas respectivas disciplinas, as quais deveriam ser consideradas pelos Vice-Ministros ao elaborarem as recomendações que submeterão à nossa decisão, em nossa reunião de São José.
8. Conforme acordado em Cartagena das Índias, estabelecemos o Grupo de Trabalho sobre Solução de Controvérsias, cujos termos de referência se encontram no Anexo II. O Grupo de Trabalho levará em conta a compilação de informações preparada pela OEA, tal como solicitado em

Cartagena das Índias, sobre os mecanismos existentes para a solução de controvérsias nos acordos sub-regionais e bilaterais do hemisfério.

9. Aprovamos a lista de países que presidirão os doze Grupos de Trabalho até a nossa próxima reunião, na Costa Rica (Anexo III). Eles serão responsáveis pela coordenação e programação das reuniões dos Grupos de Trabalho, em consulta com os representantes dos países participantes, bem como pela garantia do cumprimento dos seus respectivos termos de referência. Lembramos aos Presidentes dos Grupos de Trabalho que o consenso permanece o princípio operativo do processo da ALCA. Após realizados esforços diligentes no sentido de alcançar acordo quanto a questões controversas, as posições diferentes deverão ser encaminhadas aos Vice-Ministros, para sua decisão.
10. Recebemos o relatório do Grupo de Trabalho sobre Economias Menores e tomamos nota da variedade de fatores identificados que poderiam limitar a participação efetiva dessas economias na ALCA. Estudamos as medidas recomendadas para facilitar sua integração na ALCA, inclusive a necessidade de políticas internas adequadas, assistência técnica e cooperação, a fim de facilitar a participação efetiva daquelas economias no processo da ALCA. Incentivamos o Grupo de Trabalho sobre Economias Menores a prosseguir com o trabalho em curso e o instamos a que formule sugestões específicas aos Vice-Ministros quanto a medidas que permitiriam a participação efetiva das mesmas no processo da ALCA. Solicitamos aos outros Grupos de Trabalho levar em conta, em suas deliberações, as conclusões e recomendações do Grupo de Trabalho sobre Economias Menores, a fim de concretizar as oportunidades daquelas economias na ALCA e de elevar seu nível de desenvolvimento.
11. Solicitamos aos Vice-Ministros que, para nossa próxima reunião, nos recomendem o modo como os Grupos de Trabalho poderiam ser reconfigurados em grupos de negociação, levando em conta a necessidade de eficiência e a complementaridade de áreas temáticas.

OUTROS RELATÓRIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

12. Reconhecemos e apreciamos o apoio técnico e logístico prestado aos Grupos de Trabalho pelo Comitê Tripartite, bem como a contribuição recebida de organizações regionais, sub-regionais e multilaterais. Solicitamos ao Comitê Tripartite que continue a proporcionar apoio analítico, assistência técnica e estudos afins, conforme solicitado pelos respectivos Grupos de Trabalho. Solicitamos também às instituições participantes do Comitê Tripartite que prestem assistência a países membros individuais, mediante solicitação, de acordo com os procedimentos das respectivas instituições. Incentivamos as instituições regionais, sub-regionais e multilaterais pertinentes a que ofereçam, em suas áreas de especialização e em atendimento às solicitações dos Grupos de Trabalho contribuições adicionais em respaldo àquelas tarefas.
13. Ademais, acordamos solicitar ao Comitê Tripartite que empreenda um estudo de viabilidade sobre alternativas para o estabelecimento de uma secretaria administrativa de caráter temporário para prestar apoio às negociações da ALCA, com base nos termos de referência constantes no Anexo IV, e que relate suas conclusões aos Vice-Ministros em tempo hábil para que estes formulem recomendações a serem submetidas à nossa decisão, em nossa reunião da Costa Rica.
14. Recebemos com interesse as contribuições do III Foro Empresarial das Américas relativas ao processo preparatório das negociações da ALCA, as quais consideramos possam ser relevantes para nossas futuras deliberações. Reconhecemos e apreciamos a importância do papel do setor privado e de sua participação no processo da ALCA. Reiteramos nosso compromisso com a transparência no processo da ALCA. Nesse sentido, consideramos serem relevantes para nossas deliberações as contribuições oferecidas pelos setores interessados de nossas sociedades civis, inclusive aqueles dos setores trabalhistas, e incentivamos todos os países a levá-las em conta por intermédio de mecanismos de diálogo e consulta.
15. A questão do meio ambiente e sua relação com o comércio vem sendo considerada por nossos Vice-Ministros desde a reunião de Cartagena das Índias e é objeto de discussões em curso nos

âmbitos da OMC e do processo da ALCA. Manteremos esse tema sob consideração, à luz da evolução dos trabalhos do Comitê de Comércio e Meio Ambiente da OMC.

16. Tomamos nota da "Declaração da Décima Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho," Apresentada na Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio, em Belo Horizonte, em maio de 1997". Reafirmamos nosso compromisso com a Declaração de Miami e com o parágrafo 4 da Declaração Ministerial de Cingapura, da OMC.

PRÓXIMAS REUNIÕES MINISTERIAIS

17. Reiteramos nossa decisão, adotada em Cartagena das Índias, de realizar na Costa Rica a IV Reunião Ministerial e o IV Foro Empresarial, os quais deverão ocorrer em fevereiro de 1998. Acolhemos, portanto, com apreço, o oferecimento feito pelo Governo da Costa Rica para organizar aquelas duas reuniões. Solicitamos que o país anfitrião da Reunião Ministerial sobre Comércio de 1998 presida as Reuniões Vice-Ministeriais a se realizarem até então.
18. Desejamos expressar nossos agradecimentos ao Governo do Brasil por sua significativa contribuição no decorrer do último ano, ao organizar e presidir as quatro reuniões de Vice-Ministros, em Florianópolis, Recife, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, bem como esta Reunião Ministerial, também realizada em Belo Horizonte.

ANEXO I

DOCUMENTOS OFICIAIS DA ALCA APROVADOS PARA PUBLICAÇÃO

- "Acordos de Investimento no Hemisfério Ocidental: um Compêndio" e "Inventário dos Regimes de Investimento nas Américas", elaborados pelo Grupo de Trabalho sobre Investimentos (GT-3);
- "Práticas Nacionais sobre Padrões, Regulamentos Técnicos e Avaliação de Conformidade no Hemisfério Ocidental", elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Normas e Barreiras Técnicas ao Comércio (GT-4);
- "Compêndio de Legislação sobre Antidumping e Direitos Compensatórios no Hemisfério Ocidental", elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios (GT-6);
- "Regulamentos Relativos a Compras Governamentais em Acordos de Integração nas Américas", elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Compras Governamentais (GT-8);
- "Disposições sobre Comércio de Serviços em Acordos Comerciais e de Integração no Hemisfério Ocidental" (versão em espanhol), elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Serviços (GT-10).

ANEXO II

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA O GRUPO DE TRABALHO SOBRE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

1. Preparar um inventário sobre os procedimentos e mecanismos de solução de controvérsias estabelecidos pelos acordos, tratados e esquemas de integração existentes no hemisfério e os da OMC, anexando os textos legais.
2. Com base no inventário mencionado acima, identificar as áreas de convergência e divergência entre os sistemas de solução de controvérsias no hemisfério, inclusive no que diz respeito à medida em que foram esses sistemas empregados.
3. Trocar pontos de vista, após consultas internas com o setor privado, no que diz respeito aos mecanismos para incentivar e facilitar o uso da arbitragem e outros meios alternativos de resolução de controvérsias para a solução de litígios comerciais internacionais.

4. Recomendar métodos para promover a compreensão dos processos previstos no Entendimento sobre as Regras e Procedimentos que Regem a Solução de Controvérsias, da OMC.
5. À luz dos diversos assuntos a serem abrangidos pelo acordo da ALCA e outros fatores relevantes, trocar pontos de vista sobre possíveis enfoques da solução de controvérsias previstos no acordo da ALCA, segundo o Entendimento sobre as Regras e Procedimentos que Regem a Solução de Controvérsias, da OMC.
6. Formular recomendações específicas sobre passos a seguir na construção da ALCA nesta área.

ANEXO III

RELAÇÃO DE PRESIDENTES DE GRUPOS DE TRABALHO

| GRUPO | PAÍS |
|---|----------------|
| ACESSO A MERCADOS | EL SALVADOR |
| PROCEDIMENTOS ADUANEIROS E NORMAS DE ORIGEM | BOLÍVIA |
| INVESTIMENTOS | COSTA RICA |
| NORMAS E BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO | CANADÁ |
| MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS | MÉXICO |
| SUBSÍDIOS, <i>ANTIDUMPING</i> E DIREITOS COMPENSATÓRIOS | ARGENTINA |
| ECONOMIAS MENORES | JAMAICA |
| COMPRAS GOVERNAMENTAIS | ESTADOS UNIDOS |
| DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL | HONDURAS |
| SERVIÇOS | CHILE |
| POLÍTICA DE CONCORRÊNCIA | PERU |
| SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS | URUGUAI |

ANEXO IV

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA UM ESTUDO DE VIABILIDADE DE UMA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DA ALCA

1. Tendo em mente a necessidade de minimizar custos e burocracia, o estudo deve identificar o tipo de instalações, o tamanho e as qualificações do quadro de pessoal e a variedade dos custos de uma secretaria de caráter temporário durante o processo de negociação. A Secretaria assumiria as seguintes tarefas em apoio às negociações:
 - prestar apoio logístico e administrativo aos grupos de negociação;
 - providenciar tradução de documentos e interpretação durante as deliberações;
 - arquivar documentos oficiais de negociação; e

- providenciar distribuição e publicação de documentos.

2. O estudo deve identificar o custo de locais alternativos para sede da Secretaria com base em critérios tais como:

- facilidade de acesso (por exemplo, conexões aéreas);
- instalações para reuniões (por exemplo, capacidade para múltiplas reuniões simultâneas);
- acomodação em hotéis;
- disponibilidade de força de trabalho multilingüe, e
- outras considerações pertinentes.

O estudo deve identificar também o aumento de custo acarretado pela opção de realizar as negociações em local outro que não a Secretaria, se fosse este o caso.

3. O estudo deve levar em conta a necessidade de assegurar que a prestação de apoio aos grupos de negociação seja separada de qualquer prestação de assistência técnica aos participantes da ALCA. Deve avaliar os custos relativos de dotação de pessoal para:

- contratação direta;
- contratação de serviços;
- pessoal de apoio do Comitê Tripartite;
- pessoal de apoio dos Governos da ALCA.

O estudo deve identificar os requisitos legais para a criação da Secretaria.

Lista de cidades a serem consideradas, no estudo de viabilidade a ser preparado pelo Comitê Tripartite, como locais alternativos para o estabelecimento de uma Secretaria Administrativa de caráter temporário para a ALCA

1. Buenos Aires (Argentina)
2. Cidade do México (México)
3. Cidade do Panamá (Panamá)
4. Kingston (Jamaica)
5. Lima (Peru)
6. Miami (Estados Unidos)
7. Rio de Janeiro (Brasil)
8. Santafé de Bogotá (Colômbia)
9. Washington (Estados Unidos)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO MINISTERIAL DE SÃO JOSÉ
CÚPULA DAS AMÉRICAS
IV REUNIÃO DE MINISTROS RESPONSÁVEIS POR COMÉRCIO
SÃO JOSÉ DA COSTA RICA
19 DE MARÇO DE 1998

I. INTRODUÇÃO

1. Nós, os Ministros Responsáveis por Comércio, representando os 34 países que participaram da Cúpula das Américas, celebrada em Miami, em dezembro de 1994, nos reunimos na IV Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio, em São José, Costa Rica, para examinar os resultados dos trabalhos preparatórios para as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), com o propósito de recomendar a nossos Chefes de Estado e de Governo o início das negociações.
2. Notamos os progressos alcançados na liberalização do comércio neste hemisfério, desde a Cúpula das Américas de Miami, como resultado da implementação das obrigações assumidas por nossos Governos no contexto da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais e da Organização Mundial de Comércio (OMC); da ampliação e aprofundamento dos acordos sub-regionais e bilaterais de integração e de livre comércio existentes; da assinatura de novos acordos; e das medidas autônomas de liberalização comercial adotadas por alguns países. Embora países da nossa região tenham enfrentado pressões financeiras e econômicas, a direção geral no hemisfério tem sido de crescimento econômico, diminuição da inflação, ampliação das oportunidades e maior confiança em participar do mercado global. Uma razão importante desse resultado positivo são os esforços constantes de cooperação para promover a prosperidade mediante uma crescente integração e abertura econômicas. Confiamos, portanto, em que a ALCA elevará o bem-estar de nossos povos.
3. Com o propósito de contribuir para a expansão do comércio mundial, reafirmamos nosso compromisso de que a ALCA não deverá impor barreiras adicionais a outros países e continuaremos evitando, na máxima medida possível, adotar políticas que afetem negativamente o comércio no hemisfério.
4. Reiteramos, ademais, que a negociação sobre a ALCA levará em conta a ampla agenda social e econômica contida na Declaração de Princípios e no Plano de Ação de Miami, com vistas a contribuir para elevar o nível de vida, melhorar as condições de trabalho de todos os povos das Américas e proteger melhor o meio ambiente.
5. Ao conformar a ALCA, deveremos levar em conta as diferenças nos níveis de desenvolvimento e na dimensão das economias do nosso hemisfério para criar oportunidades para a plena participação das economias menores e para aumentar seu nível de desenvolvimento.
6. Reconhecemos as grandes diferenças existentes no nível de desenvolvimento e na dimensão das economias do nosso hemisfério e permaneceremos cientes de tais diferenças enquanto trabalhamos para assegurar sua plena participação na construção da ALCA.
7. Revisamos e aprovamos o trabalho submetido à nossa consideração pelo Comitê Preparatório de Vice-Ministros sobre como proceder nas negociações da ALCA.

II. INÍCIO DAS NEGOCIAÇÕES

8. Recomendamos a nossos Chefes de Estado e de Governo que iniciem as negociações sobre a ALCA durante a II Cúpula das Américas, que se realizará em Santiago do Chile, nos dias 18 e 19

de abril de 1998, de acordo com os objetivos, princípios, estrutura, sede e demais decisões estabelecidas nesta Declaração.

9. Reafirmamos os princípios e objetivos que têm orientado nosso trabalho desde Miami, segundo constam do Anexo I, inclusive que o acordo será, inter alia, equilibrado, abrangente, congruente com a OMC e constituirá um compromisso único. Levará em conta as necessidades, condições econômicas e oportunidades das economias menores. As negociações serão transparentes e se basearão no consenso para a tomada de decisões. A ALCA pode coexistir com acordos bilaterais e sub-regionais, na medida em que os direitos e obrigações assumidas ao amparo desses acordos não estejam cobertos pelos direitos e obrigações assumidos da ALCA ou os ultrapassem. Mantemos o compromisso de concluir as negociações no mais tardar no ano de 2005 e de fazer progressos concretos para a realização deste objetivo até o final do século.

III. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES

10. Acordamos a estrutura inicial das negociações. Essa estrutura é flexível e esperamos modificá-la no futuro, segundo as necessidades das negociações. Exerceremos a supervisão e a direção superiores das negociações e, para tanto, nos reuniremos tantas vezes quantas sejam necessárias e não menos de uma vez a cada dezoito meses. Estabelecemos o Comitê de Negociações Comerciais (CNC) no nível de Vice-Ministros. O CNC terá um Presidente e um Vice-Presidente. O CNC selecionará um Presidente e um Vice-Presidente para cada grupo de negociação. O CNC terá a responsabilidade de orientar o trabalho dos grupos de negociação e de decidir sobre a arquitetura geral do acordo e assuntos institucionais. Ao CNC caberá a responsabilidade global de assegurar a plena participação de todos os países no processo da ALCA. Ademais, assegurará que este tema, em particular as preocupações das economias menores e aquelas relativas a países com diferentes níveis de desenvolvimento sejam tratadas em cada grupo de negociação. O CNC reunir-se-á tantas vezes quantas sejam necessárias, e não menos do que duas vezes ao ano. Deverá celebrar sua primeira reunião no mais tardar em 30 de junho de 1998.
11. Estabelecemos 9 grupos de negociação sobre: acesso a mercados; investimentos; serviços; compras governamentais; solução de controvérsias; agricultura; direitos de propriedade intelectual; subsídios, anti-dumping, e medidas compensatórias; e políticas de concorrência. O Presidente e o Vice-Presidente de cada grupo serão selecionados levando em consideração a necessidade de preservar o equilíbrio geográfico entre os países. Eles exercerão as suas funções por um período de 18 meses ou até a reunião ministerial subsequente. Como princípio geral, não deverá haver reeleição imediata do Presidente ou Vice-Presidente. Este princípio estabelece uma presunção contrária à reeleição imediata, porém não deveria ser aplicado de maneira inflexível. Os grupos de negociação serão orientados em seu trabalho pelos princípios e objetivos gerais constantes do Anexo I, bem como pelos objetivos específicos que se encontram no Anexo II. Instruímos o CNC para que, em sua primeira reunião, desenvolva um programa de trabalho para os grupos de negociação a fim de assegurar que iniciem seu trabalho no mais tardar até 30 de setembro de 1998. Acordamos em que as reuniões dos grupos de negociação se realizarão em sede única que será objeto de rodízio entre os seguintes três países:

| | |
|--------------------------|--|
| Miami, Estados Unidos | de 1º de maio de 1998 a 28 de fevereiro de 2001 |
| Cidade do Panamá, Panamá | de 1º de março de 2001 a 28 de fevereiro de 2003 |
| Cidade do México, México | de 1º de março de 2003 a 31 de dezembro de 2004 |

O período no qual o México será sede das negociações se estenderá até a conclusão das referidas negociações.

Os países que exercerão a Presidência e a Vice-Presidência dos grupos de negociação para o primeiro período de 18 meses serão os seguintes:

| Grupo de Negociação | Presidência | Vice-Presidência |
|--|--------------------|-------------------------|
| Acesso a Mercados | Colômbia | Bolívia |
| Investimentos | Costa Rica | República Dominicana |
| Serviços | Nicarágua | Barbados |
| Compras Governamentais | Estados Unidos | Honduras |
| Solução de Controvérsias | Chile | Uruguai/Paraguai |
| Agricultura | Argentina | El Salvador |
| Direitos de Propriedade Intelectual | Venezuela | Equador |
| Subsídios, Anti-Dumping e Medidas Compensatórias | Brasil | Chile |
| Políticas de Concorrência | Peru | Trinidad e Tobago |

O trabalho dos diversos grupos pode estar interrelacionado, como no caso de agricultura e acesso a mercados; serviços e investimentos; políticas de concorrência e subsídios, anti-dumping e medidas compensatórias, entre outros. O CNC identificará os vínculos e definirá procedimentos apropriados para assegurar uma oportuna e efetiva coordenação. Acordamos atribuir aos grupos de negociação pertinentes mandato para que, de forma a identificar áreas que possam merecer nossa atenção ulterior, examinem os assuntos relativos à interação entre comércio e políticas de concorrência, inclusive as medidas anti-dumping; e acesso a mercados e agricultura. Os grupos envolvidos submeterão os resultados de seus estudos ao CNC, no mais tardar em dezembro de 2000. Isto sem prejuízo das decisões tomadas pelo CNC para dissolver, estabelecer ou unir grupos. Da mesma forma, os grupos de negociação podem estabelecer grupos de trabalho ad hoc.

Presidência da ALCA

12. A Presidência do processo da ALCA será objeto de rodízio entre os diferentes países da ALCA após cada reunião ministerial. O país que exercer a Presidência do processo da ALCA sediará as reuniões ministeriais e também presidirá o CNC.

Os países que deterão as Presidências e as Vice-Presidências do processo da ALCA são os seguintes:

| | de maio de 1998 a out. de 1999 | de nov. de 1999 a abril de 2001 | de maio de 2001 a out. de 2002 | de nov. de 2002 a dez. de 2004 |
|-------------------------|---|--|---|---|
| Presidência | Canada | Argentina | Equador | Co-Presidência Brasil e Estados Unidos |
| Vice-Presidência | Argentine | Equador | Chile | |

O período no qual Estados Unidos e o Brasil exercerão a co-presidência se estenderá até a conclusão das negociações.

No último período, de 1 de novembro de 2002 a 31 de dezembro de 2004, haverá pelo menos duas Reuniões de Ministros Responsáveis por Comércio, uma em cada um dos países que exerçam a co-presidência.

No primeiro período de 18 meses, serão realizadas 3 reuniões do CNC, uma em cada um dos seguintes países: Argentina, Suriname e Bolívia. No segundo período de 18 meses, de 1º de novembro de 1999 a 30 de abril de 2001, a Guatemala sediará a primeira reunião do CNC.

Grupo Consultivo sobre Economias Menores

13. Decidimos estabelecer um Grupo Consultivo sobre Economias Menores, aberto à participação de todos os países da ALCA e subordinado ao CNC. Durante o primeiro período, a Jamaica deterá a Presidência, e a Guatemala exercerá a Vice-Presidência. Os critérios de sucessão serão os mesmos que regerão os Grupos de Negociação. O Grupo Consultivo terá as funções de:

- a) acompanhar o processo da ALCA, mantendo sob exame as preocupações e interesses das economias menores; e
- b) trazer a atenção do CNC os temas de interesse para as economias menores e fazer recomendações para tratar desses temas.

Secretaria Administrativa das Negociações

14. Acordamos estabelecer uma Secretaria Administrativa das Negociações, que concluirá suas funções no mais tardar em 2005. Será subordinada ao CNC e terá as seguintes funções:

- a) proporcionar apoio logístico e administrativo às negociações;
- b) proporcionar serviços de tradução de documentos e interpretação durante as deliberações;
- c) manter a documentação oficial relativa às negociações; e
- d) publicar e distribuir documentos.

A Secretaria Administrativa estará localizada na mesma sede das reuniões dos grupos de negociação e deveria ser financiada com recursos locais e recursos existentes das instituições do Comitê Tripartite. Recomendamos a nossos Governos instruir os seus representantes nas instituições do Comitê Tripartite - em particular, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - a que destinem recursos apropriados existentes nas suas instituições para apoiar a Secretaria Administrativa. O CNC determinará a dimensão e a composição do pessoal e nomeará o Diretor da Secretaria.

Comitê Tripartite

15. Expressamos o nosso agradecimento ao Comitê Tripartite pelo apoio técnico e logístico oferecido durante a etapa de preparação das negociações da ALCA. Solicitamos às respectivas instituições do Comitê Tripartite que continuem fornecendo os recursos existentes apropriados, necessários para responder de forma positiva às necessidades de apoio técnico das instâncias da ALCA, incluindo realocação para esse fim, caso necessário. Ademais, solicitamos às três instituições que prestem assistência técnica relacionada com os assuntos da ALCA aos países membros, particularmente às economias menores, mediante solicitação, de acordo com os respectivos procedimentos de cada instituição.

16. Também expressamos nosso apreço e reiteramos nosso interesse em que as instituições multilaterais, regionais e sub-regionais pertinentes continuem oferecendo, em suas áreas de reconhecida especialização, contribuições adicionais em resposta a solicitações específicas do CNC e dos grupos de negociação.

IV. OUTROS TEMAS

Participação da Sociedade Civil

17. Reafirmamos nosso compromisso com o princípio da transparência do processo negociador, para facilitar a participação construtiva dos diferentes setores da sociedade civil. Reafirmamos, igualmente, nosso compromisso com a Declaração Ministerial de Belo Horizonte e com o parágrafo 4 da Declaração Ministerial de Cingapura da OMC.

Reconhecemos e recebemos com satisfação o interesse e as preocupações expressas pelos diferentes setores da sociedade civil com relação à ALCA. O setor empresarial e outros setores produtivos, grupos trabalhistas, ambientais e acadêmicos têm sido particularmente ativos nessa matéria. Incentivamos esses e outros setores da sociedade civil a que apresentem seus pontos de vista sobre assuntos comerciais de forma construtiva. Portanto, estabelecemos um comitê de representantes governamentais, aberto a todos os países participantes, o qual deverá escolher seu Presidente. O comitê receberá essas contribuições e as analisará, bem como elevará o conjunto de opiniões à nossa consideração.

Nesse sentido, valorizamos contribuições oferecidas pelo setor empresarial por meio dos Foros Empresariais das Américas de Denver, Cartagena das Índias, Belo Horizonte e São José.

Progressos concretos para o ano 2000

18. Reafirmamos nosso compromisso de realizar progressos concretos até o ano 2000. Instruímos os grupos de negociação a que façam progressos consideráveis até esse ano. Instruímos o CNC a acordar medidas de facilitação de negócios específicas a serem adotadas antes do final do século, tendo em conta o trabalho substantivo já emanado do processo da ALCA.

Comércio Eletrônico

19. Tomamos nota da rápida expansão do uso da Internet e do comércio eletrônico em nosso hemisfério. Com vistas a aumentar e ampliar os benefícios que se derivarão do mercado eletrônico, vemos com satisfação a oferta do CARICOM para liderar um comitê conjunto de especialistas governamentais e do setor privado que nos apresentará recomendações em nossa próxima reunião.

Agradecimento

20. Desejamos expressar nosso agradecimento ao Governo da Costa Rica por sua notável contribuição para o avanço do processo da ALCA no correr do último ano, ao presidir as deliberações do Comitê Preparatório das Negociações, bem como a IV Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio do Hemisfério, que concluiu os preparativos para iniciar as negociações sobre a ALCA.

ANEXO I: OBJETIVOS E PRINCÍPIOS GERAIS

As negociações para a conformação da Área de Livre Comércio das Américas serão orientadas pelos seguintes Princípios e Objetivos Gerais:

PRINCÍPIOS GERAIS

- a. As decisões no processo negociador da ALCA serão tomadas por consenso.
- b. As negociações serão conduzidas de forma transparente para assegurar vantagens mútuas e maiores benefícios para todos os participantes da ALCA.
- c. O Acordo da ALCA será congruente com as regras e disciplinas da OMC. Para tanto, os países participantes reiteram seu compromisso com as regras e disciplinas multilaterais, em particular com o Artigo XXIV do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) de 1994 e seu Entendimento da Rodada Uruguai e com o Artigo V do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS).
- d. ALCA deverá incorporar melhoras às regras e disciplinas da OMC, quando possível e apropriado, tomando em conta todas as implicações dos direitos e obrigações dos países como membros da OMC.
- e. As negociações iniciar-se-ão simultaneamente em todas as áreas temáticas. O início, a condução e o resultado das negociações da ALCA deverão ser tratados como partes de um empreendimento único ("single undertaking") que incorporará os direitos e obrigações mutuamente acordados.
- f. A ALCA poderá coexistir com acordos bilaterais e sub-regionais, na medida em que os direitos e obrigações assumidos ao amparo desses acordos não estejam cobertos pelos direitos e obrigações da ALCA, ou os ultrapassem.
- g. Os países poderão negociar e aceitar as obrigações da ALCA individualmente ou como membros de um grupo de integração sub-regional que negocie como uma unidade.
- h. Dever-se-ia dar atenção especial às necessidades, condições econômicas (incluindo custos de transição e possíveis deslocamentos internos) e oportunidades das economias menores, com o objetivo de garantir sua plena participação no processo da ALCA.
- i. Os direitos e obrigações da ALCA deverão ser comuns a todos os países. Na negociação das várias áreas temáticas, poder-se-ão incluir, numa base de caso a caso, medidas como assistência técnica em áreas específicas e períodos mais longos para a implementação das obrigações, a fim de facilitar o ajuste das economias menores e a plena participação de todos os países na ALCA.
- j. As medidas que se acordem para facilitar a participação das economias menores no processo da ALCA deverão ser transparentes, simples e de fácil aplicação, reconhecendo-se o grau de heterogeneidade daquelas economias.
- k. Todos os países devem assegurar que suas leis, regulamentos e procedimentos administrativos estejam em conformidade com as suas obrigações assumidas no acordo da ALCA.
- l. Para assegurar a plena participação de todos os países na ALCA seus diferentes níveis de desenvolvimento devem ser levados em conta.

OBJETIVOS GERAIS

- a. Promover a prosperidade mediante crescente integração econômica e livre comércio entre os países do hemisfério como fatores-chave para elevar o nível de vida, melhorar as condições de trabalho dos povos das Américas e melhor proteger o meio ambiente.
- b. Estabelecer uma área de livre comércio em que serão progressivamente eliminadas as barreiras ao comércio de bens e serviços e ao investimento, concluindo-se as negociações no mais tardar até 2005 e alcançando progressos concretos para realizar esse objetivo até o final deste século.
- c. Maximizar a abertura de mercados mediante altos níveis de disciplina por meio de um acordo equilibrado e abrangente.
- d. Proporcionar oportunidades para facilitar a integração das economias menores no processo da ALCA, de maneira a concretizar suas oportunidades e aumentar seu nível de desenvolvimento.
- e. Buscar fazer com que nossas políticas de liberalização comercial e ambientais se apoiem mutuamente, tomando em conta o trabalho empreendido pela OMC e outras organizações internacionais.

- f. Assegurar, conforme as nossas respectivas leis e regulamentos, a observância e a promoção dos direitos trabalhistas, renovando nosso compromisso de respeitar as normas trabalhistas fundamentais internacionalmente reconhecidas, e tomando em conta que a Organização Internacional do Trabalho é a entidade competente para estabelecer essas normas e delas ocupar-se.

ANEXO II: OBJETIVOS POR ÁREA TEMÁTICA

Acordamos que as negociações para a conformação da ALCA nas diferentes áreas temáticas serão orientadas pelos seguintes objetivos:

ACESSO A MERCADOS

- a. De forma congruente com as disposições da OMC, incluindo o Artigo XXIV do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1994 (GATT 1994) e seu Entendimento Relativo à Interpretação do Artigo XXIV do Acordo Geral de Tarifas e Comércio de 1994, eliminar progressivamente as tarifas e as barreiras não-tarifárias, bem como outras medidas de efeito equivalente que restringem o comércio entre os países participantes.
- b. Todo o universo tarifário estará sujeito à negociação.
- c. Poderão ser negociados diferentes cronogramas de liberalização comercial.
- d. Facilitar a integração das economias menores e sua plena participação nas negociações da ALCA.

AGRICULTURA

- a. Os objetivos do Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados deverão ser aplicados ao comércio de produtos agrícolas. Os temas de regras de origem, procedimentos aduaneiros e barreiras técnicas ao comércio serão tratados no Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados
- b. Assegurar que as medidas sanitárias e fitossanitárias não sejam aplicadas de maneira a constituírem um meio de discriminação arbitrária ou injustificável entre países ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional, com vistas a prevenir as práticas comerciais protecionistas e facilitar o comércio no hemisfério. De modo congruente com o Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC (Acordo MSF), tais medidas serão aplicadas apenas para obter o nível adequado de proteção da saúde e vida humana, animal e vegetal, estarão fundamentadas em princípios científicos e não serão mantidas sem suficiente base científica.

As negociações nesta área abrangem a identificação e o desenvolvimento de medidas necessárias para facilitar o comércio, respeitando e examinando com profundidade as disposições contidas no Acordo MSF da OMC.

- c. Eliminar os subsídios às exportações agrícolas que afetem o comércio no hemisfério.
- d. Identificar, e submeter a maior disciplina, outras práticas que distorçam o comércio de produtos agrícolas, inclusive aquelas que tenham efeito equivalente ao dos subsídios às exportações agrícolas.
- e. A cobertura dos produtos agrícolas será aquela referida no Anexo I do Acordo sobre Agricultura da OMC.
- f. Incorporar os progressos alcançados nas negociações multilaterais sobre agricultura que se realizarão em conformidade com o Artigo 20 do Acordo sobre Agricultura, bem como o resultado das revisões dos Acordos MSF da OMC.

REGRAS DE ORIGEM

- a. Desenvolver um sistema eficiente e transparente de regras de origem, inclusive a nomenclatura e os certificados de origem, que facilite o intercâmbio de mercadorias, sem criar obstáculos desnecessários ao comércio.

PROCEDIMENTOS ADUANEIROS

- a. Simplificar os procedimentos aduaneiros, a fim de facilitar o comércio e reduzir os custos administrativos.
- b. Criar e implementar mecanismos de intercâmbio de informações em matéria aduaneira entre os países da ALCA.
- c. Desenvolver mecanismos eficazes para detectar e combater a fraude e outros ilícitos aduaneira, sem criar obstáculos desnecessários ao comércio exterior.
- d. Promover mecanismos e medidas aduaneiras que assegurem que as operações se realizem com transparência, eficiência, integridade e responsabilidade.

INVESTIMENTOS

- a. Estabelecer um marco jurídico justo e transparente que promova os investimentos mediante a criação de um ambiente estável e previsível que proteja os investidores, seu investimento e os fluxos a eles relacionados, sem criar obstáculos aos investimentos de fora do hemisfério

NORMAS E BARREIRAS TÉCNICAS AO COMERCIO

- a. Eliminar e prevenir as barreiras técnicas desnecessárias ao comércio na ALCA, com base nas propostas contidas no "Documento de Objetivos Comuns" aprovado pelo Grupo de Trabalho.

SUBSÍDIOS, ANTI-DUMPING E DIREITOS COMPENSATÓRIOS

- a. Examinar maneiras de aprofundar, caso seja apropriado, as disciplinas existentes que figuram no Acordo da OMC sobre Subsídios e Medidas Compensatórias e lograr um maior cumprimento das disposições do mencionado Acordo da OMC.
- b. Alcançar um entendimento comum com vistas a melhorar, onde possível, as regras e procedimentos relativos à operação e aplicação das legislações sobre dumping e subsídios, a fim de não criar barreiras injustificadas ao comércio no hemisfério.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

- a. O objetivo geral das negociações sobre compras governamentais consiste em ampliar o acesso aos mercados de compras governamentais dos países da ALCA.

Mais especificamente, os objetivos são:

- a. Alcançar um marco normativo que assegure a abertura e a transparência nos procedimentos das compras governamentais, sem que isso implique necessariamente o estabelecimento de sistemas idênticos de compras governamentais em todos os países.
- b. Assegurar a não-discriminação nas compras governamentais dentro de um alcance a ser negociado.
- c. Assegurar um exame imparcial e justo para a solução das reclamações e recursos de fornecedores sobre as compras governamentais, e a implementação efetiva de tais soluções.

DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

- a. Reduzir as distorções no comércio hemisférico e promover e assegurar uma adequada e efetiva proteção dos direitos de propriedade intelectual. As mudanças tecnológicas deverão ser tomadas em conta.

SERVIÇOS

- a. Estabelecer disciplinas para liberalizar progressivamente o comércio de serviços, de modo que permita alcançar uma área hemisférica de livre comércio, em condições de previsibilidade e transparência.
- b. Assegurar a integração das economias menores no processo da ALCA.

POLÍTICAS DE CONCORRÊNCIA

- a. Objetivo geral:
 - Garantir que os benefícios do processo de liberalização da ALCA não sejam prejudicados por práticas empresariais anticompetitivas.
- b. Objetivos específicos
 - Avançar em direção ao estabelecimento de uma cobertura jurídica e institucional de âmbito nacional, sub-regional ou regional que proscra o exercício de práticas empresariais anticompetitivas.
 - Desenvolver mecanismos que facilitem e promovam o desenvolvimento de políticas de concorrência e garantam o cumprimento dos regulamentos relativos à livre concorrência entre os países do hemisfério e no seu interior.

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

- a. Estabelecer mecanismo justo, transparente e eficaz para a solução de controvérsias entre os países da ALCA, tomando em conta, entre outros, o Entendimento sobre as Regras e Procedimentos que Regem a Solução de Controvérsias, da OMC.
- b. Identificar meios para facilitar e fomentar o uso da arbitragem e outros mecanismos alternativos de solução de controvérsias para resolver disputas comerciais privadas no âmbito da ALCA.

O trabalho dos diversos grupos pode estar interrelacionado, como no caso de agricultura e acesso a mercados; serviços e investimentos; políticas de concorrência e subsídios, anti-dumping e medidas compensatórias, entre outros. O CNC identificará os vínculos e definirá procedimentos apropriados para assegurar uma oportuna e efetiva coordenação. Acordamos atribuir aos grupos de negociação pertinentes mandato para que, de forma a identificar áreas que possam merecer nossa atenção ulterior, examinem os assuntos relativos à interação entre comércio e políticas de concorrência, inclusive as medidas anti-dumping; e acesso a mercados e agricultura. Os grupos envolvidos submeterão os resultados de seus estudos ao CNC, no mais tardar em dezembro de 2000. Isto sem prejuízo das decisões tomadas pelo CNC para dissolver, estabelecer ou unir grupos. Da mesma forma, os grupos de negociação podem estabelecer grupos de trabalho ad hoc.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DOS MINISTROS
QUINTA REUNIÃO MINISTERIAL DE COMÉRCIO
TORONTO, CANADÁ
4 DE NOVEMBRO DE 1999

1. Nós, os Ministros Responsáveis por Comércio dos 34 países que participam das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), realizamos nossa Quinta Reunião Ministerial em Toronto, Canadá, em 3 e 4 de novembro de 1999.
2. Reconhecemos o considerável progresso alcançado nas negociações da ALCA durante os primeiros dezoito meses sob a presidência do Canadá - objetivo que havíamos traçado em nosso último encontro em São José. Reafirmamos os princípios e objetivos que têm guiado nosso trabalho desde Miami, incluindo inter alia que o acordo será equilibrado, abrangente e consistente com a OMC e constituirá um empreendimento único. Coincidimos em que a finalização do nosso trabalho até 2005 encontra-se bem encaminhada.
3. Acreditamos na importância da liberalização comercial, tanto mundial como regional, para a geração de crescimento econômico e prosperidade no Hemisfério e reconhecemos o ímpeto que as negociações da ALCA conferiram à ampliação da liberalização. Apoiamos firmemente o processo de expansão e aprofundamento da integração econômica em nosso Hemisfério, tanto a nível sub-regional e bilateral, quanto através da adoção de medidas unilaterais de liberalização em algumas das nossas economias. Ao salientar o objetivo da ALCA de eliminar progressivamente as barreiras ao comércio e aos investimentos, estimulando, desta forma, o comércio mundial, reiteramos o nosso compromisso de evitar, ao máximo possível, a adoção de políticas ou medidas que afetem adversamente o comércio e os investimentos no Hemisfério. Reconhecemos o progresso que está sendo realizado na implementação dos compromissos assumidos por nossos governos na Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais, e o trabalho contínuo de preparação com vistas à Terceira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio em Seattle, em dezembro.
4. Apesar dos muitos desafios enfrentados pelas economias da região desde nosso último encontro, tais como a turbulência financeira, as adversidades econômicas e catástrofes naturais em vários dos nossos países, estamos satisfeitos que os fluxos comerciais e de investimentos no Hemisfério tenham se sustentado. Estamos convencidos de que o compromisso dos nossos países com as economias abertas, com os princípios de mercado e com sistemas comerciais baseados em regras, contribuirá para uma rápida recuperação e retomada do crescimento nas economias mais afetadas.
5. Reiteramos que as negociações da ALCA levarão em conta a ampla agenda social e econômica contida nas Declarações de Princípios e nos Planos de Ação de Santiago e Miami, com vistas a contribuir para a elevação dos padrões de vida, a melhoria das condições de trabalho de todas as populações das Américas e uma melhor proteção do meio ambiente. Reiteramos que, no desenho da ALCA, levaremos em consideração as diferenças nos níveis de desenvolvimento e nos tamanhos das economias do nosso Hemisfério, para criar oportunidades para a plena participação das economias menores e aumentar o seu nível de desenvolvimento. Reconhecemos as amplas diferenças existentes nos níveis de desenvolvimento e no tamanho das economias no nosso hemisfério, e permaneceremos cientes destas diferenças em nossas negociações, com o propósito de assegurar que elas recebam o tratamento que necessitam a fim de assegurar a plena participação de todos os países na construção e nos benefícios da ALCA. Para agir de acordo com o que foi mencionado, instruímos o CNC a começar imediatamente a examinar as formas com que estas

diferenças poderiam ser tratadas nas negociações, levando em consideração o tratamento dado às mesmas em outros foros, e a proporcionar uma orientação contínua aos Grupos de Negociação e a relatar-nos sobre este tema em nossa próxima reunião.

6. Reconhecemos os benefícios advindos do processo da ALCA como resultado do nosso trabalho preparatório inicial. Além de contribuir para uma maior integração econômica, o processo da ALCA tem sido útil para fortalecer a cooperação entre as principais instituições internacionais no Hemisfério. Tem estimulado, também, muitas parcerias e redes entre as nossas comunidades empresariais e outros segmentos da sociedade civil e como resultado tem gerado uma extraordinária gama de troca de informações e transferência de conhecimentos entre os nossos Governos. Com uma visão voltada para o futuro, estamos confiantes de que a ALCA irá não apenas reforçar a nossa comunidade das Américas, mas também aprimorar substancialmente o bem-estar dos cidadãos de todos os nossos países, através da redução e eliminação de impedimentos ao livre fluxo de bens, de serviços e de capital por nossas fronteiras.

Progressos e Próximos Passos nas Negociações

7. Nos últimos dezoito meses, o Comitê de Negociações Comerciais (CNC) estabeleceu o marco institucional inicial necessário para lançar negociações efetivas. Em particular, reconhecemos o acordo e o progresso verificados na implementação dos programas de trabalho para cada um dos nove Grupos de Negociação, para o Grupo Consultivo sobre Economias Menores, para o Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil e para o Comitê Conjunto de Especialistas do Governo e do Setor Privado sobre Comércio Eletrônico; o estabelecimento e funcionamento da Secretaria Administrativa em Miami - sede inicial das negociações; o progresso para o desenvolvimento de regras e procedimentos para administrar as negociações, e a criação de um Subcomitê do CNC sobre Orçamento e Administração, visando ao fortalecimento da gestão financeira nas negociações.
8. Revisamos e tomamos nota do trabalho realizado até agora pelos Grupos de Negociação, inclusive a preparação de resumos anotados sobre os seus respectivos capítulos de um Acordo da ALCA. Reconhecemos o progresso alcançado pelos nove Grupos de Negociação no cumprimento de seus programas de trabalho, tal como identificado nos seus relatórios. À luz desse progresso, instruímos os Grupos de Negociação a preparar um esboço de texto sobre os seus respectivos capítulos, considerando o progresso feito na preparação de resumos anotados em cada área e reconhecendo que eles deveriam ser vistos como estruturas de referência para facilitar o trabalho dos Grupos de Negociação, e não como resumos anotados definitivos ou exclusivos de um acordo. Os esboços deveriam ser remetidos ao CNC o mais tardar até doze semanas antes da nossa próxima reunião, que será na Argentina no ano 2001. Os Grupos de Negociação terão como objetivo a preparação de um texto que seja abrangente em seu alcance e que contenha os textos nos quais o consenso foi alcançado e coloque entre colchetes tudo aquilo que não foi acordado. Instruímos, ainda, todos os Grupos de Negociação que têm responsabilidade sobre questões de acesso a mercados para bens e serviços a discutirem as modalidades e procedimentos para as negociações nas suas respectivas áreas e relatar ao CNC.
9. Instruímos o CNC a compilar os textos fornecidos pelos Grupos de Negociação e preparar um relatório para a nossa consideração na reunião Ministerial de abril de 2001, indicando as áreas nas quais é necessária nossa orientação, à luz dos esboços de texto de um acordo da ALCA preparados pelos Grupos de Negociação. Instruímos, ainda, o CNC a iniciar discussões sobre a arquitetura geral de um acordo da ALCA, por exemplo os aspectos gerais e/ou institucionais do Acordo, e a incluir no seu relatório para nossa consideração um resumo dessa discussão.

10. Para executar o trabalho que solicitamos, acordamos que o CNC deveria realizar pelo menos três reuniões nos próximos dezoito meses que terminam em 30 de abril de 2001. A primeira reunião será realizada na Guatemala até o fim de abril de 2000. A segunda reunião deverá ser realizada em Barbados e a terceira no Peru.

Estrutura e Organização

11. Reafirmamos o papel central do CNC na administração das negociações da ALCA, inclusive o de orientar o trabalho dos Grupos de Negociação, do Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil, do Grupo Consultivo sobre Economias Menores e do Comitê Conjunto de Especialistas do Governo e do Setor Privado sobre Comércio Eletrônico; assegurar a transparência nas negociações; supervisionar a Secretaria Administrativa, supervisionar a implementação das medidas de facilitação de negócios aprovadas; identificar novas medidas de facilitação de negócios; tratar questões não resolvidas, após esgotados os mecanismos no nível dos Grupos de Negociação; e assegurar o avanço na execução dos objetivos e mandatos de todos os Grupos de Negociação e áreas de negociação.
12. Com respeito às interrelações entre os Grupos de Negociação, em particular a instrução dada para estudar a interação entre os Grupos sobre Acesso a Mercados e Agricultura e comércio e políticas de concorrência, inclusive medidas antidumping, reiteramos a obrigação de relatar ao CNC o mais tardar até dezembro de 2000.

Rotação de Presidências e Vice-Presidências

13. Reconhecemos e apreciamos o trabalho dos Presidentes e Vice-Presidentes dos Grupos de Negociação da ALCA, dos Comitês e do Grupo Consultivo, durante a etapa dos dezoito meses iniciais das negociações. Seus esforços e dedicação profissional contribuíram de maneira significativa para o progresso alcançado até a presente data. Uma nova lista dos países que servirão como Presidentes e Vice-Presidentes para o próximo período de 18 meses, que reflete as orientações gerais sobre o rodízio e seleção dos Presidentes e Vice-Presidentes que estabelecemos em São José, está apensa como Anexo I a esta Declaração.

Facilitação de Negócios

14. Acordamos um número de medidas específicas de facilitação de negócios, como parte de nosso esforço contínuo para obter avanços na criação de uma ALCA. Essas medidas refletem o trabalho substancial que emanou do processo ALCA até a presente data. Adotamos um método temático para a facilitação de negócios e concentramos nosso trabalho inicial nas áreas de procedimentos aduaneiros e de uma maior transparência, em resposta às prioridades identificadas por nossas comunidades empresariais.
15. Estamos satisfeitos que recursos tenham sido identificados no Banco Interamericano de Desenvolvimento para assistência técnica, com a finalidade de facilitar a implementação destas medidas, particularmente no caso das economias menores. Em particular, apreciamos a disposição do Fundo Multilateral de Investimento de considerar o apoio financeiro para a implementação destas medidas.
16. Na área aduaneira, acordamos implementar, a partir de 10 de janeiro de 2000, as oito medidas específicas que constam do Anexo II desta Declaração. Estas medidas contribuirão

significativamente para a realização de negócios no hemisfério, através da redução dos custos das transações e da criação de um ambiente comercial mais consistente e previsível.

17. As medidas de transparência delineadas no Anexo III tornarão nossos procedimentos e regulamentos mais conhecidos e mais acessíveis ao público. As informações contidas no Anexo III serão mantidas atualizadas e relevantes para as nossas comunidades empresariais e outras partes interessadas, por meio da utilização das novas tecnologias.
18. Acordamos que a facilitação dos negócios é um processo contínuo e instruímos o CNC a:
 - a. supervisionar a implementação plena destas medidas até a data prevista para nossa próxima reunião Ministerial;
 - b. facilitar a prestação de assistência técnica para a implementação das medidas, em particular para as economias menores;
 - c. revisar os avanços ocorridos e relatar por ocasião da nossa próxima reunião; e
 - d. identificar, considerar e recomendar medidas adicionais de facilitação de negócios, recorrendo a especialistas, caso seja apropriado, e relatar-nos em nossa próxima reunião.
19. Tomamos nota de que, além do nosso trabalho, as iniciativas de aperfeiçoamento do clima comercial estão prosseguindo em outros foros do hemisfério, como parte de um esforço mais amplo nas áreas do comércio e integração econômica.

Relação entre a ALCA e a OMC

20. Reiteramos o nosso compromisso com o sistema de comércio global, baseado no direito, sob a égide da OMC, e o nosso apoio ao lançamento de novas negociações multilaterais na Terceira Conferência Ministerial da OMC, a ser realizada em Seattle no mês de dezembro. Ao reconhecermos que os processos da ALCA e da OMC estão relacionados, salientamos o objetivo distinto das negociações da ALCA - que é a criação de uma Área de Livre Comércio de forma consistente com as disposições relevantes da OMC. Reiteramos, portanto, nossa intenção de prosseguir com as negociações da ALCA com intensidade e de acordo com o cronograma estabelecido.
21. Com respeito às negociações multilaterais futuras sobre a agricultura, concordamos em:
 1. Trabalhar com o objetivo de alcançar um acordo, nas próximas Negociações Multilaterais sobre Agricultura da OMC, relativo à eliminação dos subsídios às exportações de produtos agrícolas e à proibição de sua reintrodução sob qualquer forma;
 2. Trabalhar para obter o cumprimento, o antes possível, de todos os compromissos assumidos no Acordo sobre Agricultura da Rodada Uruguai; e
 3. Trabalhar com a finalidade de alcançar disciplinas sobre outras práticas e medidas que distorcem o comércio, nas próximas Negociações Multilaterais sobre Agricultura da OMC.

22. Ademais, opinamos que a agenda para as futuras negociações da OMC deveria ser equilibrada para responder aos interesses de todas as economias. Ela deveria ser também o suficientemente ampla para permitir negociações significativas.
23. Acordamos, ainda, que os interesses das economias em desenvolvimento, incluindo as economias menores da ALCA, deveriam ser tratados com atenção acentuada para a implementação eficaz do tratamento especial e diferenciado e outras cláusulas da OMC que afetam diretamente os países em desenvolvimento, com vistas a um apoio maior para o desenvolvimento e suas potencialidades e para a prestação de assistência técnica, de maneira a facilitar sua capacidade de participar plenamente na OMC e tirar proveito dela.
24. Acordamos, ainda, comunicar a essência destes acordos ao Conselho Geral da OMC, na primeira oportunidade.

Outros Assuntos

25. Reafirmamos nosso compromisso com o princípio da transparência no processo de negociação e com a condução de nossas negociações de maneira que aumente a compreensão do público e o apoio político à ALCA. Estabelecemos o Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil como um mecanismo para cumprir esse compromisso e recebemos com satisfação o seu relatório, que apresenta um leque de pontos de vista enviados ao Comitê por indivíduos e organizações do hemisfério. Discutimos as propostas e orientamos o Comitê a, por um lado, obter a colaboração contínua da Sociedade Civil sobre assuntos de comércio relevantes para a ALCA através de contribuições escritas, utilizando a Declaração de São José como um marco de referência e, por outro, a submeter um relatório delineando o leque completo de pontos de vista recebidos para a nossa consideração em nossa próxima reunião.
26. Tomamos nota das recomendações do Quinto Foro Empresarial das Américas. As recomendações que recebemos dos Foros anteriores, assim como as recebidas aqui em Toronto, são contribuições valiosas ao processo da ALCA. As propostas recebidas de nossas comunidades empresariais têm sido de grande ajuda para dar forma a nosso trabalho de facilitação de negócios na ALCA.
27. Agradecemos ao Comitê Conjunto de Especialistas do Governo e do Setor Privado sobre Comércio Eletrônico por seu relatório detalhado e tomamos nota de suas várias recomendações no sentido de ampliar os benefícios do comércio eletrônico. Esse relatório será compartilhado com outras autoridades relevantes dentro dos nossos Governos e com o público em geral. Acordamos que o Comitê Conjunto deve continuar reunindo-se durante os próximos dezoito meses como um grupo não negociador. O foco de seu trabalho deve ser a elaboração de recomendações a tempo para a nossa próxima reunião, de acordo com o mandato do Comitê.
28. Com relação às economias menores, tomamos nota do relatório do Grupo Consultivo sobre Economias Menores e concordamos com as recomendações do Grupo Consultivo que foram aceitas pelo CNC, referentes a trabalhos adicionais, durante a próxima etapa das negociações. Reiteramos a importância que conferimos ao funcionamento efetivo do Grupo Consultivo e pedimos ao CNC que leve em consideração, nas suas deliberações, incluindo no rascunho dos textos dos Grupos de Negociação e em seu relatório para nós em abril de 2001, as suas conclusões e recomendações, a fim de criar oportunidades para a plena participação das economias menores e aumentar o seu nível de desenvolvimento.
29. Solicitamos que o Comitê Tripartite:

- a. a fim de facilitar o acesso à assistência técnica, dissemine através da página da ALCA na Internet um inventário de oportunidades disponíveis para treinamento de funcionários de governo e do setor privado da região, nas áreas relevantes para a ALCA de política e de negociação comercial;
 - b. explore oportunidades para assistência técnica a fim de facilitar a organização de um inventário de medidas que afetam o comércio de serviços; e o estabelecimento de um programa de trabalho para aperfeiçoar as estatísticas sobre comércio de serviços;
 - c. explore oportunidades para assistência técnica para ajudar os países, quando necessário, a estabelecer contatos nacionais que possam fornecer informação sobre a legislação nacional e outras medidas que afetam o comércio de serviços no hemisfério;
 - d. mantenha de forma continuada um calendário dos prazos estabelecidos pelos Grupos de Negociação para receber as colaborações das delegações; e
 - e. dê assistência aos Governos da ALCA através do mecanismo do Grupo Consultivo sobre Economias Menores, para identificar possíveis fontes de assistência técnica baseadas no banco de dados já existente preparado pelo Comitê Tripartite e nas necessidades identificadas pelos países.
30. Reconhecemos e apreciamos o apoio analítico, técnico e financeiro que continua a ser fornecido pelas instituições que constituem o Comitê Tripartite, quais sejam o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Organização dos Estados Americanos e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe. Esse apoio tem sido essencial para a condução das negociações até agora, e solicitamos às instituições do Comitê Tripartite que continuem a prestar tal assistência para assuntos relacionados à ALCA.
31. Reconhecemos o apoio logístico às negociações prestado pela Secretaria Administrativa. Apreciamos o apoio dos vários níveis de governo e dos cidadãos da Flórida à Secretaria Administrativa durante esta primeira fase das negociações e esperamos seguir contando com esse apoio durante o período em que a Secretaria permanecerá em Miami. Reconhecemos também o apoio financeiro das instituições do Comitê Tripartite, em particular o do Banco Interamericano de Desenvolvimento à Secretaria Administrativa. Instruímos o Presidente do CNC a dirigir as solicitações necessárias às instituições do Comitê Tripartite a fim de obter apoio para o funcionamento da Secretaria Administrativa no Panamá. Além disso, solicitamos uma resposta favorável das instituições do Comitê Tripartite para tal petição, a fim de facilitar o traslado, bem como para assegurar a continuação das negociações no novo local.

Agradecimentos

32. Agradecemos à Argentina, ao Suriname, à Bolívia e aos Estados Unidos por terem sido anfitriões das reuniões do CNC e ao Canadá por sua presidência das negociações da ALCA, durante a primeira fase das negociações, e por ser o anfitrião da Reunião Ministerial de Toronto. Aguardamos com interesse a nossa próxima reunião Ministerial na Argentina, em 2001.

ANEXO I

Rotação de Presidências e Vice-Presidências dos Grupos de Negociação, Comitês e Grupo Consultivo da ALCA

novembro de 1999 - março/abril de 2001

| GRUPOS DE NEGOCIAÇÃO DA ALCA | | PRESIDENTE | VICE-PRESIDENTE |
|------------------------------|---|-------------------|-----------------|
| 1 | Acesso a Mercados | Chile | Barbados |
| 2 | Investimentos | Trinidad e Tobago | Colômbia |
| 3 | Serviços | E.U.A. | Peru |
| 4 | Compras Governamentais | Canadá | Chile |
| 5 | Solução de Controvérsias | Costa Rica | Peru |
| 6 | Agricultura | Brasil | Equador |
| 7 | Direitos de Propriedade Intelectual | México | Paraguai |
| 8 | Subsídios, Antidumping e Medidas Compensatórias | Venezuela | Uruguai |
| 9 | Políticas de Concorrência | Colômbia | Canadá |

| OUTRAS ENTIDADES DA ALCA | | PRESIDENTE | VICE-PRESIDENTE |
|--------------------------|--|------------|-----------------|
| 1 | Grupo Consultivo sobre Economias Menores | Guatemala | Bahamas |
| 2 | Comitê de Representantes Governamentais Sobre a Participação da Sociedade Civil | Bolívia | |
| 3 | Comitê Conjunto de Especialistas do Governo e do Setor Privado sobre Comércio Eletrônico | Uruguai | Canadá |

ANEXO II

Medidas Referentes a Assuntos Aduaneiros

1. Importação Temporária / Admissão Temporária de Determinados Bens Relacionados com Viajantes de Negócios:

Estabelecer novos procedimentos aduaneiros ou simplificar os já existentes para a entrada de documentos promocionais e outros bens relacionados com viagens de negócios, com a suspensão de direitos respectivos, quer esses bens acompanhem ou não o viajante de negócios.

Elementos básicos:

- i. Autorizar a suspensão de direitos aduaneiros
- ii. Identificar os documentos promocionais e outros bens que não requerem garantias na entrada
- iii. Estabelecer procedimentos simplificados para documentos promocionais e outros bens que permanecem no país
- iv. Estabelecer um prazo para a importação temporária ou admissão temporária

- v. Quando for possível, reduzir ao mínimo o custo e a complexidade administrativa para obter garantias para a importação temporária ou admissão temporária. Quando possível, o montante das garantias necessárias não deveria ser superior à importância dos direitos correspondentes
- vi. Em circunstâncias normais, a documentação e a aprovação deveriam ser fornecidas quando da entrada do viajante de negócios

2. Envios Expressos:

Desenvolver e implementar procedimentos para acelerar os envios expresso, levando em conta as Diretrizes para Aduanas sobre o Despacho de Envios Expressos da OMA e o Memorando de Cancún, conservando sempre o controle e a seleção aduaneiros apropriados.

Elementos Básicos:

- i. Estabelecer procedimentos aduaneiros acelerados diferenciados para envios expressos
- ii. Estabelecer o processamento da informação e dos dados relacionados com envios expressos antes da chegada
- iii. Permitir a apresentação, através de meios eletrônicos ou outros, de um único conhecimento de carga para todos os bens embarcados pela companhia de serviços expressos
- iv. Onde for possível, e com as garantias apropriadas, permitir o despacho de certos bens através da apresentação de documentação mínima e/ou pagamento posterior
- v. Em circunstâncias normais, as autoridades aduaneiras deveriam despachar os envios expressos não mais de 6 horas depois da apresentação da documentação aduaneira necessária, contanto que os bens tenham chegado
- vi. Em resposta a solicitações das companhias de envios expressos, e à discrição das autoridades aduaneiras, dever-se-ia considerar-se o estabelecimento de horários prolongados de atendimento e/ou processamento aduaneiro em locais sob o controle da autoridade aduaneira, e à discrição das autoridades aduaneiras

3. Procedimentos Simplificados para Envios de Baixo Valor:

Estabelecer procedimentos simplificados, agilizados e acelerados para transações sobre envios de baixo valor, mantendo o controle e seleção aduaneiros apropriados.

Elementos Básicos:

- i. Estabelecer requisitos mínimos de documentação, dados e procedimento baseados no valor dos bens, conservando as atividades aduaneiras de seleção apropriadas
- ii. Desenvolver procedimentos para permitir a apresentação eletrônica da informação

4. Sistemas Compatíveis de Intercâmbio Eletrônico de Dados e Elementos de Dados Comuns:

Estabelecer sistemas compatíveis de intercâmbio eletrônico de dados entre comerciantes e administrações aduaneiras, que fomentem procedimentos acelerados de despacho. Desenvolver um conjunto central de elementos de dados necessários para a administração dos regulamentos e requisitos aduaneiros nacionais associados com o despacho aduaneiro de bens.

Encorajar o estabelecimento de sistemas compatíveis de intercâmbio eletrônico de dados entre administrações aduaneiras, que fomentem uma maior cooperação e intercâmbio de informações. Desenvolver parâmetros para o intercâmbio bilateral ou plurilateral de informações relacionadas com o

cumprimento de regulamentos e requisitos aduaneiros.

Elementos Básicos:

- i. Desenvolver sistemas eletrônicos acessíveis para a comunidade empresarial
- ii. Desenvolver capacidade para a apresentação e o processamento eletrônicos de informações e dados antes da chegada do envio
- iii. Desenvolver capacidade para que os sistemas aduaneiros eletrônicos/automatizados possam trabalhar em conjunto com a análise de risco e a seleção de alvos
- iv. Trabalhar com vistas ao desenvolvimento de sistemas eletrônicos compatíveis entre administrações aduaneiras
- v. Como etapa inicial, identificar os elementos de dados atuais usados nos sistemas eletrônicos estabelecidos nos elementos (i) a (iv) necessários para cada administração aduaneira, incluindo, caso possível, aqueles elementos de dados necessários para determinar se a entrada dos bens pode ou não ser autorizada ou aqueles solicitados por outras agências
- vi. Trabalhar na direção do desenvolvimento de um conjunto de elementos de dados comuns para o despacho aduaneiro de bens

5. Sistema Harmonizado de Descrição e Codificação de Mercadorias:

Aplicar o Sistema Harmonizado de Descrição e Codificação de Mercadorias de 1996, ao nível de seis dígitos.

6. Disseminação de Informação Aduaneira/Guia Hemisférico de Procedimentos Aduaneiros:

Disseminar amplamente informações básicas atualizadas, de fácil utilização, sobre procedimentos aduaneiros, leis, regulamentos, diretrizes, e decisões administrativas, tendo em conta o Guia Hemisférico de Procedimentos Aduaneiros redigido pelo Grupo de Trabalho sobre Procedimentos Aduaneiros e Regras de Origem.

Elementos Básicos:

- i. Atualizar o Guia Hemisférico de Procedimentos Aduaneiros
- ii. Disseminar o Guia Hemisférico de Procedimentos Aduaneiros atualizado através da “Home Page” da ALCA
- iii. Estabelecer “links” entre a “Home Page” da ALCA e as “homepages” das alfândegas nacionais para futuras atualizações das informações específicas para cada país, contidas no Guia Hemisférico de Procedimentos Aduaneiros

7. Códigos de Conduta para Funcionários Aduaneiros:

Elaborar e implementar códigos nacionais de conduta aplicáveis aos funcionários aduaneiros, tendo em conta a Declaração de Arusha.

Elementos Básicos:

- i. Introdução, ou emenda, dos códigos nacionais de conduta, legislação, políticas ou instrumentos regulatórios aplicáveis aos funcionários aduaneiros, com cláusulas sobre normas de conduta, conflitos de interesse, assim como sanções possíveis e ações disciplinares
- ii. Exame dos 12 elementos contidos na Declaração de Arusha da OMA para avaliação das práticas existentes e desenvolvimento de programas de implementação nacional

8. Análise de Risco/Metodologia de Seleção:

Fomentar a utilização de sistemas de administração de riscos, usados como critérios para as atividades de verificação necessárias, respeitando a confidencialidade da informação. O objetivo seria focalizar as atividades de inspeção nos bens e viajantes de alto risco, facilitando, ao mesmo tempo, o despacho e movimentação de bens de baixo risco.

Elementos Básicos:

- i. Desenvolver procedimentos aduaneiros de processamento e despacho incluindo análise de risco e seleção para identificar os bens, envios e viajantes de alto risco
- ii. Análise de riscos através do processamento da informação e dos dados antes da chegada, para identificar ou selecionar bens, envios e viajantes de alto risco que serão submetidos a inspeção e/ou outros procedimentos aduaneiros

ANEXO III

Medidas Relacionadas com a Transparência

1. Disseminar e atualizar periodicamente, através da "Home Page" da ALCA, a informação sobre tarifas e fluxos comerciais preparada no contexto do Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados.
2. Publicar e disseminar o documento "Práticas Nacionais sobre Normas, Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade no Hemisfério Ocidental" elaborado pelo Grupo de Trabalho da ALCA sobre Normas e Barreiras Técnicas ao Comércio.
3. Disseminar a lista de pontos de contato nacionais que fornecem informação sobre legislação nacional e outras medidas que afetam o comércio de serviços. Essa informação incluirá o nome, cargo, empresa, endereço, telefone, fax e endereço eletrônico.
4. Disseminar através da "Home Page" da ALCA os procedimentos e requisitos existentes para a entrada temporária de empresários em cada um dos países da ALCA.
5. Disseminação periódica, através de "links" com a "Home Page" da ALCA, do relatório estatístico "Relatório sobre Investimentos Estrangeiros na América Latina e o Caribe" preparado pela CEPAL.
6. Disseminar através da "Home Page" da ALCA e atualizar periodicamente a informação sobre regimes de arbitragem comercial existentes nos países do Hemisfério, inclusive as instituições que fornecem serviços de arbitragem comercial.
7. Disseminar através da "Home Page" da ALCA e atualizar periodicamente o "Compêndio das Leis sobre Antidumping e Direitos Compensatórios no Hemisfério Ocidental", o qual inclui a informação sobre a legislação nacional e pontos de contato.
8. Disseminar através da "Home Page" da ALCA e atualizar periodicamente o "Inventário das Leis e Regulamentos Nacionais Relacionados com as Políticas de Concorrência no Hemisfério Ocidental."

9. Disseminar através da "Home Page" da ALCA e atualizar periodicamente o Inventário dos Mecanismos de Resolução de Controvérsias, Procedimentos e Textos Legais Estabelecidos nos Acordos de Comércio e Integração, Tratados e Acordos no Hemisfério e na OMC.
10. Tornar mais acessível a informação sobre os regulamentos, procedimentos e autoridades competentes do governo, inclusive através de "links" via Internet para a "Home Page" da ALCA, nas seguintes áreas:
 - a. compras governamentais;
 - b. subsídios, antidumping e direitos compensatórios;
 - c. políticas de concorrência;
 - d. serviços;
 - e. direitos de propriedade intelectual;
 - f. investimentos;
 - g. acesso a mercados, incluindo os padrões;
 - h. agricultura, incluindo medidas sanitárias e fitosanitárias;
 - i. resolução de controvérsias.

Além disso, vários inventários relacionados com o tema estão também incluídos na "Home Page" oficial da ALCA. Novos documentos e inventários serão colocados na "Home Page" da ALCA quando estiverem disponíveis. A informação existente será periodicamente atualizada para garantir que permaneçam atualizadas e relevantes para as nossas comunidades empresariais e outros interessados.

ANEXO VIII**SEXTA REUNIÃO DOS MINISTROS DE COMÉRCIO DO HEMISFÉRIO****DECLARAÇÃO MINISTERIAL
BUENOS AIRES, ARGENTINA
7 DE ABRIL DE 2001**

-
1. Nós, os Ministros Responsáveis pelo Comércio no Hemisfério, em representação dos 34 países que participam das negociações da Área de Livre Comércio das Américas, celebramos nossa Sexta Reunião Ministerial em Buenos Aires, Argentina, em 7 de abril de 2001.
 2. Tomamos nota dos importantes avanços registrados nas negociações da ALCA nesta segunda etapa de dezoito meses sob a Presidência da República Argentina. Reafirmamos os princípios e objetivos que guiaram nosso trabalho desde a Primeira Cúpula das Américas; em particular, o consenso como princípio fundamental para a tomada de decisões do processo da ALCA e a consecução de um acordo equilibrado, abrangente e em conformidade com as regras e disciplinas da Organização Mundial do Comércio. Reafirmamos que o resultado das negociações da ALCA constituirá um compromisso único (single undertaking), abrangente, que incorpore os direitos e obrigações que sejam mutuamente acordados para todos os países-membros. Reiteramos que a ALCA pode coexistir com os acordos bilaterais e sub-regionais, na medida em que os direitos e obrigações contidos nesses acordos não estejam cobertos ou superem os direitos e obrigações da ALCA. Levando em consideração os progressos alcançados no processo de negociação, recomendamos aos mandatários que, na Terceira Cúpula das Américas, estabeleçam as diretrizes para assegurar que as negociações do Acordo da ALCA sejam concluídas, o mais tardar, em janeiro de 2005 para a sua entrada em vigor o quanto antes, até, no máximo, dezembro de 2005.
 3. Acreditamos na importância da liberalização do comércio, tanto no nível mundial quanto no regional, para gerar crescimento econômico e prosperidade no hemisfério. Nesse sentido, consideramos importante o fortalecimento dos processos de integração em andamento, os quais podem facilitar a consecução de uma integração hemisférica plena. Reafirmamos nosso compromisso com um sistema de comércio mundial mais aberto e equilibrado e entendemos que as negociações da ALCA facilitarão a consecução desse objetivo. Por conseguinte, reiteramos nosso compromisso de evitar, na medida do possível, a adoção de políticas ou medidas que possam afetar negativamente o comércio e o investimento regional e a aplicação de barreiras comerciais adicionais a países extra-hemisféricos.
 4. Na Terceira Cúpula das Américas, a ser celebrada na cidade de Quebec entre os dias 20 e 22 de abril de 2001, nossos Chefes de Estado e de Governo analisarão os progressos alcançados na implementação dos desafios identificados nas Cúpulas das Américas anteriores e na identificação de novas prioridades para a ação hemisférica. Reconhecemos a significativa contribuição que a integração econômica, principalmente através da ALCA, pode representar para a consecução dos objetivos previstos no processo da Cúpula das Américas, que inclui o fortalecimento da democracia, a criação de prosperidade e a realização do potencial humano. Reiteramos que a negociação da ALCA levará em consideração a vasta agenda social e econômica contida nas Declarações e Planos de Ação de Miami e Santiago, no intuito de contribuir para elevar os padrões de vida, melhorar as condições trabalhistas dos povos das Américas e proteger melhor o meio ambiente. Reiteramos que um dos nossos objetivos gerais é buscar que nossas políticas de meio ambiente e de liberalização comercial se apoiem mutuamente, levando em consideração os esforços realizados pela Organização Mundial do Comércio e outras organizações internacionais; e garantir, de acordo com nossas respectivas leis e regulamentos, a observância e promoção dos direitos trabalhistas, renovando nosso compromisso de respeitar as normas fundamentais do trabalho reconhecidas internacionalmente e reconhecendo que a Organização Internacional do Trabalho é a entidade competente para o estabelecimento e tratamento dessas normas trabalhistas fundamentais.

5. Reafirmamos nosso compromisso, contido em Declarações Ministeriais anteriores, de levar em consideração, no desenho da ALCA, as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias de nosso Hemisfério, de forma a criar oportunidades para a plena participação das economias menores e aumentar seu nível de desenvolvimento. Reconhecemos as amplas diferenças existentes no nível de desenvolvimento e no tamanho das economias em nosso Hemisfério e levaremos em consideração essas diferenças em nossas negociações, para assegurar que recebam o tratamento requerido, a fim de garantir a plena participação de todos os membros na construção e nos benefícios da ALCA.

6. Reiteramos a importância que tem a cooperação para permitir o fortalecimento da capacidade produtiva e da competitividade dessas economias. Assim sendo, e à luz dos princípios gerais que aprovamos na Declaração Ministerial de Costa Rica, reafirmamos a necessidade de contar com assistência técnica, bem como disposições especiais, a fim de atender as necessidades dos países com economias de diferentes níveis de desenvolvimento e tamanho, dentre elas, as necessidades específicas das economias menores, de forma que realizem sua capacidade para obter os máximos benefícios de sua participação na ALCA.

7. Reconhecemos a importância da estabilidade macroeconômica como fator de previsibilidade que permitirá atingir maior bem-estar, colaborando para o aumento dos fluxos comerciais, da integração econômica e do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, destacamos a importância do desenvolvimento de uma maior integração hemisférica, consistente com os objetivos previstos nas sucessivas Cúpulas das Américas.

8. Consideramos que a Terceira Cúpula das Américas constitui uma oportunidade para prosseguir aprofundando os Planos de Ação aprovados em Cúpulas anteriores, a fim de fortalecer programas de cooperação hemisférica que permitam apoiar os esforços de cada país em questões relevantes para sua participação efetiva nas negociações e benefícios da ALCA.

Presente e futuro das negociações

9. Examinamos o Relatório preparado pelo Comitê de Negociações Comerciais e, dos êxitos obtidos nesta segunda fase de negociações, queremos sublinhar, em especial: a elaboração de uma primeira minuta de um Acordo ALCA, decorrente da compilação das minutas de texto elaboradas pelos Grupos de Negociação; o início das discussões sobre a estrutura geral do Acordo ALCA (aspectos gerais e institucionais); os avanços nos relatórios sobre a inter-relação entre comércio e política de concorrência, incluindo medidas antidumping e sobre a interação entre os Grupos de Acesso a Mercados e Agricultura; sobre o tratamento das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias nos acordos de comércio e de integração; na transferência da Secretaria Administrativa para o Panamá, em cumprimento do decidido em nossa Quarta Reunião Ministerial; os avanços na preparação de um Manual de Organização para a Secretaria Administrativa e o avanço na implementação das dezoito medidas de facilitação de negócios aprovadas em nossa Quinta Reunião Ministerial.

10. Apreciamos o considerável trabalho realizado pelos Grupos de Negociação no desenvolvimento das minutas de texto. À luz desses progressos, instruímos os Grupos de Negociação a intensificar os esforços para resolver as divergências existentes e alcançar consenso, com vista a eliminar os colchetes das minutas de texto, na maior medida possível, e trabalhar na consolidação de textos com base nas instruções específicas incluídas no Anexo I e enviar ao CNC uma nova versão de capítulo em suas respectivas áreas, oito semanas antes de nossa próxima reunião, o mais tardar.

11. O Comitê de Negociações Comerciais deverá assegurar que sejam obtidos avanços em todos os Grupos de Negociação, de acordo com os princípios gerais acordados em nossa Reunião de São José. Nesse âmbito, deverá avaliar os progressos alcançados nos Grupos de Negociação no que diz respeito às tarefas contidas no Anexo I desta Declaração e resolver as eventuais divergências existentes nas recomendações, dando instruções para que as negociações de acesso a mercados se iniciem em 15 de maio de 2002, o mais tardar.

12. Instruímos o Comitê de Negociações Comerciais a elaborar uma segunda versão da minuta do Acordo

ALCA, incluídos os capítulos de cada Grupo de Negociação e os capítulos que abarquem os aspectos gerais e institucionais, para que seja por nós considerada na próxima reunião Ministerial.

13. Também instruímos o Comitê de Negociações Comerciais a continuar examinando o tratamento das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério, dentre elas, das economias menores, e fornecer, a respeito, a orientação permanente aos Grupos de Negociação para que considerem as propostas concretas enviadas pelos países, ou grupos de países, em cada um dos temas substantivos de negociação.

14. Com o apoio do Grupo Consultivo de Economias Menores e do Comitê Tripartite, o Comitê de Negociações Comerciais deverá formular, em 1º de novembro de 2001, o mais tardar, bases ou diretrizes para o modo de aplicação do tratamento das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias.

15. Para a realização desses trabalhos, acordamos que o CNC deveria realizar, no mínimo, três reuniões, no decurso dos próximos dezoito meses, que culminam em nossa próxima reunião Ministerial, a ser realizada, o mais tardar, em 31 de outubro de 2002. As reuniões serão realizadas na Nicarágua, Venezuela e República Dominicana, sucessivamente.

16. Consideramos e tomamos nota do relatório do Comitê de Negociações Comerciais e reafirmamos seu papel como órgão executivo do processo de negociação. Essa atividade de condução geral do processo inclui, entre outras atividades: guiar o trabalho das diferentes entidades da ALCA, procurando manter um avanço equilibrado em todas as áreas de negociação, de acordo com seus objetivos e mandatos; decidir a estrutura geral do Acordo ALCA – aspectos gerais e institucionais –, supervisionando as tarefas gerais do Comitê Técnico de Assuntos Institucionais; assegurar a transparência do processo negociador; supervisionar o trabalho da Secretaria Administrativa; supervisionar o trabalho do Subcomitê de Orçamento e Finanças; supervisionar as solicitações feitas ao Comitê Tripartite, estabelecendo prioridades quando for necessário; supervisionar a implementação das medidas de facilitação de negócios acordadas e continuar analisando o tratamento das diferenças no nível de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério.

17. Reiteramos nossas instruções ao Comitê de Negociações Comerciais para que continue identificando vínculos entre as entidades da ALCA, especificando os procedimentos apropriados para garantir a sua efetiva e oportuna coordenação.

18. Instruímos o Comitê de Negociações Comerciais a avaliar, em consulta com os Grupos de Negociação, e de modo permanente, a necessidade de criar novos Grupos de Negociação, com base nos avanços registrados pelos Grupos existentes, estabelecendo outros Grupos ou Subgrupos de Negociação, conforme seja necessário.

Facilitação de Negócios

19. Recebemos o relatório do Grupo ad hoc de Peritos Aduaneiros e tomamos nota dos progressos alcançados na implementação das medidas de facilitação de negócios aprovadas em nossa reunião anterior. Instamos os países a prosseguir trabalhando, com vista a implementar plenamente essas medidas, com o apoio de planos de cooperação e de assistência técnica, no entendimento de que as mesmas haverão de contribuir significativamente para agilizar as transações no Hemisfério e criar um ambiente de negócios mais eficiente e previsível.

20. Nesse sentido, celebramos a aprovação do projeto de cooperação técnica do Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN) – subordinado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – que contribuirá para facilitar a implementação das medidas aduaneiras, levando em consideração as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias, e, dentre elas, das economias menores.

21. Recebemos, igualmente, o relatório do Comitê Tripartite sobre as medidas de facilitação de negócios em matéria de transparência e ratificamos a importância de uma plena e contínua implementação das

mesmas. Instamos os Governos que forneçam a informação necessária para manter atualizada a página oficial da ALCA, permitindo às comunidades empresariais e outros setores interessados o acesso rápido e útil à informação.

Revezamento de Presidências e Vice-Presidências

22. Agradecemos o trabalho realizado pelos Presidentes e Vice-Presidentes dos Grupos de Negociação, Grupo Consultivo e Comitês, nesta segunda fase de negociações. Seus esforços e dedicação profissional contribuíram de modo significativo para o progresso alcançado até esta data. Em cumprimento do critério de revezamento decidido em nossa Quarta Reunião, aprovamos uma nova lista – incluída como Anexo II desta Declaração – dos países que exercerão a Presidência e Vice-presidência das diferentes entidades da ALCA na terceira fase de dezoito meses de negociações.

Transparência e participação da sociedade civil

23. Na Cúpula de Santiago, nossos Mandatários deram aos negociadores da ALCA a instrução de assegurar que o processo de negociação seja transparente e de realizar as negociações de forma a gerar amplo respaldo e compreensão pública a respeito da ALCA. Em concordância com esse mandato, e segundo nosso compromisso de transparência, concordamos em tornar pública a minuta do Acordo ALCA, nas quatro línguas oficiais, depois da Terceira Cúpula das Américas. Acreditamos que a divulgação desse texto atenuará consideravelmente a preocupação pública a respeito da ALCA e estabelecerá novos padrões de transparência nas negociações comerciais. Também decidimos divulgar, após cada Cúpula das Américas, os resultados alcançados no processo de negociações.

24. Reafirmamos nosso compromisso com o princípio de transparência do processo ALCA e reconhecemos a necessidade de uma participação crescente dos diferentes setores da sociedade civil na iniciativa hemisférica. Agradecemos as contribuições realizadas pela sociedade civil nesta fase de negociações da ALCA e instamos-lhe a prosseguir fornecendo suas contribuições de forma construtiva nos assuntos relacionados com o comércio que sejam de relevância para a ALCA. Apreciamos as recomendações na matéria apresentadas pelo Comitê de Negociações Comerciais para nossa consideração.

25. Consideramos que o Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil é um importante mecanismo para a consecução do compromisso de transparência e recebemos com satisfação o relatório que apresenta a variedade de pontos de vista recebidos, nesta fase, dos indivíduos e organizações do Hemisfério.

26. Nesse sentido, instruímos o Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil a possibilitar um processo de comunicação crescente e sustentado com a sociedade civil, no intuito de conseguir que esta tenha uma percepção clara do desenvolvimento do processo de negociações da ALCA. Com esse propósito, instruímos esse Comitê a desenvolver uma lista de opções para a consideração e decisão do Comitê de Negociações Comerciais em sua próxima reunião, entre as quais poderão ser indicados programas de divulgação nas economias menores, que poderão contar com o apoio do Comitê Tripartite ou de outras fontes de financiamento internacional.

27. Da mesma forma, instruímos o Comitê de Negociações Comerciais a analisar a possibilidade de incorporar mais informação sobre o processo ALCA na página oficial, incluindo a divulgação do Segundo Relatório do Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil.

28. Também instruímos o Comitê de Representantes Governamentais a enviar aos Grupos de Negociação as contribuições apresentadas pela sociedade civil no que se refere aos seus temas respectivos, assim como aquelas relacionadas com o processo ALCA em geral.

29. Agradecemos as recomendações efetuadas pelo Sexto Foro Empresarial das Américas, as quais, do mesmo modo que as realizadas em foros anteriores, constituem valiosa contribuição às negociações.

30. Tomamos nota dos foros e seminários sobre as negociações da ALCA que diferentes organizações da

sociedade civil têm realizado nos países da região e convidamo-os a apresentar as conclusões de seus trabalhos ao Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil.

Comércio Eletrônico

31. Agradecemos, também, o novo relatório do Comitê Conjunto de Peritos do Setor Público e Privado sobre Comércio Eletrônico. Suas recomendações serão remetidas às autoridades governamentais competentes e ficarão à disposição do público em geral. Acordamos que o Comitê conjunto continue mantendo reuniões, no intuito de formular novas recomendações sobre assuntos incluídos em seu mandato, e que nos apresente um novo relatório em nossa próxima reunião. Instruímos o Comitê de Comércio Eletrônico a aprofundar a revisão dos assuntos específicos que figuram em sua agenda de trabalho, a identificar novos temas relativos a essa matéria, incluindo mecanismos voltados a reduzir a crescente brecha digital existente entre os países do Hemisfério.

Grupo Consultivo de Economias Menores

32. Recebemos o relatório do Grupo Consultivo de Economias Menores e agradecemos suas recomendações sobre ações e tarefas para levar a cabo o trabalho futuro do Grupo, no intuito de concretizar o tratamento das diferenças no nível de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério. Lembramos que as recomendações relativas às diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério deverão ser levadas em consideração no âmbito de cada Grupo de Negociação. Instruímos o CNC a analisar mecanismos voltados ao fortalecimento do fluxo de informação entre os Grupos de Negociação e o GCEM sobre assuntos de relevância para os interesses e preocupações das economias menores, de modo que o GCEM possa cumprir adequadamente o seu mandato. Apreciamos o considerável progresso realizado no desenvolvimento de um banco de dados contendo as necessidades e fontes de fornecimento de assistência técnica às economias menores e agradecemos a realização de esforços adicionais voltados ao fortalecimento do sistema.

Comitê Tripartite

33. Destacamos a contribuição analítica, técnica e financeira fornecida pelo Comitê Tripartite – constituído pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, pela Organização dos Estados Americanos e pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe – às diversas entidades da ALCA. Reconhecemos que esse apoio foi importante para o avanço das negociações até esta data e instamos essas instituições a prosseguir colaborando com o processo de integração hemisférica.

Secretaria Administrativa

34. Reconhecemos o apoio logístico dado às negociações pela Secretaria Administrativa. Agradecemos ao Governo e à comunidade da Flórida pelo substancial apoio dado à Secretaria Administrativa durante sua permanência em Miami e ao Governo e à comunidade do Panamá pelos esforços realizados para permitir o funcionamento eficiente da Secretaria Administrativa nesse país até fevereiro de 2003.

35. Tomamos nota da transferência da Secretaria Administrativa ao Panamá, de acordo com as disposições da Quarta Reunião Ministerial, e dos avanços obtidos na preparação de um Manual de Organização para a Secretaria Administrativa.

36. Agradecemos ao Comitê Tripartite o apoio dado para a instalação da Secretaria Administrativa em sua nova sede.

Agradecimento

37. Agradecemos à Guatemala, a Barbados e ao Peru pela organização das reuniões do Comitê de Negociações Comerciais, e à República Argentina pelo exercício da Presidência da ALCA durante esta segunda fase de negociações e pela organização desta Sexta Reunião Ministerial. Nossa próxima reunião será no Equador, em outubro de 2002, o mais tardar.

ANEXO I

INSTRUÇÕES AOS GRUPOS DE NEGOCIAÇÃO

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Instruímos os Grupos de Negociação a dar continuidade a seu trabalho segundo o princípio geral de que qualquer delegação tem o direito de apresentar as propostas de texto que considere relevantes para o avanço efetivo do processo, as quais, eventualmente, ficarão entre colchetes.

Muitos Ministros reconheceram que as questões ambientais e trabalhistas não deveriam ser invocadas como condicionantes, nem submetidas a disciplinas cujo descumprimento esteja sujeito a restrições ou sanções comerciais.

2. Instruímos os Grupos de Negociação a ter presente que as propostas de texto já apresentadas ou por apresentar não devem deixar sem efeito as obrigações a serem assumidas pelos países com relação aos temas ou áreas substantivas que integram a agenda de negociações da ALCA.

3. Instruímos os Grupos de Negociação que elaboram disposições especiais sobre solução de controvérsias a enviar suas propostas ao Grupo de Negociação sobre Solução de Controvérsias, para que esse Grupo examine, de forma coordenada com esses Grupos de Negociação, a compatibilidade dessas disposições com as regras elaboradas sobre a matéria e remeta suas conclusões para consideração do Comitê de Negociações Comerciais ou do Comitê Técnico de Assuntos Institucionais, conforme o caso.

4. Reiteramos aos Grupos de Negociação a obrigação de considerar propostas que assegurem o tratamento das diferenças de níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério, em particular a situação das economias menores, através da consideração das propostas que sejam apresentadas pelos países ou grupos de países.

A) ACESSO A MERCADOS

1. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais, de forma coordenada com o Grupo de Negociação sobre Agricultura, recomendações sobre métodos e modalidades para a negociação tarifária no prazo de 1º de abril de 2002, para sua avaliação pelo CNC em sua primeira reunião após essa data, a fim de iniciar negociações, o mais tardar, em 15 de maio de 2002.

2. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados a definir, no prazo de 1º de abril de 2002, o calendário e as modalidades para o estabelecimento de regras de origem na ALCA, para sua avaliação pelo CNC em sua primeira reunião após essa data, a fim de iniciar negociações, o mais tardar, em 15 de maio de 2002.

3. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados a acelerar o processo de identificação das medidas não-tarifárias, de forma a contar, em 1º de abril de 2002, com um primeiro inventário de medidas, a fim de estabelecer uma metodologia, incluindo um cronograma, quando for apropriado, para a eliminação, redução, definição, redefinição, reordenamento e/ou prevenção das barreiras não-tarifárias.

4. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados a trabalhar, em coordenação com o Grupo de Negociação sobre Agricultura e o Comitê Tripartite, no intuito de permitir a plena operacionalidade do Banco de Dados Hemisférico em 1º de novembro de 2001.

5. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados a intensificar a negociação de um regime de salvaguardas aplicável aos produtos do Hemisfério e a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais, no prazo de 1º de abril de 2002, um relatório dos avanços registrados na matéria.

6. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados a trabalhar, de forma coordenada com o Grupo de Negociação sobre Agricultura, quando considerarem necessário, para tratar de temas de interesse comum.

B) AGRICULTURA

1. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Agricultura a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais, de forma coordenada com o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados, recomendações sobre métodos e modalidades para a negociação tarifária no prazo de 1º de abril de 2002, para sua avaliação pelo CNC em sua primeira reunião após essa data, a fim de iniciar negociações, o mais tardar, em 15 de maio de 2002.

2. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Agricultura a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais recomendações sobre o alcance e metodologia para a eliminação dos subsídios às exportações que afetam o comércio dos produtos agrícolas no Hemisfério, no prazo de 1º de abril de 2002, para sua avaliação pelo CNC em sua primeira reunião após essa data.

3. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Agricultura a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais, no prazo de 1º de abril de 2002, recomendações sobre os tipos de medidas e a metodologia para o desenvolvimento das disciplinas a serem adotadas para o tratamento de todas as práticas que distorçam o comércio de produtos agrícolas, incluindo aquelas com efeito equivalente aos subsídios às exportações agrícolas, para sua avaliação no CNC em sua primeira reunião após essa data. Essas recomendações não terão limitação alguma para a discussão de todos os elementos e temas considerados necessários pelas delegações para abordar a totalidade das práticas mencionadas.

4. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Agricultura a acelerar o processo de identificação das medidas não-tarifárias, a fim de contar, em 1º de abril de 2002, com um primeiro inventário de medidas, a fim de estabelecer uma metodologia, incluindo um cronograma, quando for apropriado, para a eliminação, redução, definição, redefinição, reordenamento e/ou prevenção das barreiras não-tarifárias.

5. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Agricultura a trabalhar em coordenação com o Grupo de Negociação de Acesso a Mercados e o Comitê Tripartite, no intuito de permitir a plena operacionalidade do Banco de Dados Hemisférico em 1º de novembro de 2001.

6. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Agricultura a estabelecer um processo de notificação e contra-notificação das medidas sanitárias e fitossanitárias e a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais, no prazo de 1º de abril de 2002, recomendações sobre o tratamento a ser adotado para evitar que essas medidas constituam obstáculos injustificados ao comércio no Hemisfério.

7. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Agricultura a formular mecanismos que facilitem a plena implementação do Acordo MSF da OMC no Hemisfério.

C) INVESTIMENTOS

1. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Investimentos a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais suas recomendações sobre modalidades e procedimentos de negociação, no prazo de 1º de abril de 2002, para avaliação por parte do CNC em sua primeira reunião após essa data, a fim de iniciar negociações no mais tarde em 15 de maio de 2002.

D) SUBSÍDIOS, ANTIDUMPING E DIREITOS COMPENSATÓRIOS

1. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios a intensificar o trabalho de identificação de opções para o aprofundamento, se for o caso, das disciplinas relativas aos subsídios existentes no Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC, e a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais recomendações sobre metodologias para aprofundar as

disciplinas sobre subsídios, no prazo de 1º de abril de 2002, para avaliação por parte do Comitê de Negociações Comerciais em sua primeira reunião após essa data.

2. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios a intensificar os esforços para alcançar um entendimento comum a fim de melhorar, quando possível, as regras e procedimentos relativos à operação e aplicação de leis antidumping e de direitos compensatórios, a fim de não criar obstáculos injustificados ao livre comércio no Hemisfério, e a apresentar suas recomendações sobre a metodologia a ser utilizada para alcançar esse objetivo no prazo de 1º de abril de 2002, para ser avaliado pelo Comitê de Negociações Comerciais em sua primeira reunião após essa data.

3. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios a identificar, com base no estudo sobre a Interação entre Comércio e Políticas de Concorrência (documento FTAA.ngadcv/inf/07/Cor.1), aspectos relevantes que mereçam maior consideração pelo Comitê de Negociações Comerciais, e a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais seus resultados no prazo de 1º de abril de 2002.

E) POLÍTICA DE CONCORRÊNCIA

1. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Política de Concorrência a intensificar esforços para resolver os quatro questionamentos para pesquisa contidos na Proposta de Trabalho Posterior do Comitê Tripartite sobre o Estudo de Política de Concorrência nas Economias Menores e Economias sem Regimes de Concorrência (FTAA.ngcp/w/56/Cor.1), de acordo com uma metodologia de trabalho acordada.

2. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Política de Concorrência a identificar, com base no Estudo Antidumping e Acordos de Comércio Regionais (documento FTAA.ngcp/inf/17/Cor.2), aspectos relevantes que mereçam maior consideração pelo Comitê de Negociações Comerciais, e a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais seus resultados no prazo de 1º de abril de 2002.

F) SERVIÇOS

1. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Serviços a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais suas recomendações sobre modalidades e procedimentos de negociação, no prazo de 1º de abril de 2002, para avaliação por parte do CNC em sua primeira reunião após essa data, a fim de iniciar negociações, o mais tardar, em 15 de maio de 2002.

G) COMPRAS GOVERNAMENTAIS

1. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Compras Governamentais a identificar, no prazo de 1º de abril de 2002, o alcance e detalhamento da informação estatística que deverá estar disponível para os países, para efeitos de seu intercâmbio e como apoio a suas negociações.

2. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Compras Governamentais a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais recomendações sobre diretrizes, procedimentos e prazos de negociação até 1º de abril de 2002, para sua avaliação por parte do CNC em sua primeira reunião após essa data, a fim de iniciar negociações, o mais tardar, em 15 de maio de 2002.

H) SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

1. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Solução de Controvérsias a apresentar ao Comitê Técnico de Assuntos Institucionais suas idéias preliminares sobre as instituições necessárias para a adequada implementação do mecanismo de solução de controvérsias previsto na ALCA.

ANEXO II.

ROTAÇÃO DE PRESIDÊNCIAS E VICE-PRESIDÊNCIAS DOS GRUPOS DE NEGOCIAÇÃO,
COMITÊS E GRUPO CONSULTIVO DA ALCA.

| GRUPOS DE NEGOCIAÇÃO DA ALCA | PRESIDENTE | VICE-PRESIDENTE |
|--|-------------------|------------------------|
| GRUPO DE NEGOCIAÇÃO SOBRE ACESSO A MERCADOS | ARGENTINA | COLOMBIA |
| GRUPO DE NEGOCIAÇÃO SOBRE AGRICULTURA | GUATEMALA | URUGUAI |
| GRUPO DE NEGOCIAÇÃO SOBRE COMPRAS GOVERNAMENTAIS | COSTA RICA | COLOMBIA |
| GRUPO DE NEGOCIAÇÃO SOBRE INVESTIMENTOS | MÉXICO | BOLÍVIA |
| GRUPO DE NEGOCIAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE CONCORRÊNCIA | COLOMBIA | PERÚ |
| GRUPO DE NEGOCIAÇÃO SOBRE DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL | ESTADOS UNIDOS | REPÚBLICA DOMINICANA |
| GRUPO DE NEGOCIAÇÃO SOBRE SERVIÇOS | CARICOM | VENEZUELA |
| GRUPO DE NEGOCIAÇÃO SOBRE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS | PARAGUAI | CHILE |
| GRUPO DE NEGOCIAÇÃO SOBRE SUBSÍDIOS, ANTI-DUMPING E DEREITOS COMPENSATÓRIAS | PERÚ | CARICOM |

| OUTRAS ENTIDADES DA ALCA | PRESIDENTE | VICE-PRESIDENTE |
|---|----------------------|------------------------|
| GRUPO CONSULTIVO SOBRE ECONOMIAS MENORES | BOLÍVIA | NICARÁGUA |
| COMITÊ CONJUNTO DE ESPECIALISTAS DO GOVERNO E DO SETOR PRIVADO SOBRE COMÉRCIO ELETRÔNICO | CANADÁ | PERÚ |
| COMITÊ DE REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL | REPÚBLICA DOMINICANA | PANAMÁ |
| COMITÊ TÉCNICO DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS | BRASIL | EQUADOR |

ANEXO IX – Definição de segmentos dos automóveis de passeio

| Definições dos critérios de classificação dos segmentos de automóveis de passeio | |
|---|--|
| Segmento A | |
| | veículos pequenos (sobcompactos e minis) |
| | < 1000cc |
| | acabamento básico |
| Segmento B | |
| | veículos pequenos ou compactos |
| | inclusive peruas e sedans |
| | 1000cc~1600cc |
| | preço(R\$): 17.000~25.000 |
| Segmento C | |
| | veículos médios |
| | 1600cc~2000cc |
| | preço(R\$): 25.000~40.000 |
| Segmento D | |
| | veículos médios/grandes |
| | 2000cc~acima |
| | preço (R\$): 40.000~100.000 |
| Segmento E | |
| | veículos grandes |
| | inclusive esportivos |
| | preço (R\$): acima de 100.000 |

Fonte: elaborado pelo próprio autor, segundo critérios que permitam classificar todos os automóveis de passeio em um mesmo padrão para os EUA, Argentina e Brasil.

ANEXO X – Classificação por segmentos de mercado dos modelos de automóveis, minivans e utilitários, nacionais e importados, comercializados no Brasil no ano 2001.

| MARCAS | A/B | C | D | E |
|------------|-----------------------------|--------------------------|--|---|
| ALFA ROMEO | | 156 | 166 | |
| AUDI | | A3 | S3 | A4, A6, ALLROAD, A8/S8, TT(esportivo) |
| BMW | | | | SÉRIE 3, SÉRIE 5, SÉRIE 7 X5(utilitário), Z3, Z8(esportivo) |
| CHEVROLET | CELTA, CORSA | ASTRA, ZAFIRA | BLAZER, S-10, SILVERADO D20, TRACKER, VECTRA | OMEGA |
| CHRYSLER | | | NEON, PT CRUISER, CARAVAN | |
| CITROËN | | BERLINGO, PICASSO, XSARA | C5, XANTIA | |
| DAEWOO | | LANOS | NUBIRA | |
| DAIHATSU | | | GRAN MOVE, TERIOS | |
| FERRARI | | | | 360, 456, 550 MARANELLO |
| FIAT | MILLE, PALIO, SIENA, STRADA | BRAVA, DOBLÒ | MAREA | |
| FORD | COURIER, FIESTA, KA | ESCORT | FOCUS, MONDEO, RANGER, F-250 | EXPLORER |
| HONDA | | CIVIC | ACCORD, CR-V(utilitário) | |
| HYUNDAI | ATOS PRIME | ACCENT | COUPÉ, ELANTRA, SONATA, TRAJET | SANTA FÉ |
| JAGUAR | | | | S-TYPE, X-TYPE, XJ8, XK8 |
| JEEP | | | | GRAND CHEROKEE |
| KIA MOTORS | | | CARNIVAL, SPORTAGE(utilitário) | |
| LAND ROVER | | | DEFENDER | DISCOVERY, RANGE ROVER |

| | | | | |
|---------------|-------------------------|---|--|---|
| LEXUS | | | | ES 300, LS 400, LS 430 |
| MASERATI | | | | 3200 GT, QUATTROPORTE |
| MERCEDES-BENZ | | CLASSE A | | CLASSE C, CLASSE CL, CLASSE CLK, CLASSE E, CLASSE M, CLASSE S, CLASSE SLK |
| MITSUBISHI | | | GALANT, L200(utilitário), PAJERO io(utilitário), SPACE WAGON | ECLIPSE, PAJERO FULL, PAJERO SPORT |
| NISSAN | | | FRONTIER | MAXIMA, PATHFINDER |
| PEUGEOT | 106, 206 | 306 | 405, 406 | 406 CUPÉ, 605, 607, 806 |
| PORSCHE | | | | BOXSTER, 911 GT3/CARRERA |
| RENAULT | CLIO HATCH/SEDÃ, TWINGO | KANGOO, MÉGANE, SCÉNIC | LAGUNA | |
| SEAT | IBIZA | CORDOBA/VARIO | | |
| SSANGYONG | | | KORANDO, MUSSO | |
| SUBARU | | | | FORESTER, IMPREZA, LEGACY |
| SUZUKI | | JIMMY | GRAND VITARA | |
| TOYOTA | | COROLLA | CAMRY, HILUX, RAV 4 | |
| TROLLER | | | TROLLER(utilitário) | |
| VOLKSWAGEN | GOL, SAVEIRO | POLO CLASSIC, SANTANA/QUANTUM, PARATI, GOLF, BORA | PASSAT/VARIANT, NEW BEETLE | |
| VOLVO | | | S40/V40 | C70, S60, S80, V70 |